

- 1- ATAS
    - 1.1- 104ª Reunião Ordinária de Debates
    - 1.2- Ata da 50ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 5 de Maio de 1997, Destinada ao Encerramento do Ciclo de Debates Direitos Humanos
    - 1.3- Ata da 51ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 7 de Maio de 1997, Destinada a Homenagear o Grupo Pitágoras pelo Transcurso de seu 30º Aniversário de Fundação
    - 1.4- Reuniões de Comissões
  - 2- ORDENS DO DIA
    - 2.1- Plenário
    - 2.2- Comissões
  - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
    - 3.1- Comissões
  - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES
  - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
  - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
- 

-----  
**ATAS**  
-----

**ATA DA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 12 DE MAIO DE 1997**

Presidência do Deputado Geraldo Rezende

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas - Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 1.194/97 - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

**COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ivo José - Maria Olívia - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - José Braga - Luiz Fernando Faria - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Wanderley Ávila - Wilson Pires.

**ABERTURA**

**O Sr. Presidente (Deputado Geraldo Rezende)** - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)**

**1ª Fase**

**Atas**

- **A Deputada Maria Olívia**, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

**Apresentação de Proposições**

**O Sr. Presidente** - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

**PROJETO DE LEI Nº 1.194/97**

Altera a Lei nº 11.962, de 30 de outubro de 1995, que institui as Regiões Administrativas no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 11.962, de 30 de outubro de 1995, passa a vigorar com

a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam instituídas 25 (vinte e cinco) Regiões Administrativas no Estado, na forma do anexo desta lei.

§ 1º - O município criado por emancipação de distrito pertencerá à Região Administrativa do município remanescente.

§ 2º - Será permitida aos municípios a opção pela Administração Regional de sua conveniência, de acordo com sua distância da sede e sua vocação natural e histórica."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 8 de maio de 1997.

Sebastião Costa

Justificação: A lei que instituiu as Administrações Regionais do Estado observou critérios técnicos para a vinculação dos municípios às Administrações com o objetivo de aperfeiçoar a referida lei e observando as peculiaridades de cada município, estabelecemos critérios para redefinir essa vinculação, quais sejam a distância da sede da região administrativa e a vocação natural e histórica de cada município.

Tal modificação possibilitará a revisão dos casos daqueles municípios que ficaram equidistantes das sedes de duas ou mais regiões e que não tiveram oportunidade de, na época da elaboração da lei, optar pela vinculação mais conveniente.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Assuntos Municipais para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente** - A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para, nos termos do § 1º do art. 23 do Regimento Interno, destinar esta parte da reunião a homenagem à Universidade Federal de Viçosa pelo transcurso de seu 70º aniversário de fundação. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

**O Sr. Presidente** - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 50ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5 DE MAIO DE 1997, DESTINADA AO ENCERRAMENTO DO CICLO DE DEBATES DIREITOS HUMANOS**

Presidência dos Deputados João Batista de Oliveira e João Leite

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata** - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente, do Sr. Luiz Chaves, das Sras. Aparecida Reis, Neusa Santos, Maria Isabel Ramos de Siqueira, do Sr. Marcus Fucks e das Sras. Rosana Bastos, Raquel Scarlatelli e Maria Caiafa - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - **ENCERRAMENTO.**

#### **COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Antônio Andrade - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Gil Pereira - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - Maria José Haueisen - Péricles Ferreira - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira.

#### **ABERTURA**

**O Sr. Presidente (Deputado João Leite)** - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **Ata**

- **A Deputada Elbe Brandão**, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente** - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria Caiafa, Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte; Aparecida Reis, Membro do Nzinga - Coletivo das Mulheres Negras; Maria Isabel Ramos de Siqueira, Diretora da Comissão Executiva do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Neusa Santos, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Rosana Bastos, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Mineira de Paraplégicos; Raquel Scarlatelli, Membro do Grupo Tortura Nunca Mais; e os Exmos. Srs. Marcus Fucks, Coordenador da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Luiz Chaves, Assessor Jurídico do Conselho Indigenista Missionário; e o Deputado Federal Nilmário Miranda, Membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

## Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião ao encerramento do Ciclo de Debates sobre o tema direitos humanos, com a apresentação dos relatórios das audiências públicas da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa com os temas: índio, negro, mulher, criança e adolescente, portadores de deficiência, e segurança pública.

### Palavras do Sr. Presidente

O Brasil inteiro ficou chocado, há duas semanas, com o episódio da morte do índio Galdino Jesus dos Santos, em Brasília. Ele fora, junto com outros membros de sua tribo, reivindicar um direito e uma promessa antiga do Governo: a demarcação de terras da reserva dos pataxós, no sul da Bahia.

Tratado como indigente, ele dormia, na noite de 19 de abril, Dia do Índio, em um banco de ponto de ônibus. Alguns jovens de classe média o escolheram como objeto de diversão: derramaram-lhe combustível e atearam fogo.

A Capital Federal vivia, naquele momento, o clima de protesto de um outro grupo da legião de desassistidos: os trabalhadores rurais sem-terra, expressão mais contundente hoje das desigualdades e da má distribuição de benefícios que nos tornam uma sociedade essencialmente injusta.

A nação brasileira estava, ainda, aturdida pelas cenas, mostradas na televisão, de violência e abuso de autoridade de uma equipe de policiais contra pessoas humildes e indefesas, na cidade paulista de Diadema. Cenas que culminaram com um tiro seco, pelas costas, tirando a vida de um trabalhador.

Carregávamos na memória, igualmente, tragédias anteriores que nos envergonham como brasileiros: o massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás; o assassinato coletivo de presos em Carandiru; o extermínio de menores na Candelária; a chacina de Vigário Geral; as mortes em série na Clínica Santa Genoveva e no Centro de Hemodiálise de Caruaru; e assim por diante.

A relação é extensa. E deixa marcas profundas em nossa consciência, em nosso sentimento de nacionalidade, no projeto de construir uma sociedade mais humana e solidária. E todos esses acontecimentos trágicos apresentam um traço comum: a violação explícita dos direitos humanos.

Os crimes que se cometem nesse campo, infelizmente, não são apenas aqueles que ganham as manchetes da imprensa e se transformam em escândalos nacionais. Eles fazem parte do nosso dia-a-dia e se manifestam de inúmeras formas.

Não é difícil relacionar algumas delas. Basta estar atento ao noticiário policial ou à realidade que nos cerca. Estão presentes nesse cotidiano a tortura, as condições degradantes nas prisões, o assassinato de crianças e adolescentes, a coação sobre as populações marginalizadas, o extermínio dos povos indígenas, assim como a usurpação de suas terras, o racismo, a violência contra a mulher, a prostituição infantil, o trabalho escravo, a exploração da mão-de-obra, o abandono dos idosos, o drama dos doentes pobres nas portas dos hospitais.

Tais manifestações de desrespeito aos direitos humanos não acontecem de maneira acentuada apenas nos complexos cenários urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo, ou em regiões distantes do Norte e do Nordeste, onde são mais evidentes os sinais do subdesenvolvimento. Elas também ocorrem com frequência em nosso Estado e são praticadas, indiscriminadamente, tanto por agentes do poder público quanto por instituições privadas, ou por pessoas quaisquer, por conta própria.

Alguns exemplos claros podem ser apontados nos trabalhos da CPI do Sistema Penitenciário, em andamento nesta Casa. As denúncias que temos recebido e as constatações que temos feito em presídios e cadeias públicas, tanto na Capital como no interior, revelam o quanto o nosso modelo carcerário ainda está longe de conciliar a função punitiva com a possibilidade de recuperação dos presos para o convívio social.

Mancham também o nome de Minas, na área dos direitos humanos, atos de barbarismo como o da chacina de menores no Taquaril; os elevados índices de agressões registrados nas delegacias especializadas de crimes contra a mulher; o acentuado número de acidentes de trânsito, que têm vitimado centenas de pessoas nos centros urbanos e nas rodovias; a prostituição e o trabalho infantil, o racismo.

Estamos diante de uma questão grave, de uma face triste de nossa realidade, que, pela recorrência das violações e pelas variadas maneiras em que se expressam, deve ser enfrentada em conjunto pelos poderes públicos e pela sociedade.

É com essa compreensão que a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa de Minas vem atuando. Entendemos que o problema deve ser tratado com profundidade e com o envolvimento de todos os setores interessados, de forma que possamos ter em mãos informações e instrumentos para mudar o quadro com que convivemos. A realização deste ciclo de debates situa-se entre os esforços que vêm sendo feitos com esse objetivo. Ele tem como finalidades produzir um diagnóstico dos direitos humanos no Estado e avaliar os resultados da implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos em Minas Gerais. Para subsidiar esse levantamento,

realizamos reuniões preliminares, em que o tema foi debatido na perspectiva dos seguintes grupos e setores: negros, povos indígenas, mulheres, crianças e adolescentes, segurança pública e portadores de deficiência.

O resultado mais concreto deste encontro, segundo pretendemos, será a elaboração de um documento que retrate a situação em Minas. Esse documento vai ser levado pela Comissão ao Fórum de Brasília, nos próximos dias 12 e 13, quando será feito um balanço do primeiro ano de implementação do Programa em todo o País.

O passo seguinte, dentro de nossa programação, será realizar aqui na Assembléia, no mês de setembro, um seminário sobre o assunto, em um formato que possibilite uma discussão mais ampla, com a participação de todas as instituições, públicas e da sociedade civil, vinculadas a ele.

Nosso propósito é que esse seminário seja o ponto de partida para a elaboração e a implantação de uma política estadual de direitos humanos capaz de congrega as diversas ações que se realizam nesse campo, hoje dispersas e sem diretriz maior que as torne mais efetivas.

Se vivemos numa sociedade democrática, se desejamos um desenvolvimento que não seja medido apenas pelos índices econômicos, mas principalmente pela distribuição igualitária de seus benefícios, se temos como valores a justiça e a solidariedade, não podemos nos acomodar e permitir que os direitos humanos continuem sendo tão vilipendiados. Para isso, temos que criar condições que permitam fiscalizar e coibir as arbitrariedades e os abusos, fazendo valer a lei e a dignidade. Mais ainda: precisamos trabalhar pela formação de uma consciência coletiva em que o respeito ao ser humano esteja sempre em primeiro plano.

Para que não passe mais pela cabeça de nenhum brasileiro um ato insano como o que acabou com a vida do índio Galdino Jesus dos Santos. Para que, entre nós, a violência dê lugar à civilidade; o medo seja substituído pela confiança; a ganância e o egoísmo sejam contidos, para podermos cultivar a fraternidade.

Quero também agradecer a esta Casa e ao Presidente Romeu Queiroz por sua sensibilidade e pelo apoio ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Defendo o projeto do Deputado Romeu Queiroz que introduz cadeira sobre direitos humanos em nossas escolas. Sonhamos que atos como o que aconteceu com o índio Galdino José dos Santos não aconteçam mais.

Outro dia, eu mesmo fui testemunha de um ato na saída de um supermercado. Alguns adolescentes insistiam em gritar contra uma mulher, chamando-a de asfalto e outros termos. Fui até os adolescentes dizer-lhes que o próximo passo deles seria jogar pedra nela e o próximo passo dela seria achar que eles poderiam queimá-la também. Precisamos, em Minas Gerais, de ações contundentes, ações duras, para que sejam verdadeiramente garantidos os direitos da nossa população. Por isso o ensino dessa cadeira nas escolas é fundamental.

Agradeço também a participação de todas as entidades que trazem essa contribuição fundamental para este trabalho. Aguardamos que consigamos, com esse gesto, cultivar uma sociedade mais fraterna em Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Luiz Chaves

Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, senhores e senhoras, membros da Mesa, público presente, é oportuno este momento para trazermos a público, pelo menos, o gemido e a angústia daqueles povos que estão hoje totalmente excluídos da nossa sociedade.

Em um ano de Programa Nacional de Direitos Humanos, infelizmente, os índios do Brasil não têm muito a comemorar. Os dados que temos nos relatórios publicados dão conta de que, nos últimos anos, a violência tem aumentado contra esses povos. As pesquisas divulgadas pelo INESC também noticiam que a fome, a desnutrição e as doenças estão atingindo, cada vez mais, as populações indígenas. Penso que esta Comissão tem obrigação de levar adiante algumas questões que vamos levantar neste momento, principalmente as que constam no Programa Nacional de Direitos Humanos, entre elas algumas que estavam para ser cumpridas a curto prazo, mas nem isso aconteceu.

Em todos os dados de violência que temos registrado - mais de 120 mil casos contra povos indígenas, incluindo desde as grilagens de terra ao furto de madeira, a violência física, morte, estupros -, constatamos a total ausência do poder público, ou seja, o poder público não está cumprindo o seu papel, que é o de defender o direito dessas populações.

A Constituição brasileira, pela primeira vez, reconheceu o direito desses povos. Reconheceu e protegeu o modo de vida desses povos, seus costumes, suas crenças, sua língua e, principalmente, o território onde vivem. Mas, infelizmente, a própria lei hoje existente no País não determina de que forma esses direitos devem ser preservados e garantidos. Não estabelece sequer responsabilidades de quem deve garantir o direito dessas populações. Entendemos que parte disso em função da própria legislação, que hoje está completamente ultrapassada. As populações indígenas estão meio órfãs da legislação.

A Lei nº 6.001, conhecida como o Estatuto do Índio, como a Constituição das populações indígenas, foi criada em 1973, ainda no regime ditatorial, e tinha como fundamento básico a incorporação dos povos indígenas à sociedade. Hoje está completamente ultrapassada, obsoleta, e não existe nada que possa substituí-la. No Congresso tramita, desde 1991, o primeiro projeto substitutivo do Estatuto dos Índios. Mais dois foram apresentados, e o relator apresentou o seu substitutivo, que foi aprovado ainda em 1994 na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Infelizmente, esse projeto está paralisado.

Sabemos que existem forças do próprio Governo tentando impedir que o Estatuto do Índio seja votado. Por trás delas existem fortes interesses. Quando a lei não define quem é quem, quem vai proteger o direito do índio, acontece o que está ocorrendo hoje, principalmente no Norte do Brasil, no Mato Grosso. Cito como exemplo a tribo Nhambiquara, que está, há mais de dez anos, sendo espoliada pelos garimpeiros. São mais de 8 mil garimpeiros enfrentando cerca de 63 índios, que sobrevivem a duras penas. A Polícia Federal retira os garimpeiros, e eles retornam para a área. A justiça manda retirá-los, a polícia torna a retirá-los, mas eles voltam. A última informação que tivemos é que a Polícia Federal lavou as mãos, dizendo que não ia mais tirá-los. O Ministério Público, ao ingressar com pedido junto à Polícia Federal, também se pronunciou da mesma forma: "Não vou mandar retirar garimpeiro nenhum, porque já mandei uma vez"! O Governo lava as mãos, e os garimpeiros estão lá, acabando com as terras e com os próprios índios.

Percebemos isso com relação às grandes questões que dizem respeito aos minérios existentes nas áreas indígenas. Verdadeiras invasões estão acontecendo por parte do próprio poder público. Vemos isso também com relação ao uso dos recursos hídricos, por meio dos grandes canais de exportação que estão sendo abertos no Mato Grosso, Amazônia, e que estão fatalmente atingindo inúmeros povos, para não dizer que um desses projetos atingirá, com certeza, também mais da metade do Pantanal Mato-Grossense. Com relação a isso tudo, a esse descaso do poder público, podemos perceber isso também aqui em Minas Gerais. Como, por exemplo, a tribo dos maxacalis que, apesar de grande campanha, em que toda a sociedade se envolveu, com a participação ativa das organizações da sociedade civil, teve a terra demarcada, homologada e registrada em cartório, sofreu, no entanto, a invasão contínua de suas terras pelos fazendeiros, ou seja, não se retirou uma só família ocupante da área maxacali. Até tive grata surpresa com relação a uma das passagens dos índios por dentro da sua própria terra, que foi interrompida há mais de quatro anos pelos fazendeiros: o Juiz da 4ª Vara acabou de despachar, mandando abrir uma cancela para que os índios possam, pelo menos, transitar dentro da sua própria terra. E até hoje essa medida não foi cumprida, ou seja, os índios estão impedidos de se locomoverem dentro do seu próprio território.

A questão dos crenques: felizmente, depois de mais de 15 anos de demanda na justiça, tivemos, finalmente, a ação da Polícia Federal, que está na área retirando os fazendeiros. Esperamos que essa ação seja completa, porque pude presenciar coisas absurdas lá, como, por exemplo, extração de madeira. O fazendeiro Afrânio Starling, alvo de dois inquéritos passados, foi denunciado pela extração de madeira na área indígena, e nenhum processo deu em nada. Durante a operação de retirada dos fazendeiros, na terça-feira, quando eu estava presente, o fazendeiro estava cortando e transportando madeira com seus tratores, na frente da Polícia Federal, na frente dos Oficiais de Justiça. Naquele dia, não havia ninguém da imprensa. Fiquei surpreso porque o fazendeiro não teve nem as moto-serras apreendidas. Só no depósito de madeira, pude contar mais de 60 toras de angico, de aroeira.

O Estatuto do Índio, portanto, para nós, é fundamental. Temos que estabelecer quem é quem nesse processo de proteção aos índios. Não podemos mais conviver com esse tipo de violência e com a ausência total do poder público. A FUNAI, do jeito que está, não pode continuar. A FUNAI não assiste mais ninguém. É um órgão sucitado, completamente falido, não tem recurso sequer para colocar combustível nas viaturas. E sabemos também que é um órgão que foi criado naquela filosofia de aculturar os índios e que esses resquícios não mudam. O despreparo de determinadas pessoas desse órgão é tamanho que nos deixa surpresos. Para vocês terem uma idéia, há poucos dias, fizemos uma reunião para discutir o problema do alcoolismo na tribo dos maxacalis. Os índios estão morrendo ingerindo álcool. A Polícia Federal falou que não pode fazer nada porque álcool não é considerado bebida alcoólica. Então, enquanto ela proíbe o dono do armazém de vender a cerveja e a cachaça, não o proíbe vender caixas fechadas de álcool. Os índios ingerem o álcool puro. Essa pessoa da FUNAI, enfermeira, relatando para nós um dos projetos que tinha para tentar combater o problema do alcoolismo, que atinge 99% do povo maxacali, falou que ia realizar grande festa e que ia levar vinho para distribuir para os índios, a fim de tentar combater o alcoolismo.

Entendemos, então, que a própria FUNAI, que hoje está realizando vários "workshops" pelo Brasil afora para discutir a reestruturação do órgão, infelizmente está fazendo isso sem a presença dos principais interessados que são os índios. Entendemos que a

reformulação da FUNAI deveria vir depois da aprovação do Estatuto do Índio, porque o Estatuto é a lei maior, ele é que deve definir que tipo de assistência o Estado tem que prestar, que tipo de garantias o índio deve ter da lei e que tipo de órgão deve funcionar para prestar assistência aos índios. Nós entendemos, portanto, que o poder público é omissivo em todos os sentidos na questão indígena e, hoje, atua para impedir a aprovação da lei maior, que está parada na Câmara dos Deputados. Parece-me que está articulando, por meio da sua Comissão, a possibilidade de se colocar em discussão a matéria na Câmara, ou seja, a fim de que ela para ali retorne, quando deveria ir diretamente para o Senado, simplesmente para que se rediscutam as questões que já estão definidas e dizem respeito à extração dos minerais e à utilização dos recursos hídricos nas terras indígenas. Enfim, todas essas violências, temos certeza, só terão fim a partir do momento em que nós tenhamos essa lei votada e aprovada no Congresso; a partir do momento que tenhamos uma FUNAI, ou talvez outro órgão completamente reestruturado, diferente desse que aí está; a partir do momento em que os governos, os Estados e os Prefeitos também tenham ação direta sobre as populações indígenas, porque, até hoje, os Estados e os municípios lavaram as mãos como se os índios fossem uma espécie de seres extraterrenos, como se não fossem cidadãos do Estado. Tudo o que diz respeito aos povos indígenas sempre foi remetido à esfera federal como se só o Governo Federal fosse responsável por esses povos. Entendemos que o Governo deve agir como a Constituição Estadual determina e, também, a Lei Orgânica Municipal. Temos aqui a Comissão Estadual de Assuntos Indígenas, criada desde o Governo Tancredo Neves e que, hoje, é composta por várias pessoas ligadas a diversos órgãos públicos e privados. Infelizmente, essa Comissão não tem agido por absoluta falta de estrutura, pois não dispõe de orçamento. Essa Comissão não tem feito absolutamente nada a não ser conseguir um pouco de sementes no final do ano passado. Essas sementes, infelizmente, chegaram atrasadas para o plantio da safra do ano passado, a exemplo do financiamento do Banco do Brasil, quando é feito para pequenos produtores. Queremos chamar a atenção para o que deve constar na lei maior, que é o Estatuto do Índio: a demarcação das terras indígenas, que, para nós, hoje constitui o maior problema. Mais de 600 áreas indígenas do País, hoje, estão sem demarcação e, entre elas, várias, como é o caso da área dos maxacalis, que foi demarcada mas continua invadida pelos fazendeiros. Até os últimos 20 anos, mais de cinco decretos foram publicados, estabelecendo normas de demarcação das terras indígenas, ou seja, cada governo que entra, conforme o seu poder de fogo, conforme os interesses maiores que estão no poder, estabelece regras para demarcar as terras indígenas. A exemplo do último Decreto nº 1.775, de 1996, quando criou o contraditório, que ainda é alvo de várias ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal, estabeleceu, com isso, uma enxurrada de ações de fazendeiros, uma enxurrada de contestações, dando, inclusive, chance àqueles que entraram nas terras indígenas por meio da violência para se defenderem e argumentarem como legítimos donos daquelas terras. Entendemos que a lei deve definir, de uma vez por todas, por meio de uma única regra, como deve ser a demarcação das terras indígenas, o que é fundamental para nós.

E, por fim, gostaria de encerrar dizendo que outra questão fundamental para nós é que possamos, de fato, fazer com que todas as propostas que estão no Programa Nacional de Direitos Humanos sejam atendidas. É de suma importância a aprovação da Convenção nº 169, da OIT, cujo processo se encontra parado, a qual trata dos povos indígenas do planeta. Esse processo se encontra parado no Congresso há muitos anos sob o argumento de que a Convenção chama as populações indígenas de povos indígenas. Isso, segundo a assessoria governamental e os próprios militares, coloca em risco a soberania nacional. Para nós é importante também todo o empenho dessa Comissão, desse programa, para que seja aprovada a Convenção nº 169, da OIT. O meu tempo encontra-se esgotado. Gostaria de agradecer a atenção de vocês.

Palavras da Sra. Aparecida Reis

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, Deputado João Leite; demais membros da Mesa; senhoras e senhores do Plenário, boa-tarde. Gostaria de pedir um pouco de paciência, nosso texto é grande, mas acho que é interessante lê-lo para tomarem um pouco de conhecimento da história. (- Lê:)

"Os Povos Indígenas e os direitos humanos

O Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado a partir de ampla consulta à sociedade brasileira e com a colaboração de diversas organizações da sociedade civil, sem dúvida, representa um grande avanço nas políticas públicas de relações sociais. Contudo, após um ano de existência, os povos indígenas não têm muito a comemorar, pois os seus direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal continuam longe de se tornarem realidade. O sagrado direito à terra onde nasceram, garantido por lei, continua sendo desrespeitado nos quatro cantos do país e só é assegurado por meio de muita mobilização, organização e luta. As invasões de áreas indígenas por madeireiros, garimpeiros e empresas agropecuárias continuam sendo rotina nos relatos da imprensa nacional, como se o poder público não tivesse o dever constitucional de proteger o patrimônio desses povos.

O Decreto Federal nº 1.775/96, de 1996, que instituiu novos procedimentos nas demarcações de terras, contribuiu para dificultar ainda mais as ações demarcatórias, já que provocou enxurradas de processos por parte dos ocupantes de áreas indígenas, inclusive daqueles que nelas se instalaram por meio de ações violentas, pleiteando direitos inexistentes. Conseqüentemente, as condições de vida das populações indígenas têm piorado. A fome e a incidência de doenças atingem níveis alarmantes, principalmente entre as populações das aldeias cujas terras são insuficientes ou estão totalmente degradadas pela ação dos agropecuaristas e outros predadores. Essa dramática situação já resultou até em suicídio coletivo, como o caso dos guaranis de Mato Grosso do Sul. Pesquisas realizadas pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - INESC - mostram que mais de 30% dos índios brasileiros passam fome, sendo que, na região Nordeste, esse percentual sobe para 83,91%. Nas aldeias de Minas Gerais, mais da metade da população sofre de carência alimentar, sendo que nas duas aldeias maxacalis, a fome atinge praticamente toda a população. A pesquisa apontou também que, em decorrência da fome, todas as populações de Minas Gerais são atingidas por várias doenças como desnutrição, parasitose intestinal, artralgia, tuberculose, desidratação, dermatopatia e doenças respiratórias, entre outras. No povo maxacali, o alcoolismo atinge toda a população e o índice de mortalidade infantil é o maior de todas as aldeias.

As ações específicas constantes no Programa Nacional de Direitos Humanos, mesmo as de execução a curto prazo, não saíram do papel. Entre elas está a revisão da Lei nº 6.001, de 1973 (Estatuto do Índio), que está ultrapassada e carrega todos os vícios do período ditatorial. Para as organizações indígenas e indigenistas, a aprovação do novo estatuto é fundamental para consolidar o direito dos povos e definir as ações do poder público. Entre as de curto prazo, destacam-se, também, as propostas para assegurar o direito dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam e a demarcação e a regularização das terras que ainda não foram demarcadas. Os dados colhidos até agora apresentam resultados muito aquém daqueles anunciados pelo próprio Governo. A falta de dotação de recursos para a demarcação de terras reflete o desinteresse da política indigenista oficial. Dos recursos orçamentários de R\$160.000.000,00 alocados à FUNAI para 1997, apenas R\$12.000.000,00 são destinados à demarcação de terras. Isso mostra que o Governo prefere aplicar milhões de reais na manutenção de um órgão inchado, carcomido pelos vícios herdados da ditadura e incapaz de fornecer melhor assistência aos índios, a priorizar as ações fundiárias, que são essenciais para as várias populações. As conquistas das populações indígenas têm sido alcançadas muito mais pela luta incansável de seus membros, com o apoio de entidades e setores da sociedade civil organizada, do que pelas ações constitucionais do poder público.

O Governo Federal, completamente alheio e insensível à realidade concreta dos povos indígenas, inicia, no contexto da reforma administrativa do Estado, a reestruturação da FUNAI a partir da concepção do Estado mínimo e de acordo com as conveniências do capital neoliberal. Nesse sentido, exclui o princípio que assegura a participação dos povos indígenas e de suas organizações, sendo eles os principais interessados, salvo em aspectos que somente legitimam as propostas governamentais.

Portarias do Presidente da FUNAI já determinaram a transformação de departamentos em unidades de acompanhamento de políticas e diretrizes setoriais, programas nacionais de educação, programas de saúde, desenvolvimento econômico e ambiental. Tudo indica que a reestruturação já em curso, como a de médio prazo, não tem como pressuposto o bem-estar dos povos indígenas, mas a redução do custo-FUNAI.

A violência contra os povos indígenas tem aumentado nos últimos anos, conforme relatório publicado pela CNBB-CIMI. No período de 1994 a 1995, entre agressões à pessoa e por ação e omissão, ao patrimônio, identificamos a ocorrência de mais de 123.716 casos que afetaram cerca de 97 tribos, o que equivale a 46%. O poder público foi direta ou indiretamente, responsável por cerca de 123.244, ou seja, 99,6%, destas agressões, cabendo a particulares a responsabilidade pela prática de 290 atos de violência, correspondente a 0,4%.

Esse elevado grau de participação do poder público na violência contra os povos indígenas ocorreu tanto através de atos que seus agentes praticaram ou deixaram de praticar quanto pela própria inoperância da administração pública.

Em Minas Gerais, felizmente, depois de quase 15 anos de demanda judicial, os crenaques do vale do rio Doce estão aguardando a devolução definitiva de suas terras, sob ordem judicial, o que pode ocorrer nos próximos dias. Já os maxacalis, que tiveram a área homologada e registrada depois de uma campanha internacional desenvolvida pelo CIMI, CEDEFES e outros órgãos, ainda estão com as terras invadidas pelos criadores de gado. Urge que a sociedade civil, por meio de suas entidades representativas, continue pressionando a FUNAI para que promova a desocupação definitiva da área, sob pena de legitimar as contínuas agressões cometidas contra aquele povo. Todavia, a reconquista do espaço territorial, apesar de essencial, não significa o fim de todos os problemas, pois a ampliação da área, a curto prazo, não

resolve os sérios problemas por que estão passando os índios, como, por exemplo, saúde, educação e habitação. Além disso, as ameaças de invasão de seu território, por parte de grileiros profissionais, certamente continuarão exigindo atenção especial do poder público.

Na área de saúde, o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena - NISI -, que conta com a participação do Governo do Estado, têm realizado algumas ações específicas nas aldeias, porém enfrenta os mesmos problemas que atingem a saúde pública em geral. Como exemplo, pode ser citado o ambulatório construído em 1993 na área xacriabá, em 1993, que até hoje não está em funcionamento devido à falta de pessoal habilitado. Devido à falta de dotação orçamentária, a Comissão Estadual para Assuntos Indígenas, criada no Governo Tancredo Neves e revigorada no Governo Eduardo Azeredo, pouco contribuiu para a melhoria das condições de vida das populações indígenas, limitando-se à distribuição de sementes na última safra agrícola e a algumas ações isoladas na área de saúde.

Luciano Marcos P. Silva - Conselho Indigenista Missionário - Leste, relator.

"A população negra e os direitos humanos - Introdução histórica.

A população negra sempre encontrou formas de resistência à escravidão. A primeira delas foi a revolta nas senzalas. E os senhores de escravos encontraram respostas imediatas: os chicotes dos capitães-do-mato e as profundas marcas nos corpos e nas mentes dos negros. Naquele momento, o senhor via a repressão como uma atitude natural, como mais uma forma de impedir o escravo de lutar por seus direitos. Mas os negros procuraram novas e mais avançadas saídas: os quilombos.

A cada quilombo que surgia, a repressão sofisticava-se. Mesmo assim, eles se espalhavam pelo país: o de Palmares, em Pernambuco, o de Campo Grande, em Minas Gerais. As revoltas, como a dos malês, na Bahia, se sucediam.

Na primeira metade do século passado, ocorreram as principais lutas negras contra o sistema escravista. Nesse período, as concepções libertárias e de progresso começavam a tomar conta dos setores médios da população, que se integraram à luta abolicionista. Após a Independência do Brasil, seriam esses setores a caminhar em busca da República e da industrialização, unindo-se ao povo negro pelo fim da escravidão.

Na verdade, a abolição da escravatura é fruto de um conjunto de contradições vividas, na época, pelos brasileiros e não o ato de bondade de uma princesa, como ainda quer fazer crer a nossa escola. Ela surge como fruto das lutas do povo negro contra a escravidão, dos setores liberais contra a monarquia, bem como da pressão do capital inglês, em busca de novos mercados de consumo para seus produtos industrializados.

O modo de produção escravista tornou-se incompatível como o novo modelo de desenvolvimento; era preciso substituir-se urgentemente essa mão-de-obra desqualificada pelo imigrante europeu. Todo o contingente de ex-escravos, sem trabalho e discriminado por toda a sociedade, é jogado à marginalidade, às favelas e aos mocambos.

A ideologia da superioridade racial, que tanto serviu para justificar a escravidão negra no Brasil, deixou marcas profundas em nossa cultura. Sem trabalho e carregando o estigma de menos humano, o negro passou a ter vergonha de si mesmo e a ser considerado um perigo para a sociedade. A perseguição policial aos negros deixou de ser um ato político, uma contraposição às suas lutas por direitos. E, agora, uma perseguição comum.

Na década de 20, o "Clarim da Alvorada" seria o primeiro jornal a lutar contra o racismo, a discriminação racial e a exploração, a favor da liberdade de manifestação. Isso contribuiu muito para o avanço da consciência negra, que possibilitou, mais tarde, a fundação da Frente Negra Brasileira, a primeira organização nacional negra que chegou a contar 60.000 sócios. Editou o jornal "A Voz da Raça" e, mais tarde, tornou-se partido político, fechado em 1937 pela ditadura Vargas. Ou seja, o Movimento Negro, desde aquela época, já estava envolvido com a luta pelos direitos humanos.

A discriminação racial no trabalho

A participação dos negros no processo de produção é marcada por uma profunda discriminação racial nas relações de trabalho. São transformados em exército de mão-de-obra barata para os serviços que exigem força física. A grande maioria vive do subemprego e da prestação de serviços que não requerem mão-de-obra especializada.

A população negra é estimada em 75 milhões de brasileiros marginalizados social, econômica, política e culturalmente, segundo dados da UNESCO. A grande maioria não tem casa própria, paga aluguel ou sobrevive nas favelas das grandes cidades, onde não existem as mínimas condições de vida digna. Não tem acesso a sistema de saúde, saneamento básico, energia, transporte seguro, escola pública de boa qualidade, opções culturais e de lazer, enfim, a um meio ambiente saudável, que propicie boa qualidade de vida.

A violência policial



Atualmente, existem dois papéis básicos para a polícia: o de manter a situação atual, por meio da força, e o de pressionar constantemente o exército de mão-de-obra fazendo a exigência de comprovação de emprego. O indivíduo que não comprovar estar empregado está sujeito a sanções criadas pelo Estado.

Sobre os negros e as negras, a polícia exerce uma função extraordinária: a de destruí-los em termos psicológicos e de sua organização. Para a polícia, todo negro é um criminoso em potencial. Ela o persegue em qualquer lugar e a todo momento. Isso faz com que o indivíduo negro sinta vergonha de seu povo e se isole do seu grupo.

A absorção dos valores brancos impostos pelos mecanismos formadores da sociedade se manifesta de forma concreta e indiscutível, deixando bem visível a desvantagem de não ser branco. Os próprios policiais negros se sentem superiores aos negros comuns. Eles se vêem como parte integrante do grupo de seus dominadores. A polícia tem sido o organismo mais concreto para a divisão do grupo negro. É o organismo mais temido e mais odiado.

Em relação ao sistema penitenciário, pode-se dizer que é uma parte importante para a manutenção do tipo de sociedade em que vivemos. Ele funciona como uma espécie de lixo social. Na verdade, o presidiário é um exemplo para que as pessoas não se atrevam a desafiar o poder estabelecido. É na condição de presidiário que o indivíduo sofre de forma mais aguda os conflitos por ter negado os valores impostos pela sociedade. É jogado em cárceres de alta densidade demográfica. É abandonado também pela família e pelos amigos, ficando à mercê da violência policial, que utiliza formas variadas de torturas (físicas e psicológicas) a fim de esmigalhar-lhe a capacidade de resistência.

#### A Indústria da Criminalidade

No Brasil, o Estado não cumpre as funções sociais que justificam a sua existência. O dever de assegurar ao cidadão o acesso a moradia, escola, saúde, saneamento básico, transporte, cultura e lazer foi abandonado em favor da repressão. O melhor exemplo disso são as ações da polícia e dos grupos de extermínio, que, em todo o País, atingem o povo negro com ostensiva e impressionante impunidade. Uma rápida consulta às páginas policiais dos jornais diários comprova essa afirmação. Entretanto, a ideologia da democracia racial e a dramática incorporação desses fatos ao cotidiano da sociedade impedem que os assassinatos sejam entendidos como a forma mais extrema da violência racial.

Senão, como entender as recentes cenas mostradas pela televisão de extorsão, espancamento, humilhação e assassinato na Favela Naval em Diadema, os massacres de Carandiru, Corumbiara e Eldorado de Carajás ou as chacinas de Vigário Geral, das crianças da Candelária, do Taquaril e das nações indígenas, realizadas pelo próprio aparelho policial do Estado?

#### Os Meios de Comunicação

Os meios de comunicação, como a televisão, o rádio, os jornais, as revistas e os livros (de ficção e didáticos) cumprem o papel de legitimar, de tornar natural e aceitável a violência racial. Neles a questão racial é conduzida com o objetivo de consolidar o eurocentrismo como fundamento da nacionalidade brasileira.

Utilizam de forma magistral as informações relativas ao conflito racial com finalidade comercial, exaltando aquelas que ultrajam a imagem dos negros e ignorando outras que poderiam exaltá-la. É por meio da permanente veiculação de informações tendenciosas que se consegue manipular e desorientar, fazendo prevalecer uma consciência favorável ao projeto de exclusão racial.

Os programas infantis da televisão, por exemplo, transmitem, de forma incontestável, mensagens ligadas à supremacia racial branca, mantendo uma violenta obrigatoriedade da estética branca, impondo uma ascendência nórdica ao povo brasileiro, que penetra no subconsciente da criança negra com efeitos devastadores sobre sua personalidade em formação. Desse modo, a criança é forçada a se desvincular de sua identidade racial e cultural.

Os meios de comunicação, mais que a escola, sustentam o racismo e a ideologia do branqueamento, veiculando imagens estereotipadas de negros e negras.

#### A Mulher Negra

Entre tantos aspectos que envolvem a opressão da mulher, destaca-se a violência racial, que coloca a mulher negra na mira dos programas de controle da natalidade, por via da esterilização sumária e da experimentação de drogas anticoncepcionais. A sociedade, que louva a maternidade como realização máxima da mulher, cria mecanismos para restringir o direito à maternidade da mulher negra. Isso ocorre porque a sociedade é estimulada a querer ser branca e é levada a considerar que a miséria é fruto da incapacidade dos grupos que nela vivem.

O tamanho da população de um país é, freqüentemente, fruto de políticas governamentais, que tanto podem agir para sua expansão como para sua redução, a depender, inclusive, dos interesses ligados à acumulação econômica. Assim, a esterilização sumária e maciça, como única solução para as mulheres negras que não podem sustentar seus filhos, é gratuitamente oferecida em todos os cantos do Brasil.

Essa prática caracteriza um lento processo de extermínio da população negra brasileira, que já vem decrescendo por efeito da miscigenação, das altas taxas de mortalidade infantil, das mortes provocadas pelos métodos rudimentares de aborto nas situações de gravidez indesejada e do extermínio sumário de crianças e adolescentes. Os direitos reprodutivos das mulheres negras são, fundamentalmente, direitos humanos.

#### Conclusão

Finalmente, diante da realidade da população negra, da situação de violência contra homens, mulheres, crianças e adolescentes negros, nós, do Movimento Negro Brasileiro, queremos exigir que os Governos Federal, Estaduais e Municipais tenham a coragem e a vontade política necessárias para implementar urgentemente as propostas e medidas, mesmo que paliativas, contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos. Queremos evidenciar que ele é fruto do frio assassinato de Mário José Josimo pelo aparelho policial do Estado na Favela Naval em Diadema e que essa tragédia corrobora a nossa tese de que a violência policial é o terror cotidiano do povo negro no Brasil.

E, mais ainda, mesmo que o conjunto das medidas do PNDH vá ao encontro de nossas reivindicações no sentido de estabelecer uma cultura pelos direitos humanos na sociedade brasileira, queremos reafirmar nossos propósitos e exigências, a seguir:

- 1 - o direito à vida é inalienável. Pelo fim da mortalidade infantil; 2 - pelo fim da prática da pena de morte no Brasil; 3 - pelo fim da violência policial; 4 - pelo fim da impunidade. Punição aos mandantes e aos executores das chacinas cometidas nos últimos tempos; 5 - que os crimes de policiais militares sejam julgados pela justiça comum. Revisão do Projeto de Lei do Deputado Hélio Bicudo; 6 - ampliação da legislação anti-racista de forma a contemplar todas as situações em que o racismo e a discriminação racial se manifestem; 7 - tipificação da conduta discriminatória no Código Penal; 8 - viabilização de banco de dados referente a processos criminais, de modo que se possa assegurar tratamento estatístico ao quesito cor e melhor conhecimento dos diferentes aspectos da desigualdade no acesso à justiça. Auditoria nas fichas dos acusados de crimes que aguardam vagas nas cadeias; 9 - adoção das disciplinas Direitos Humanos e Cidadania, com ênfase nos aspectos de raça e gênero, nos cursos de formação de policiais civis e militares; 10 - punição exemplar dos crimes de extermínio de crianças e adolescentes e de tortura a presos comuns; 11 - controle e punição rígida das agências de turismo que exploram, direta ou indiretamente, a prostituição, especialmente a infantil; 12 - liberdade de organização, informação e expressão dentro das prisões; 13 - liberdade sexual para os presos; 14 - alfabetização e formação profissional dentro das prisões; 15 - revisão dos processos e das penas de todos os presos comuns e adoção de punições alternativas considerando a gravidade da infração; 16 - por melhores condições carcerárias; 17 - por prisões abertas e efetiva reintegração social dos presidiários; 18 - democratização dos meios de comunicação. Pela garantia dos avanços contidos na lei da imprensa; revisão da lei de concessões; legalização dos canais de rádio e TV comunitários; 19 - que a tortura seja considerada crime hediondo e de lesa humanidade; 20 - pelo fim da esterilização das mulheres, principalmente as negras; 21 - pela efetiva implantação, no plano social, dos direitos estabelecidos pela Constituição (habitação, saúde, educação, segurança pública, salário digno, etc.); 22 - que todos os grandes projetos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ouçam a opinião da população envolvida e que sofrerá as conseqüências e os impactos de tais projetos; 23 - pelo direito e pela garantia de uma efetiva cidadania; 24 - pela implantação, nos Legislativos Estaduais, de CPIs que apurem os crimes raciais e de extermínio; 25 - pela absorção, nos meios de comunicação, da população afro-brasileira; 26 - pelo fim de todas as formas de tortura, principalmente a institucionalizada.

Eu gostaria de finalizar lembrando que de nada adianta existir um programa nacional de direitos humanos enquanto continuar a política de privatização, como a da Vale, o desemprego, o recuo a todas as garantias trabalhistas duramente conquistadas na Constituição de 1988. Muito obrigada. Boa tarde.

Palavras da Sra. Neusa Santos

Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa, demais Deputados presentes, senhoras e senhores membros da Mesa, em especial, cumprimento todas as mulheres e todos os homens que aqui se encontram, militantes de organismos governamentais ou não governamentais na luta pelos direitos dos excluídos de toda sorte. Fizemos um documento que se encontra registrado no Ciclo de Debates Direitos Humanos. Sugiro que vocês o leiam, uma vez que prefiro comentar sobre a proposta que estamos apresentando a fazer a leitura.

Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar dizendo que nós, do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, temos sido testemunhas dos esforços desta Casa, em especial do Deputado João Leite, que abriu esta sessão com uma avaliação muito correta e adequada da realidade que vivem os excluídos no País, quando toma como exemplo o tratamento à população indígena. Em que pese a todos esses esforços, gostaria de iniciar fazendo uma observação deste nosso dia de debate. Hoje pela manhã o tema foi a avaliação do

Programa Nacional de Direitos Humanos. O da tarde é a apresentação dos relatórios. Não por acaso, a Mesa da manhã era representada exclusivamente por homens, porque era uma avaliação, uma discussão de concepção. A Mesa da tarde é representada quase que exclusivamente por mulheres, porque é o fruto do trabalho, são os relatórios produzidos. Aqui nesta Casa está inscrita a discriminação de gênero. Ela faz parte do nosso cotidiano, ela faz parte da realidade. Não estou fazendo uma crítica à Comissão propriamente dita, mas estou afirmando que se discutem políticas de direitos humanos especialmente na questão de gênero, mas, na hora da fala, da elaboração da concepção, nós, mulheres, estamos fora da cena. Por quê? Porque estamos fora da cena do poder. Nesta Casa, um outro exemplo, são 77 parlamentares, apenas 3 mulheres.

A realidade que vivemos aqui hoje é a do Brasil. Qualquer discussão de programa nacional de direitos humanos tem que passar pela cultura de gênero, pela incorporação do termo gênero em todas as ações. Então, essa é a nossa primeira afirmação.

Gostaria de levantar uma segunda questão, que me preocupa muito. Percebemos aqui hoje a seriedade e o esforço dos expositores para discutir e elaborar esse tema, por isso temos que discutir com precisão, profundidade, principalmente nós que aqui estamos, uma minoria da sociedade que persiste em dizer que mulher tem direitos, que negro tem direitos, que portador de deficiência tem direitos, que homossexual tem direitos, que portador de deficiência mental tem direitos, enfim, que todos os excluídos têm direitos.

Não podemos discutir direitos humanos, isso foi falado hoje, pela manhã, sem fazer uma análise mais global da política de desenvolvimento econômico do País. Não podemos discutir direitos humanos enquanto esse Governo promove demissão em massa, em nível dos organismos do Estado e é conivente com uma política de, a cada dia, tirarem-se milhares e milhares de operários do mercado de trabalho, sem perspectiva de retorno. É muito difícil discutir direitos humanos numa sociedade onde milhares e milhares de homens e mulheres não têm acesso a condições mínimas de sobrevivência, como, por exemplo, moradia. Se não fizermos uma discussão da política estrutural do Governo em curso, especialmente das conseqüências perversas do neoliberalismo na vida da população pobre deste País, acredito que qualquer discussão em termos de direitos humanos está comprometida.

Mas, ainda assim, discutimos políticas compensatórias. Hoje, quaisquer programas, em nível nacional, de garantia de direitos humanos, certamente serão de políticas compensatórias. Esse é o primeiro ponto que queria marcar. Com essa compreensão é que nós, do Conselho Municipal da Mulher, travamos esse debate sobre direitos humanos. Estamos trabalhando com políticas compensatórias. É necessário enfrentarmos esse modelo perverso, neoliberal, para discutir de fato, de direito. Vivemos um regime de exceção, e hoje a política federal promove a exceção de milhares e milhares de brasileiros. Segundo essa linha, gostaria de discutir um pouco sobre a situação das mulheres e as nossas propostas. O primeiro ponto é que, certamente, neste século, o direito da mulher deu um salto de qualidade expressivo. Não à toa, alguns autores consideram que um dos movimentos que vêm causando revolução cultural na maior parte da humanidade é, certamente, o movimento das mulheres. Por que é um movimento que hoje se diferencia? As duas últimas conferências - a do Cairo, que tratou da discussão sobre populações, muito bem trabalhada nos textos dos companheiros que estudam a questão racial, população não tem que ser meramente um desejo do Governo de controlar ou não, tem que passar pelo crivo do controle da sociedade civil, sobre a política que queremos ver implementada; depois, a 4ª Conferência Internacional da Mulher, na China, em 1995. E qual foi o nosso salto de qualidade? O primeiro ponto é que conseguimos sinalizar para a humanidade o poder de mobilização globalizada das mulheres.

Hoje, a discussão da questão do gênero passa por bandeiras e reivindicações que unificam as mulheres do mundo inteiro, porque nós, a metade do planeta e responsáveis por trazer a outra metade ao planeta, sofremos exclusão e violência porque somos mulheres. A violência contra nós é constatada por dados e estudos. Isso não é "achismo" nem futurologia, mas baseado em estudos. A violência contra a mulher perpassa as classes sociais, as religiões e culturas. Isso possibilitou que trabalhássemos com uma bandeira comum. E nos preocupa muito, porque um dos pontos debatidos em 1995, na China, foi o de que toda violação aos direitos da mulher constitui violação aos direitos humanos. Pasmem, mas a violação aos direitos da mulher não era considerada violação aos direitos humanos.

Neste momento, temos que tomar muito cuidado porque o programa nacional do Governo me parece muito mais um apelo em nível internacional - e isso foi levantado hoje, de manhã pelo Deputado Federal Nilmário Miranda - do que um desejo propriamente dito de se implementar um programa de direitos humanos. Sabemos que, hoje, um dos parâmetros para se medir o desenvolvimento econômico dos países é o grau de respeito aos direitos humanos. Essa, inclusive, é uma exigência para se conseguir financiamento, para se abrir carteira de crédito, para se ter assento na ONU, etc. Acredito que o Governo esteja trabalhando nessa linha muito mais numa política de maquiagem em nível

internacional do que, propriamente, um desejo real de estar implementando uma política de direitos humanos. Naturalmente, compete a nós, militantes desse setor, fazer com que, de fato, essas políticas se tornem realidade.

Então, para nós, mulheres, alguns pontos são importantes. Primeiro, que os nossos direitos, hoje, sejam considerados direitos humanos no Brasil. Para isso, é fundamental termos políticas públicas de eliminação da discriminação de gênero e consolidação da plena cidadania das mulheres. De que forma isso deve ser feito? O Governo brasileiro é signatário na plataforma que foi elaborada em decorrência da conferência mundial de 1995. Já estamos há um ano e oito meses da conferência e a 32 meses do terceiro milênio, mas, efetivamente, o Governo Federal não teve nenhuma ação concreta - naturalmente, no papel, teve várias - de implantação da plataforma elaborada nessa conferência. Então, para nós, o primeiro ponto fundamental é a implantação dessa plataforma, que, certamente, garantirá o início da construção de uma sociedade com equidade de gênero.

Outro ponto da conferência que destacaria como importante é o combate à "feminilização" da pobreza. Hoje, no Brasil, há um contingente de milhões de deserdados, famintos, miseráveis, sem acesso à sociedade, à habitação, e não podemos nos esquecer de que 25% dos lares são chefiados por mulheres e são os mais pobres e mais fragilizados. Então, é necessário que haja políticas de combate à "feminilização" da pobreza. Quais são essas políticas? Apoiar os Governos municipais e estaduais em programas de geração de emprego e renda; capacitação das mulheres para o mercado de trabalho, porque somos a mão-de-obra menos qualificada; estudo e pesquisa. É necessário que se faça, no Brasil, com urgência, um mapeamento da pobreza, quem são os pobres, onde estão, qual o sexo e a cor.

Outro ponto importante é a implantação, no País, de um programa de assistência integral à saúde da mulher. Acabamos de fazer uma pesquisa e pudemos constatar que o Brasil é recordista em mortalidade materna, sendo Belo Horizonte uma das cidades onde esse índice é mais alto. Então, é necessário que haja, com urgência, em nível de SUS, políticas de assistência integral à saúde da mulher. Chegou-se a patamares intoleráveis. Hoje já não é possível que mulheres morram ao dar à luz, de câncer de mama, de câncer de útero, o que tem acontecido em nosso cotidiano.

Na área de educação, é fundamental, primeiro, um programa de alfabetização das mulheres adultas. Muitas estão impossibilitadas de ter acesso a qualquer tipo de informação porque não sabem ler nem escrever. Essas já estão fora do mercado de trabalho, e muitas delas são chefes de família e a sustentam com trabalho temporário.

São importantes os temas relativos à equidade de gênero na grade curricular, porque isso poderá criar uma nova cultura. É necessário e fundamental que tenhamos um programa de combate à violência. Gostaria até de fazer uma observação: quando falamos em violência, sentimos que a nossa situação é muito diferente da dos homens. Naturalmente, somos ambos herdeiros de culturas diferentes. Entretanto, isso não pode implicar direitos diferenciados. Daí a violência que pesa sobre os homens pobres e as mulheres de todas as classes sociais.

Recentemente, ouvimos de uma advogada, quando defendíamos uma menina de 19 anos que assassinara o pai - ela era violentada por ele desde os 3 anos -, que, até certo ponto, podemos correr da violência nas ruas, mas da violência doméstica não há como fugir. Ela faz parte do nosso cotidiano. É para casa que vamos todos os dias. Assim, a violência doméstica é de uma crueldade e de uma perversidade que compromete, inclusive, o desenvolvimento saudável da sociedade humana. Essa violência é cometida pelo pai, pelo padrasto, pelo parente. É necessário, portanto, que tenhamos um programa de combate à violência doméstica para combater, em especial, o incesto e o estupro contra as meninas. Para isso, é necessário que tenhamos, primeiro, um sistema de proteção às mulheres vítimas de violência. É necessário que tenhamos casas-abrigo no País inteiro. Temos uma em Belo Horizonte, em fase de implantação. A coordenadora é a Márcia de Cássia Benilda. É necessário que tenhamos essas casas-abrigo para receber as mulheres vítimas de violência para que possam ter protegida sua integridade física. Em nível estadual, é necessário que criemos programas de atendimento jurídico às mulheres vítimas de violência. É fundamental a criação de delegacias especializadas em crimes contra as mulheres e que o grupo que for trabalhar nessas delegacias tenha formação sobre a perspectiva de gênero. É fundamental, também, a reformulação do Código Penal. O acesso ao poder é outro ponto importantíssimo para nós. Quando fiz o paralelo desta Casa Legislativa, Deputado João Leite, lembrei-me de que, apesar de o Legislativo elaborar as leis que irão definir e regular as relações sociais e o Executivo ter que segui-las, estamos vendo o contrário. Estamos vivendo um momento muito atípico no Brasil. Temos um Executivo que faz mais leis do que o Legislativo, com a corroboração deste. É uma democracia entre aspas. Os ditadores devem morrer de inveja de um Congresso eleito diretamente que hoje confirma e afirma que o Executivo tomou para si o papel de legislar. Mas é fundamental que tenhamos, no Legislativo, a presença da mulher. A lei precisa ser feita sob a ótica masculina e sob a ótica feminina. A lei é construída sob a lógica,

a ética e inscrição masculina. Então, é necessário rediscutir a participação da mulher nas esferas de poder.

Por fim, é fundamental que façamos uma revisão urgente dos meios de comunicação: primeiro, a democratização, que já foi discutida; segundo, fica para nossa análise - certamente aqui existem mulheres e homens que têm filhos e filhas - e, sem receio de cometer erros, posso dizer que as cinco últimas novelas da "Globo", por exemplo, no horário nobre, foram eficientes em exibir cenas de mulheres espancadas no âmbito familiar. E essas cenas foram tidas corriqueiras, como um problema entre a mulher e seu parceiro. Então, a violência contra a mulher é estimulada, pactuada e institucionalizada, especialmente pelos meios de comunicação. É fundamental que se faça uma revisão da imagem que está sendo veiculada sobre as mulheres.

Essas são as contribuições que tínhamos para dar. Sabemos que é necessário percorrer caminhos tortuosos para garantir os direitos das mulheres, dos homens, das crianças e de todos os seres humanos. Gostaria de terminar dizendo que, na quase Capital das Américas, Belo Horizonte, temos uma escola de defesa dos direitos humanos, que é um modelo para o País inteiro e foi iniciada por nossa mestra, D. Helena Greco.

Palavras da Sra. Maria Isabel Ramos da Siqueira

Exmo. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; dignos componentes da Mesa, senhoras e senhores, peço licença para começar a minha intervenção falando de dois assuntos em primeiro lugar. Primeiro, fazendo uma denúncia sobre a situação em que se encontra o Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, uma denúncia do descaso do Governo Estadual com a situação do Conselho, que vem, há oito anos, sendo dirigido por uma pessoa e um grupo de funcionários. No dia 8/3/96 fomos eleitas - a Diretoria Executiva do Conselho e o Conselho Pleno -, sem, entretanto, tomarmos posse nos cargos da diretoria executiva. O Conselho não tem o mínimo apoio necessário à sua infra-estrutura, à sua organização, à sua proposta de trabalho de ser assessor do Governo de Minas Gerais, não tem o mínimo apoio da Secretaria à qual é hierarquicamente subordinado, que é a Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Em segundo lugar, gostaria de começar citando, como dístico da minha intervenção, uma fala de um artigo da Marta Suplicy, de ontem, na "Folha de S. Paulo", quando ela está comentando e tentando entender o caso do assassinato do índio pataxó. No decorrer do artigo, ela fala esta frase: "Quando os direitos humanos só valem para alguns, todos corremos riscos."

E a terceira lembrança, antes de começar exatamente a minha intervenção, quero dizer que o Conselho Estadual da Mulher entende a luta da mulher, não como uma luta excluída da luta comum da sociedade, mas sim como a luta que incorpora outras lutas, numa tentativa de buscar uma vida melhor para todos, numa tentativa de aplicar a questão dos direitos humanos a todo e qualquer cidadão brasileiro. Então, dentro dessa luta, compreendemos que a luta primeira é por uma vida melhor para todos, com educação para todos, com saúde para todos, com moradia e com comida. Esse é o entendimento que temos da participação da mulher na luta geral por uma vida melhor para todos.

Começamos citando um preâmbulo que veio impresso no Programa Nacional de Direitos Humanos, na pág. 12, e que faz parte da introdução: "Numa sociedade ainda injusta como é a do Brasil, com graves desigualdades de renda, promover os direitos humanos torna-se mais factível se o equacionamento dos problemas estruturais, como aqueles provocados pelo desemprego, pela fome, pelas dificuldades do acesso à terra, à saúde, à educação, concentração de renda, for objeto de políticas governamentais".

A Neusa Santos, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que me precedeu na fala, já colocou o que foi conquistado em um sumário da nossa audiência do dia 17 de abril. Eu queria apenas sugerir uma nova formulação, mas o conteúdo é o mesmo. Gostaríamos de ler a nossa proposta: (- Lê:)

"O Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, em sua avaliação do Programa de Direitos Humanos, no que toca à questão da mulher, considera:

1 - A proposta de haver um programa nacional para se divulgarem os direitos humanos torna-se uma iniciativa positiva do Governo brasileiro na medida em que aponta o caminho da proteção e aplicação imediata desses mesmos direitos.

2 - Tendo sido lançado em 13 de maio de 1996, o programa demorou exageradamente a chegar ao Estado de Minas. Apenas há 20 dias tomamos conhecimento desse programa. A divulgação, portanto, compromete em parte, a discussão dos temas e a conseqüente elaboração de propostas.

3 - O Conselho da Mulher considera que, fruto de muita luta organizada, as indicações das mulheres estão contempladas - em grande parte - nas leis existentes: Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

4 - Imprescindível para nós, agora, é a transposição desses direitos, já conquistados, para o dia-a-dia das mulheres, para a vida cotidiana das mulheres. A urgência é para que sejam estabelecidas ações práticas, medidas concretas para a

implantação desses direitos.

5 - O Programa Nacional dos Direitos Humanos estabelece, para a sua exeqüibilidade, mecanismos de curto, médio e longo prazo. A nosso ver, cabe a proposta de um prazo emergencial para a aplicabilidade dos mesmos direitos".

Além do que a Neusinha colocou, gostaria de ressaltar que o Brasil, na IV Conferência de Pequim, na pessoa da Primeira-Dama, D. Ruth Cardoso, foi signatário sem reservas. Isso significa dizer que o Brasil acorda com todas as decisões ali explicitadas. O Governo mineiro, em 1996, assinou também, publicamente, um protocolo de intenção, inclusive com a presença do Ministro Néelson Jobim, de cumprimento das determinações da Plataforma de Pequim. E até hoje o Conselho Estadual da Mulher está sem direção.

O que queremos dos governos é que reconheçam e assumam como uma luta sua a aplicação desses acordos internacionais, dessas plataformas de ações, do que foi decidido nas convenções, principalmente na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher, assinada em 1983, no Governo Figueiredo, e não cumprida até hoje.

Para nós, medidas práticas, das quais falamos ainda há pouco, significam o reforço às instituições já implantadas e a possibilidade de serem criadas mais à medida em que a sociedade civil organizada for reivindicando. Então, o que já existe de apoio à mulher? É o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Conselho Estadual da Mulher em Minas, o Conselho dos Direitos da Mulher, no Município de Belo Horizonte, os conselhos do interior de Minas e as delegacias especializadas em crimes contra a mulher. Reivindicamos a criação da casa-abrigo há muito tempo. A casa-abrigo ainda não pode receber mulheres submetidas a violência, por falta de infra-estrutura.

Implantação do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher. Para nós, esse programa é fundamental. Ele foi concebido no Governo Sarney e assessorado por um conjunto de mulheres e de organizações feministas. Então, é um programa avançado sobre a situação da saúde da mulher. Gostaríamos que esse programa fosse implementado.

Elaboração de programas de geração de renda e de melhor qualificação da mulher. A Neusinha, em sua fala, abordou os programas de atendimento e alfabetização da mulher adulta. Muitas mulheres chegam à idade adulta sem ter oportunidade de estudar, porque ficaram dentro de casa cuidando das tarefas do lar. Nada mais justo que reconheçamos isso e criemos programas alternativos para a alfabetização da mulher.

A mulher precisa de uma melhor qualificação, para sobreviver e cuidar de seus filhos. É crescente a chefia da família nas mãos da mulher.

Com relação às delegacias especializadas de crimes contra a mulher, é importante a criação delas, mas não é só criá-las no papel. O Programa Nacional de Defesa dos Direitos Humanos também não é para ficar no papel. Queremos medidas práticas e concretas. A delegacia de Belo Horizonte, por exemplo, funciona num espaço único e sem plantão de 24 horas. Muitas vezes a mulher fica perdida, porque a agressão ocorreu no fim de semana, e ela não tem para onde se dirigir nem apoio algum para buscar, por falta de um plantão de 24 horas na delegacia. Conquistamos, há pouco tempo, a promessa do Governador Eduardo Azeredo da implantação desse plantão na delegacia de Belo Horizonte. Queremos que ela funcione com todas as condições, com toda a infra-estrutura, com todo o corpo da delegacia, psicólogos, assistentes sociais, delegadas mulheres de plantão e plantões nos finais de semana.

A mulher no poder. Entendemos que a intervenção da mulher no papel político da sociedade vai se dar à medida que essa mesma mulher tomar consciência da sua subalternidade e da sua inserção na vida sócio-econômica do País. Isso não acontecerá se continuarmos com escolas e livros didáticos tão discriminatórios e racistas, como os que temos ainda neste final de século.

Em resumo, essas são as nossas solicitações e a nossa contribuição para a revisão desse Programa Nacional dos Direitos Humanos. Obrigada.

Palavras do Sr. Marcus Fucks

Exmo. Sr. Deputado João Leite, Presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa, colegas da Mesa, amigos da plenária, a Constituição de 1988, no seu art. 227, e a Lei nº 8.069, de 1990, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, colocaram como princípios para atendimento à criança e ao adolescente, como princípios relativos aos direitos da criança e do adolescente, que a criança e o adolescente sejam prioridade absoluta, que sejam considerados sujeitos de direitos e também vistos e entendidos como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. Isso, no texto do art. 227 da Constituição Federal e no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, soa de uma forma muito bonita, mas, na prática, não temos conseguido ver ações que viabilizem esses princípios. Por que não estamos vendo isso? Porque os elementos fundamentais para garantir que essas ações, propostas no Plano Nacional de Direitos Humanos, sejam viabilizadas são os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Embora já estejamos a mais de seis anos da edição do referido Estatuto,

esses Conselhos ainda não conseguiram atuar conforme a legislação prevê, ou seja, como deliberadores e controladores das ações relativas à criança e ao adolescente em todos os níveis. Também temos muito poucos Conselhos instalados, e os instalados ainda têm muito pouca visibilidade. Se pegarmos o texto do mencionado Plano, vamos ver que a primeira ação, não que seja a mais importante, mas a que aparece em primeiro lugar é o apoio ao funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mais abaixo, temos outra proposta, que é a de se incentivar a criação dos Conselhos dos Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos para a Infância e a Adolescência. Aí, entendemos que incentivar é muito pouco: é preciso dar retaguarda, é preciso haver mobilização social para que os Conselhos existam. Em Minas Gerais, dos 853 municípios, temos em torno de 200, apenas, com Conselhos Municipais. Desses 200, muitos deles funcionam de uma forma muito precária. Por quê? Porque há muitos municípios no Estado - e em nível estadual nós também, de momentos em momentos, corremos esse risco - onde há um esvaziamento do Conselho, já que ele é paritário, ou seja, metade dos integrantes é da sociedade civil e metade, do poder público. Então, nem sempre conseguimos deliberar sobre o atendimento à criança e ao adolescente, e, quando conseguimos, muitas vezes, as pessoas que representam os órgãos do poder público não têm condições de tomar decisão nem de assegurar que a decisão tomada seja, de fato, implementada. Então, ficamos, muitas vezes, em debates, em discussões, com poucas ações efetivas. Outra dificuldade que há em muitos municípios mineiros, no Brasil inteiro e no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente é que ele se encontra subordinado à Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente. O fato de ser subordinado, logicamente, inviabiliza o próprio papel dele, que é o de órgão máximo na de deliberação e de no controle das ações relativas à criança e ao adolescente. Vamos, inclusive, nos próximos meses, propor a esta Casa uma modificação na lei que fundiu as Secretarias do Trabalho e Ação Social e da Criança e do Adolescente, para que o Conselho ocupe o lugar que lhe é de direito, e não, o de subordinação.

Outra dificuldade para os Conselhos dos Direitos funcionarem de fato é que há um desconhecimento e, muitas vezes, até um desrespeito ao Fundo para a Infância e a Adolescência. Cada Conselho tem a ele vinculado um fundo para a infância e a adolescência. Esse é o órgão que deveria coordenar todos os recursos a serem aplicados no atendimento à criança e ao adolescente. O Conselho Estadual, com o seu Fundo para a Infância e a Adolescência, para ações no âmbito do Estado; o Fundo Nacional, para ações no âmbito nacional; o Fundo Municipal, para ações no âmbito do município; enfim, cada um no seu nível.

Por que desconhecimento e desrespeito? Porque, no plano para 1997, temos apenas uma rubrica no orçamento do Estado. Não temos recursos. Quando precisamos de recursos financeiros, muitas vezes dependemos mais de campanhas de arrecadação de fundos - que nós, enquanto diretoria do Conselho, tentamos mobilizar - que de recursos públicos do orçamento do Estado. Fica muito difícil termos o Conselho atuando dentro da sua função de delegador, de controlador das ações relativas à criança e ao adolescente no Estado de Minas Gerais, em todos os níveis, se não há recursos para viabilizar aquilo que é fundamental.

O Estatuto previu um órgão, que é o Conselho Tutelar, que, se implementado nos municípios, com certeza daria uma outra cara às estruturas de atendimento à criança e ao adolescente. Mas em poucos municípios temos os Conselhos Tutelares funcionando tal como deveriam, sendo reconhecidos pelo poder público local e tendo retaguarda para atendimento dos casos que identificam. Sem infra-estrutura física e financeira para desenvolver suas ações, fica muito difícil viabilizarmos o que o Plano Nacional de Direitos Humanos coloca como ação primeira: o pleno funcionamento dos Conselhos dos Direitos, dos Conselhos Tutelares e dos Fundos para a Infância e a Adolescência.

Aquilo que conseguimos fazer nessa área, com certeza, não dependeu do Plano, lamentavelmente, mas do esforço do Conselho Estadual, dos Conselhos Municipais, do CONANDA, no plano nacional, das organizações que dão atendimento direto às crianças e aos adolescentes, até porque, como disse o Deputado Federal Nilmário Miranda, o grupo de monitoramento do Plano até hoje nem se reuniu para dar o encaminhamento para a viabilização das ações.

Outra dificuldade que temos em relação ao Plano é que nele está colocada a necessidade de propormos legislação que incentive a eliminação do trabalho infantil. Temos também o apoio ao Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. São ações que, no papel, estão colocadas de forma muito interessante, mas que, na prática, têm inclusive um caminhar contrário ao que está escrito. Digo isso porque, se estou bem certo, há três Estados da União que têm a Seção de Proteção ao Trabalho do menor - ainda se chama assim - ligada às Delegacias Regionais do Trabalho desses Estados, que são Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

O Ministério do Trabalho, em ato dos últimos dias, está propondo a extinção da Seção de Proteção do Trabalho do Menor. No Plano, temos as propostas de apoiar a erradicação do trabalho infantil e a proteção ao trabalho do adolescente, mas,

concretamente, as ações que estão sendo apresentadas vêm no sentido contrário.

Outra demanda que nos chega a toda hora e que consta no Plano Nacional de Direitos Humanos é o atendimento ao adolescente infrator. Se perguntarmos nas ruas de Belo Horizonte qual é o maior problema que as pessoas identificam na cidade, certamente vai estar colocada a situação do adolescente infrator. Nos últimos dias, foi grande a boataria em torno da "varrição" - foi esse o termo usado por vários órgãos de comunicação - dos meninos infratores das ruas de Belo Horizonte, por estar se aproximando a data do Encontro das Américas. O Conselho Estadual, desde a sua instalação, em 1991, vem sempre tratando dessa questão, inclusive já moveu uma ação civil pública contra o Governo do Estado na época do ex-Governador Hélio Garcia, para que o atendimento ao infrator fosse viabilizado. No ano passado, um grupo criado por decreto do Governador elaborou um plano de atenção ao adolescente infrator. Desse grupo o Conselho também faz parte. O Conselho Estadual estudou o Plano e o aprovou. O Ministério da Justiça acenou com recursos para que viabilizássemos a estrutura para o atendimento ao adolescente infrator, em Minas Gerais. Vocês sabem que temos um centro de internação provisória para o adolescente infrator, no Bairro do Horto, e um centro de internação do adolescente, em Sete Lagoas - Centro Monsenhor Messias -, que funcionam, apesar de todos os esforços, muito mal, muito fora do que o estatuto prevê. Dos R\$4.000.000,00 orçados para esse plano, tivemos, no final do ano passado, a liberação, pelo Ministério da Justiça, de aproximadamente R\$300.000,00, ou seja, menos de 10%, e esses R\$300.000,00 chegaram ao Fundo Penitenciário ao invés de darem entrada no Fundo para a Criança e o Adolescente. Portanto, nem foram liberados para o atendimento de alguma ação que se encontre no Plano Estadual de Atendimento ao Adolescente Infrator.

Consta no Plano uma ação que diz respeito ao Programa Brasil: Criança Cidadã. Esse Programa se origina do extinto Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência - CBIA. Inicialmente, o Conselho Estadual foi chamado para participar dos debates travados nesse Programa. Hoje, o Conselho não é mais chamado, não tem acesso aos assuntos, os recursos não passam, via fundo, para a infância e a adolescência, e as ações estão sendo financiadas sem o respeito ao princípio da descentralização das ações e dos recursos que o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê. Temos muito poucas ações que atendam ao que o Plano Nacional dos Direitos Humanos estabelece como ações prioritárias e àquilo que o próprio Conselho e o próprio Estatuto colocam como alternativas ao atendimento à criança e ao adolescente. Além do que, temos muito poucas ações de divulgação e informação da real situação de vida dessas crianças e adolescentes de Belo Horizonte, de Minas e do Brasil. As ações que temos de divulgação são sempre, também, ao inverso. Hoje, se perguntarmos a qualquer pessoa mal informada, ela dirá que é o Estatuto da Criança e do Adolescente que permite aos adolescentes cometerem crimes, atos infracionais. Quando as pessoas dizem isso, respondo dizendo-lhes que deveriam ler, pelo menos, os artigos que tratam do adolescente infrator porque temos sete medidas socioeducativas que podem ser aplicadas aos adolescentes infratores. Como em Minas Gerais temos um centro de internação provisória e não temos aplicação, não temos muitas ações relativas às outras medidas socioeducativas, não temos divulgação pelos meios de comunicação, e os próprios Conselhos Municipais Tutelares não conseguem dar visibilidade ao seu papel, fica difícil mudarmos a compreensão da própria sociedade. Acreditamos que há possibilidade de isso acontecer, por meio de um processo que se inicia amanhã, a I Conferência Regional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Montes Claros. Teremos mais 17 conferências até o início de junho e, no final, do dia 25 ao 28, vamos ter a Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que vai reunir os dados das conferências regionais. Com esse processo, pretendemos dar um pouco mais de visibilidade à real necessidade, à real situação de vida das crianças e dos adolescentes de Minas Gerais.

O que tem sido debatido não é a realidade dos fatos, até porque a lei avançou no que diz respeito a uma nova visão sobre a criança e o adolescente, mas os três princípios - o da prioridade absoluta; o da criança e do adolescente, sujeito e direitos; e o da criança e do adolescente em condição peculiar de desenvolvimento - ainda estão mais presentes no papel do que na prática. Obrigado.

Palavras da Sra. Rosana Bastos

Exmo. Sr. Deputado João Leite, companheiros de Mesa, Srs. Deputados presentes, companheiros portadores de deficiência presentes aqui, 15 minutos não seriam suficientes para a nossa análise porque as nossas questões não são isoladas. Somos, hoje, mulheres portadoras de deficiência, negros portadores de deficiência, crianças e adolescentes portadores de deficiência, desabrigados deficientes, sem-casas deficientes, sem-terras deficientes, estrangeiros deficientes, refugiados deficientes, etc., etc. Baseada no que conversamos e discutimos na reunião preparatória para hoje, vou tentar dar a contribuição do Movimento dos Portadores de Deficiência.

A partir de 1973, a ONU adotou o que se chamou de Declaração dos Direitos das



Pessoas Portadoras de Deficiência. No texto da declaração, na parte introdutória, segue-se uma série de verbos que justificam a redação de uma carta específica com direitos dos deficientes. São eles: tendo em mente o juramento feito pelos Estados membros da ONU, reafirmando a fé nos direitos humanos, lembrando os princípios da Declaração dos Direitos Humanos, considerando a necessidade de prevenir incapacidades, etc. Decorridos 24 anos, estamos nós aqui, junto aos diversos segmentos sociais, para discutir o que, no Brasil, chamou-se de Programa Nacional de Direitos Humanos. Segundo o Ministério da Justiça, esse plano tem o objetivo de eleger prioridades e apresentar propostas de caráter administrativo para solucionar os possíveis problemas que venham a impedir sua execução. Será que avançamos nesses 24 anos? No que diz respeito a nós, portadores de deficiências, consideramos que muito progredimos em nossas conquistas. A Constituição de 1988 identificou nossos direitos civis e sociais e estabeleceu várias garantias. Porém, como afirmou o Presidente Fernando Henrique, no prefácio desse programa, nada do que foi feito foi capaz de conter o desrespeito aos direitos humanos no Brasil. Leis existem, aos montes. A luta incansável de entidades organizadas em todo o Brasil, de pessoas isoladas e de legisladores combativos têm garantido a existência dessas leis, mas, dando um tom mais poético ao tema, falta a quem compete cumpri-las ver com olhos livres. Falta, no Brasil, que se adquira o hábito de garantir o espaço para as nossas diferenças. E aí, nesse contexto, deparamo-nos todos os dias com as prioridades mencionadas pelo Sr. Ministro da Justiça, Néelson Jobim. Na página 34 desse programa estão relacionados cinco itens, as propostas de ações governamentais, divididas em curto, médio e longo prazos. Quem estabeleceu esses prazos? A mim, me parece que os prazos deveriam ser estabelecidos pelas nossas necessidades, nesse caso, a situação é emergencial. Sinceramente, não vejo hoje nenhuma solução senão a punição rígida, efetiva e legal à desobediência aos nossos direitos. Maria Dolores da Cunha, titular da Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa Deficiente, disse na reunião preparatória para esta audiência da existência de um tripé básico para garantir os direitos fundamentais das pessoas deficientes: acessibilidade, sociabilidade e trabalho. Acessibilidade diz respeito à possibilidade de os portadores de deficiência serem vistos em todos os locais e de existirem em todas as políticas públicas, e aí transporte e educação são fundamentais. O Governo decidiu acabar com a LBA, a quem ele delegou a responsabilidade de repasse das verbas para manutenção das clínicas e das escolas especiais, que há anos fazem o papel do Governo na garantia do ensino especial a quem dele precisar. Sendo assim, milhares de crianças deficientes mentais, auditivas e visuais ficaram sem tratamento e educação, dois pontos colocados como meta a ser alcançada a médio prazo no plano. Há também preocupação com o transporte acessível. O Presidente da BHTrans, Sr. Antônio Carlos Pereira, o Carlão, disse em entrevista à imprensa na semana passada que considera luxo os deficientes exigirem ônibus adaptados em nossa cidade, com tantas necessidades no transporte coletivo da capital (médio prazo no plano nacional). Ação cobrada para aplicação a médio prazo. A curto prazo, o Governo propõe normas relativas ao acesso do portador de deficiência ao mercado de trabalho. Em nível federal, a reserva de vagas não tem funcionado a contento. Pelo menos em Minas Gerais, em Belo Horizonte, tem-se cumprido a lei, mas há que se rever a questão onde o percentual estabelecido vai de 10% a 20%. Sendo assim, opta-se sempre pelos 10%, e aí, num total de, por exemplo, oito vagas, não teremos nenhuma, isso quando não nos deparamos com os laudos médicos preconceituosos, que impedem o candidato de tomar posse, mesmo depois de aprovado, obrigando-o a acionar a justiça na luta pelo seu direito.

O Governo propõe ainda medidas que possibilitem o acesso das pessoas portadoras de deficiência às informações e à comunicação. Mas a maior emissora de TV do País recusa-se a traduzir os seus programas - e mesmo os telejornais - para a linguagem de sinais, e todo o material desse evento e o próprio plano - tenho certeza - não foi impresso em braile. Foi preciso um empenho muito grande de nossa parte para que hoje tivéssemos a presença de intérprete da linguagem de sinais, para que os nossos companheiros com deficiência auditiva não ficassem alijados da discussão.

Lembramos ainda que de nada adianta sermos o segundo País a elaborar um plano nacional de direitos humanos - como foi dito hoje de manhã - se esse plano não contemplar todos os segmentos. A distância entre o querer e o efetuar tem de ser diminuída. De nada adiantará ficar aqui discutindo os nossos direitos, debatendo e elaborando formas de cumpri-los se não partir de cada um de nós a vontade de fazer cumprir. As leis estão aí, e os nossos direitos estão garantidos pelas leis, mas há que se cumprir o que está escrito. Esse verbo tem que ser aprendido e deve-se ter o costume de pronunciá-lo e executá-lo a cada dia. Caso contrário, tudo isso que está sendo feito aqui agora e o empenho da Comissão de Garantias e Direitos Fundamentais terão sido em vão.

A longo prazo, o Governo se propõe a conceber sistemas de informações, definindo bases de dados, legislação, etc. Há 17 anos somos contados como 10% da população. O último senso se propôs a nos identificar em termos de números, mas nada foi

concretizado nesse sentido. Nada temos de sólido em nível de informação da legislação existente, muito pouco se sabe. Propõe-se conceber sistemas a longo prazo; mas que longa gestação essa!

Enquanto isso, continuaremos nos encontrando em debates como este, que são importantíssimos para dar maior visibilidade ao processo de garantia de cidadania plena a nós, portadores de deficiências. Hoje, como proposta concreta ao plano, há que se garantir o seu cumprimento em caráter emergencial e concreto e principalmente garantir a punição a sua desobediência. Com esse objetivo, sugerimos uma auditoria constante, feita por pessoas do Governo e da sociedade civil.

De nossa parte, continuaremos nosso trabalho e nossa luta pela afirmação social e cotidiana de nossas diferenças. Muito obrigada.

Palavras da Sra. Raquel Scarlatelli

Prezado Deputado João Leite, companheiros e companheiras presentes na Mesa e no Plenário, pretendo falar um pouco sobre o tema segurança pública. Gostaria de esclarecer que o relatório que vou expor é fruto da intervenção dos companheiros convidados, Heloísa Greco, do Grupo Tortura Nunca Mais de Minas Gerais, e Willian dos Santos, da Pastoral dos Direitos Humanos. Além disso, foi um resgate da intervenção de várias pessoas presentes neste dia, que contribuíram muito para o debate, para o levantamento de propostas. (- Lê:)

"A segurança pública é um direito de todos, e lutar por ela é um exercício de cidadania. O que existe hoje não é segurança pública e sim segurança do Estado e da propriedade privada. Se analisarmos os acontecimentos na nossa sociedade, iremos verificar que as polícias têm agido para defender os interesses do Estado e da propriedade privada contra o povo.

Exemplos disso são as chacinas de Corumbiara, em Rondônia, e de Eldorado dos Carajás, no Pará, para citar os problemas do campo. Na cidade, as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, no Rio de Janeiro; a chacina do Taquaril, em Belo Horizonte; os crimes recentes em Diadema e na Cidade de Deus; o assassinato do menor Wesley Pereira da Silva pelo detetive Gladston Ferreira da Silva nas dependências da Delegacia Distrital de Justinópolis, entre muitos outros casos.

Durante a discussão, foi lembrado que aumentou muito a violência contra o povo, de modo geral, e especialmente contra os homossexuais, com o assassinato de vários travestis em Belo Horizonte, crimes que, embora denunciados, ainda continuam impunes, como todos os outros citados anteriormente.

Ao mesmo tempo em que a violência aumenta, verifica-se também a sua banalização, ou seja, a violência está tão presente no dia-a-dia dos trabalhadores, dos moradores de vilas e favelas, do povo pobre que parece que as pessoas já se acostumaram com ela e não se indignam, como deveriam se indignar, diante de tantas atrocidades, tantos atos de barbárie que temos visto ultimamente.

Nesse sentido, a denúncia das agressões e do assassinato em Diadema foi importante porque permitiu a toda a sociedade maior visibilidade dessa violência policial cotidiana. E aconteceu uma indignação geral, seguida da exigência de medidas enérgicas contra a polícia".

É claro que sabemos que aquilo acontece a toda hora, a todo momento. Não foi novidade para ninguém. Mas aquilo, de certa forma, chocou e criou uma indignação geral, seguida de medidas enérgicas contra as polícias de São Paulo e do Rio de Janeiro. A discussão sobre a questão da violência policial cresceu e foi impossível uma consequência imediata positiva, que é a tipificação do crime de tortura. Todos devem saber que o projeto de lei já estava tramitando no Congresso há vários anos, defendido ardorosamente pelo Deputado Federal Hélio Bicudo e por nosso companheiro de Minas Gerais Deputado Federal Nilmário Miranda. Mas estava pura e simplesmente engavetado. Então, quando os torturadores do passado eram punidos - o mesmo acontece com os do presente -, eles eram indiciados por crimes de lesão corporal e não por crimes de tortura, por mais bárbaras e evidentes que fossem essas torturas.

Uma consequência positiva dessa denúncia foi a tipificação do crime de tortura. A lei da tortura, que há anos se arrastava no Congresso, foi uma vitória, embora apresente ainda algumas distorções na parte das penalidades a serem impostas aos torturadores.

Quero deixar como exemplo o assassinato de um menor em Justinópolis. A imprensa divulgou, pouco depois, que o policial assassino seria o primeiro a ser enquadrado no crime de tortura. Mas, na verdade, a imprensa também denunciou que ele seria enquadrado no crime de tortura porque, se enquadrado no crime de assassinato, sua pena seria maior. Vejam bem como uma questão tão importante, tão séria, fruto de luta de tantos anos, pode ser manipulada nesse momento também. Foi uma vitória muito grande. Isso foi uma conquista de todos os grupos, pessoas e políticos que têm lutado contra a tortura no País, mas sempre se acha um jeito de utilizar e distorcer essa questão.

A Polícia Civil apresenta as mesmas contradições que a Polícia Militar. Já foi amplamente divulgado pela imprensa que setores da Polícia Civil dirigem no Estado,

particularmente em Belo Horizonte, o crime organizado e os grupos de extermínio, sendo José Maria Cachimbinho um exemplo claro desse envolvimento.

Quando eu e Caiafa fazíamos parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, ela como Presidente, tivemos a oportunidade de integrar a CPI das Bombas, no início de 1995. E essa discussão foi levantada amplamente. Foi colocada pela imprensa, em letras garrafais, de maneira detalhada, essa denúncia lembrada nesse dia, nessa discussão, sobre o tema da segurança pública. Em consequência disso, foi levantado que as precárias condições de trabalho e os baixos salários que, de fato, recebem os policiais do Estado de Minas, tanto os civis quanto os militares, não justificam o crime nem a violência policial, que é diária, cotidiana, aumentando a cada dia.

Outro problema é a cultura da impunidade. Na ditadura militar, centenas de pessoas foram presas, torturadas e assassinadas. Os torturadores, todos se lembram, ganharam anistia ampla, geral e irrestrita e continuam impunes. Muitos deles estão ocupando cargos no serviço público, e alguns ainda estão torturando presos comuns. Lembro-me muito bem de que D. Helena Greco sempre falou uma coisa muito importante: que era necessário lutar para acabar com o aparato repressivo, porque nós derrubamos a ditadura, mas todo o aparato repressivo policial do Estado está intacto.

São esses policiais que de fato continuam e promovem essa violência. Mais recentemente, a CPI Carcerária da Assembléia Legislativa, presidida pelo Deputado João Leite, com um bonito trabalho, denunciou, numa ação surpresa para o DEOESP, a existência da "igrejinha". Um nome até bastante sugestivo, para não dizer irônico. É uma sala onde são torturados presos comuns no DEOESP. Por isso é importante o trabalho feito pelos Deputados desta Casa - acompanhamos pela imprensa o destaque dado à CPI, mas o Delegado responsável pelas torturas ali cometidas continua exercendo suas funções normalmente.

Essa questão é grave. E a necessidade de denunciar e ficar atento a esses fatos, para evitar a permanência e a continuidade do aparato repressivo, foi muito destacada.

Há dois anos foi feita uma denúncia, na Câmara de Vereadores, da existência de um torturador entre os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente. Um funcionário, hoje Assessor da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, barbaramente torturado aqui em Minas por essa pessoa, veio de lá, trouxe a público o fato, denunciando-o, e, a partir dessa denúncia, foi possível tirar essa pessoa que ocupava cargo importante dentro da Secretaria, de Assessor do Secretário. Essa questão foi levantada, registrei aqui e a considero, como todos, uma questão importante de se levantar e trabalhar.

O Ministério Público, através da Promotoria de Direitos Humanos, tem uma lista de mais de 600 policiais indiciados por atos de violência. Esse é um trabalho feito por Promotores da área de direitos humanos, trabalho muito importante que vem sendo realizado aqui em Belo Horizonte e serve de exemplo para todo o País. Alguns policiais já foram processados e condenados. Outros ainda serão indiciados, mas é importante que esse trabalho tenha todo o apoio para sua continuação.

A estratégia do projeto neoliberal é submeter o inimigo interno, ou seja, os excluídos, que nada mais são que os sem-terras, os sem-casas, os sem-empregos, os que vivem na fome e na miséria. Isso significa dizer que esses excluídos são acossados pela crise, pela fome, pela miséria e também são violentados pela polícia, porque, como foi dito inicialmente, não servem aos interesses da classe dominante. Percebe-se, portanto, uma clara relação entre os problemas de segurança pública e a crise econômica em nosso País. Sempre me lembro de um intelectual brasileiro que diz que, na verdade, o projeto neoliberal vai aprofundar a crise, cada vez mais, piorando a vida das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e da miséria no País. E no momento em que essas pessoas se organizam e vão às ruas e à luta, a polícia e o Estado mostram suas verdadeiras faces. Mostram o seu caráter fascista e aumentam a violência. É importante registrar esse dado, porque estamos vivendo esse momento no País, e a iminência de essa violência aumentar é muito grande. Ela é fato. Vimos aqui em Belo Horizonte as pessoas indo às ruas e recebendo pauladas e sendo presas. Isso tem tendência a crescer, mas temos que repudiar e lutar contra esse tipo de violência.

Acho que, nesse sentido, a denúncia que foi feita hoje pelo Deputado Nilmário Miranda é clara: tudo leva a crer que o Plano Nacional de Direitos Humanos é feito para consumo externo. Nada foi totalmente concretizado. Dos sete itens, apenas um foi parcialmente encaminhado durante esse tempo de existência do plano.

Vemos que a violência policial tem aumentado e a segurança pública, na verdade, se tornou uma insegurança pública. Recentemente, a imprensa divulgou uma charge muito interessante de uma pessoa, assustada, sendo assaltada; quando ela se vira e vê o ladrão, fala: "Ainda bem que é você, ladrão. Pensei que fosse a polícia". As pessoas se perguntam quem vai protegê-las da polícia. Essa é uma questão importante.

Rapidamente, também gostaria de concluir, em termos de colocações, falando de uma

denúncia muito séria, levantada pela representante do Grupo Tortura Nunca Mais, que chegou às mãos do grupo em Minas Gerais pelo mesmo grupo no Rio de Janeiro: a participação de policiais militares brasileiros na Escola das Américas. Essa escola foi fundada com o objetivo de formar torturadores, os quais têm torturado e disseminado a violência não só no Brasil mas por toda a América Latina. Certamente esses torturadores estão, agora, ocupando cargos e exercendo esse tipo de função contra o povo.

A partir desse entendimento, foram feitas as seguintes propostas: a desmilitarização da Polícia Militar; a reformulação da Polícia Civil, colocando-a sob controle da sociedade através de conselhos, ouvidorias e movimentos sociais organizados; a necessidade urgente de se cobrar do Governo do Estado o afastamento dos policiais indiciados por crimes e a devida punição para aqueles que forem condenados - são os policiais que o Ministério Público já está processando e aqueles que já foram condenados -; a realização de um júri popular para o julgamento da violência policial. Essa vai ser uma proposta do Grupo Tortura Nunca Mais de Minas Gerais, a exemplo do que já foi feito em relação aos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás e sobre a questão carcerária também.

Foi definida a não-criação das polícias comunitárias, na medida em que elas podem representar o primeiro passo para a privatização da polícia, o que é totalmente negativo; equipar as Polícias Militar e Civil, principalmente no interior, com mais veículos, com mais condições de fazer realmente uma segurança pública.

Gostaria de destacar uma outra proposta, que foi fruto de uma discussão bastante ampla, que é a plena autonomia da perícia criminal. Essa questão foi encaminhada por um perito e foi ricamente discutida: a autonomia da perícia criminal, quer dizer, tanto do perito quanto do médico-legista. É claro que, se hoje eles estão submetidos à estrutura da Secretaria da Segurança Pública, estão submetidos hierarquicamente a um Delegado, não é possível fazer uma perícia, por exemplo, numa pessoa que faz uma denúncia de tortura dentro de uma delegacia. O profissional não tem a menor autonomia. E temos visto muitos casos como esse. Acho que, de fato, essa proposta é muito importante. Ela já foi defendida em outros momentos, em nível nacional, e aqui em Minas Gerais, nesse encontro, foi colocada e reafirmada de maneira bastante clara. Também, a permissão para o Ministério Público fiscalizar, internamente, a Polícia Civil, além da Corregedoria, bem como a autonomia da Corregedoria, a defesa dos direitos humanos dos presos e a adoção de penas alternativas para presos que cometam delitos simples. A criação de um programa de proteção às vítimas e às testemunhas de crimes foi muito bem abordada na parte da manhã. A avaliação dos programas e das propagandas veiculadas pelos meios de comunicação que ferem os direitos do cidadão é uma proposta, também, da Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Belo Horizonte, e o levantamento estatístico sobre a violência contra os negros já foi abordado também. Há uma incidência enorme em toda a sociedade.

Foram essas as propostas que discutimos e relacionamos sobre o tema Segurança Pública. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Caiafa

Sr. Presidente da Mesa que discute os direitos humanos, companheiras e companheiros integrantes da Mesa, companheiros e companheiras colegas neste trabalho, a mim foi confiado o trabalho de fazer uma síntese, uma espécie de relatório, desta discussão. Evidentemente, não irei repetir as coisas que já foram ditas muito bem, por cada segmento representado nesta Mesa. Acho que me cabe pegar os pontos comuns a essas propostas e a esses relatórios, principalmente aqueles que se transformam em princípios e valores dessa luta e que são comuns.

O primeiro, apontado por todos, é a constatação da ausência do Estado, do poder público, seja em nível Executivo, Legislativo ou Judiciário. Às vezes temos até notícia de alguma iniciativa que se perde no tumulto dos conflitos e das chacinas, das violências explícitas. Isso acontece porque o Estado e o poder público não vão à raiz do problema, às suas causas estruturais e, muitas vezes, perdem-se em medidas paliativas.

O segundo ponto comum em todos os relatórios é o completo abandono dos vários segmentos da sociedade. Esse abandono traduz-se na fome, no desemprego, na falta de salários, na falta de escolas, de saúde, de lazer e de todos os direitos básicos que constituem a garantia da cidadania.

Uma violência explícita a que são submetidos os setores excluídos da nossa sociedade é o terceiro ponto, que se caracteriza através do abuso do poder, violência essa que vamos encontrar nas ruas, nos cárceres, nas penitenciárias e nos lugares onde vive a população mais pobre de nossa cidade.

O quarto ponto colocado foi a inoperância das leis, mecanismos e equipamentos, seja por falta de regulamentação ou por se terem tornado completamente obsoletos, ultrapassados ou paralisados nas Casas legislativas.

Quinto - denúncias de conflitos de autoridade que impedem a implementação, inclusive, de decisões judiciais.

O sexto ponto que eu destaco é a distorção e a desqualificação do trabalho oficial do Estado. Foram citados aqui alguns organismos como a FUNAI, a Comissão Tancredo Neves, e foram citados na parte da manhã, o INCRA, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, enfim todos os organismos, mecanismos e comissões que foram criados pelo Governo Federal, mas não têm as mínimas condições de funcionamento. Eles são apresentados apenas na aparência, sem qualquer eficiência.

A pauta de responsabilidade dos Governos estaduais e municipais tem setores específicos. Quero destacar que foi notadamente o setor indígena que colocou essa questão, a meu ver muito adequadamente, na medida em que a questão indígena é sempre relegada para outra instância.

Foi apresentada, também, a necessidade de medidas concretas para garantir os direitos humanos de cada segmento, dentro de suas especificidades. Todos fizeram os encaminhamentos das medidas, fruto da reflexão e da concretização de cada setor. É muito importante destacarmos que a reestruturação dessas medidas tem de ser feita com a participação dos principais interessados, que são os componentes de cada setor. Vem daí a idéia da participação do poder, da democratização do poder, da participação de todos na elaboração das propostas.

O nono ponto que destacaria é o compromisso com organismos internacionais, os quais garantem visibilidade e eficiência aos direitos humanos. E o Governo brasileiro não tem assumido esses compromissos. O que a Neusinha apresentou, em relação à questão da mulher, mas que pela extrema vivência que temos entendendo que é uma reivindicação de todos os segmentos, é a proposta de garantir a possibilidade de representação em todas as áreas, em todas as instâncias, inclusive a de representação do poder político. E, quando ela estava falando com relação à mulher - concordo plenamente com ela -, estava lembrando a grande dificuldade que as pessoas não brancas têm de ingresso nas universidades e nas profissões, então eu queria acrescentar isso.

Um dos expositores também falou da responsabilidade da sociedade de fazer cumprir a lei, o que seria uma co-responsabilidade do Governo e da sociedade civil. Esses foram os pontos principais que anotei, e parece-me que foram os pontos comuns a todos os expositores. Gostaria de acrescentar que acho que o que foi falado aqui, de uma forma muito clara e muito contundente - e quero reforçar essa idéia -, é que existe uma violência originária anterior e maior do que a que explode nas ruas. Essa violência vem da estrutura do Estado brasileiro, que, desde a sua origem, em grande parte é constituído por um casamento muito perverso: do clientelismo com a corrupção. Esse tipo de Estado que se formou caracteriza-se pela omissão total em relação às políticas públicas, as quais viriam garantir as condições de vida com dignidade para a nossa população. Da omissão do Estado, em todas as áreas - cada um repetiu isso em sua área específica -, na educação, na saúde, no emprego, na falta do salário, podemos acrescentar uma outra violência que também é originária do Estado brasileiro, uma violência tão explícita quanto a primeira, mas que costuma estarrecer mais. Para mim, as duas são violências hediondas, mas, uma, porque agride demais pelas cenas, é aquela que se manifesta principalmente através da violência policial, a qual tem aumentado de forma alarmante. Só no mês de março e abril, a nossa história conta, realmente, com um número muito maior dessas ocorrências no País inteiro. O aparelho policial, montado na época da ditadura militar para torturar presos políticos, com pós-graduação dada por militares de outros Estados, notadamente dos EUA, com a mudança da ditadura militar para o governo civil, continuou com a mesma inspiração.

E aquele tipo de prática de tortura que era feita contra o preso político começou a ser feita contra os presos comuns. E vamos ver também que o Governo neoliberal, ao se dedicar exclusivamente às suas questões econômicas e de reforma administrativa, deixou a questão social como um caso de polícia. E fomos vendo a violência explodir de maneira cada vez mais acintosa por todo País. Ela explode no campo e na cidade. Hoje, por exemplo, saiu nos noticiários um caso de tortura de três pessoas em Lagoa Dourada. As pessoas que cometem esses crimes têm certeza da impunidade. É o caso dos meninos que disseram ter colocado fogo no índio, porque pensaram que fosse mendigo. Contra mendigo, então, podia. E como esses jovens aprenderam isso? Isso foi sendo introjetado devagarinho no meio em que eles viviam. Mendigos, meninos de rua, idosos pobres, presidiários, todos eles podem ser eliminados. Essa cultura é muito complicada para nós. Esse fato ocorrido com o índio tem que nos fazer refletir bastante.

E, concluindo, gostaria de dizer que, a cada tragédia ocorrida neste País, vem uma medida governamental. Louvo essas medidas, apesar de saber que elas dificilmente sairão do papel. O Programa de Direitos Humanos ainda não saiu do papel. E aí eu levanto a questão da grande responsabilidade civil que temos. Avançamos demais em termos da organização das entidades e dos movimentos de direitos humanos e cidadania. O Governo não avançou nada. Conseguimos ir às ruas, fazer pressão e, a cada grande crime, aproveitamos para avançar um pouquinho. É pena que temos que pagar um preço tão alto. Acho que é com essa disposição que temos que ir para a Conferência de Direitos Humanos. Vamos repetir o que todos falaram, que não existe nada a comemorar.

O que existe a comemorar é o avanço da nossa organização, é o avanço da nossa luta.

E, finalmente, gostaria de formular as duas propostas que a Coordenadoria de Direitos Humanos vai levar para a Conferência. Uma é resultado da aprovação de projeto de minha autoria, que foi sancionado pelo ex-Prefeito Patrus Ananias e que, portanto, hoje é lei, em que propomos a introdução do conteúdo de direitos humanos em toda a rede curricular de 1º e 2º graus. No entanto, apenas isso, em que direitos humanos constitua matéria curricular, não é suficiente. Direitos humanos é matéria que deve perpassar por todas as matérias. Tem que fazer parte do dia-a-dia da escola, no ensino da Matemática, da Geografia, da História, da Ciência, etc.

Queria dizer à Assembléia, por meio do Deputado João Leite, que foi nosso colega na Câmara, que se juntasse a nós no aprofundamento do estudo dessa lei e de sua implementação. Estamos hoje viabilizando um convênio com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, para que essa lei venha a se tornar realidade na experiência da escola plural.

Estamos fazendo algumas parcerias muito importantes na Coordenadoria de Direitos Humanos. A mais importante talvez seja uma parceria que estamos fazendo com escritórios de advocacia, para que esses nos ajudem quando houver limitação nossa no aspecto jurídico e no que se refere à carência de profissionais, que faz com que nosso trabalho não prossiga. Tanto na Coordenadoria quanto na Comissão de Direitos Humanos, pelo caráter do nosso trabalho, podemos apenas encaminhar as denúncias para as autoridades e para o Judiciário. Então, os escritórios de advocacia adotarão uma ação de direitos humanos. Pretendemos intensificar esse trabalho. Não se trata, de modo nenhum, de suprir uma área onde o Estado é muito fraco, que é a advocacia para as pessoas que não têm recurso. Não é isso. É bom isso ficar bem claro. Estamos estabelecendo essa parceria na área dos crimes de direitos humanos. Portanto, se o policial que veste farda e carrega, por isso, uma arma é culpado pelo tiro que disparou, o Estado é responsável, por não ter sido capaz de garantir aquele bem fundamental da pessoa humana, que é a vida. A parceria é nas ações de indenização das vítimas da violência.

Fica aqui o nosso propósito e o nosso desejo de que, cada vez mais, como disse a Cida, ao falar da questão da população negra, tenhamos essa capacidade de provocar no poder público e no Estado a coragem e a vontade política para realmente colocarem a mão nessa ferida, que consideramos a mais exposta neste governo que estamos vivendo. Muito obrigada.

#### Esclarecimentos sobre os Debates

**O Sr. Presidente** - Quero dizer à Maria Caiafa sobre a disposição que encontramos hoje na Assembléia Legislativa para discutir todas as questões. Para tanto, a Assembléia tem chamado todas as entidades e a sociedade civil para discutirem esse tema tão importante.

Neste instante, daremos início à fase dos debates, que transcorrerá no prazo máximo de 1 hora. A coordenação informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos senhores expositores, devendo indicar a qual deles se destina seu questionamento. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para a sua intervenção.

#### Debates

**O Sr. Presidente** - Solicito ao Sr. Eni Carajá Filho que se dirija ao microfone, representando a Federação das Associações de Deficientes de Minas Gerais, para fazer a sua pergunta.

**O Sr. Eni Carajá Filho** - Boa-tarde a todos. A Federação das Associações de Deficientes do Estado de Minas Gerais, a FADEMG, o Movimento de Reintegração do Hanseniano, o MORHAN, e a Federação de Entidades dos Surdos de Minas Gerais, a FESEM, analisaram um pouco esse texto que foi preparatório para esse debate. Como não poderíamos deixar "passar batido" um texto que não aborda questões mais específicas dos deficientes, tomamos, então, a liberdade de fazer algumas propostas para se acrescentarem ao texto. (- Lê:)

"Propostas da Federação das Associações de Deficientes para o Ciclo de Debates dos Direitos Humanos, em Relação aos Portadores de Deficiência

Apoiamos a iniciativa do debate e quanto aos posicionamentos de Maria Dolores e Arnaldo Godoy, temos o seguinte a acrescentar:

- O Governo Federal deverá fazer gestões para modificação dos critérios de renda "per capita" de 1/4 do salário mínimo, para a "per capita" de um salário mínimo, e manter o benefício de prestação continuada, reforçando o orçamento destinado ao seu pagamento. Temos que mudar os critérios de aplicação dos benefícios no País.

- O plano nacional e os futuros planos estaduais devem acolher a demanda reprimida por creches e abrigos para pessoa portadora de deficiência e familiares a fim de suprir parte dos problemas vividos por parcela significativa dos deficientes que mal

conseguem se deslocar de suas residências, por não haver meios para que se garanta conforto aos filhos enquanto o deficiente se encontra inserido no mercado de trabalho.

- Definição de uma política de comunicação e interação entre os vários segmentos de deficientes, linguagem de sinais, comunicação, interpretação, legendas na TV, escrita braille, visando à efetiva defesa dos direitos de cada um.

- Direito real de acesso, por meio de eliminação de barreiras arquitetônicas, em vias, logradouros, espaços públicos, difundindo a cultura do direito de ir e vir, garantido na Constituição.

- Criação ou fusão de política que possa receber, apurar e encaminhar denúncias relativas ao descumprimento dos princípios estabelecidos no plano nacional de direitos humanos.

- Exigir do SUS, estabelecimento real de política de atendimento ao portador de deficiência, uma vez que, escondido atrás do princípio da universalidade, o SUS vem insistentemente excluindo os portadores de deficiência, exemplo o Plano do Ministério da Saúde, 97 - Ano da Saúde, que não reconhece o segmento e suas especificidades.

- Dentro da política de saúde a ser estabelecida urge implantar processo municipalizado de repasse e atendimento às órteses e às próteses auditivas, com recursos federal, estadual e municipal, sobretudo no incentivo para que as entidades representativas possam participar do processo de produção dos próprios equipamentos.

- Que o programa nacional de qualificação profissional do Ministério do Trabalho seja ampliado e que tenha nas matérias de habilidades de gestão, assuntos pertinentes a direitos humanos e portadores de deficiência.

- Buscar interligar com conselhos instituídos e em funcionamento os temas sociais que forem pertinentes a ação conjunta: Conselhos de Saúde, Educação, criança e adolescente, portadores de deficiência, idoso, direitos da mulher, para difundir a cultura dos direitos humanos.

- Inclusão do quesito deficiência e tipo no censo do IBGE.

- Que o Ministério do Trabalho exija das empresas privadas o cumprimento da Lei nº 8.213 sobre inclusão por via de reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência."

Essas contribuições são para dar um pouco de enriquecimento a esse texto que achamos importante, mas que deve ter acréscimos.

**O Sr. Presidente (Deputado João Batista de Oliveira)** - Esta Presidência solicita ao Sr. Eni que encaminhe sua proposta à Mesa. Com a palavra, o Sr. Moisés Augusto, do Movimento Tortura Nunca Mais.

**O Sr. Moisés Augusto** - Boa-tarde a todos. Gostaria de parabenizar a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembléia Legislativa e também a CPI do Sistema Penitenciário. Na condição de membro do Grupo Tortura Nunca Mais e da Associação de Vítimas da Violência Policial em Belo Horizonte, considero muito rico esse debate por causa da amplitude do tema de direitos humanos e da necessidade de seu aprofundamento, bem como das normatizações necessárias para se construir uma sociedade verdadeiramente democrática. A minha fala é muito rápida. Gostaria de expor, com toda a franqueza, algumas questões. Essa Casa e esse Plenário foram testemunhas, inúmeras vezes, da fala oficial, tanto do Governador quanto do Secretário de Segurança que, descaradamente, mentem para o povo desse Estado. O Secretário algumas vezes já disse aqui, e o próprio Governador em vários momentos, que em Minas não existe tortura, existem excessos. A autoridade máxima desse Estado, quando fala uma mentira dessa publicamente, para mim deveria ser incriminada em crime de responsabilidade. A autoridade pública deste Estado, quando permite que à frente do DEOESP esteja um assassino julgado e condenado - ainda que esse processo não tenha transitado em julgado -, comete crime de responsabilidade. A autoridade máxima deste Estado, ao permitir que o Delegado André Luiz, torturador reconhecidamente em todas as páginas de jornais e por todas as pessoas de bem, ainda esteja no exercício de suas funções na Delegacia de Vigilância Geral, comete crime contra o povo deste Estado. Peguemos o "Estado de Minas" de hoje: o comerciante Camilo está paraplégico em razão de um tiro dado pelo policial Rubão. Ele está hoje num hospital, e o policial Rubão está solto, continuando a torturar e a matar.

Eu quero saber o seguinte: nesta Casa, que é responsável por legislar, neste Poder, que deveria ser um Poder que se defrontasse com o Poder Executivo do Estado realmente e que não fosse atrelado a ele, em que pé estamos? Essa é a primeira questão. São problemas que devem ser colocados em razão da complexidade da violência que perpassa o conjunto do aparelho policial. Aliás, estou mais com o Hélio Luz, porque gosto de ir à raiz dos problemas. Essa história de que a polícia mineira é melhor que essa ou aquela não serve para mim. O Hélio Luz é muito claro nesse sentido. O Chefe da Polícia Civil no Rio de Janeiro fala abertamente: "Não existe polícia boa". São palavras do Hélio Luz, em várias entrevistas de jornais: "Polícia nasceu corrupta e violenta, é corrupta e violenta e vai deixar de ser o dia em que a sociedade quiser", remetendo para a sociedade aquela discussão de direitos humanos que não pertence nem

aos governos nem aos Estados, mas às pessoas.

A segunda questão refere-se ao aparelho da Polícia Militar. Para nós, que nos defrontamos permanentemente com pessoas esmagadas e torturadas, não apenas pela leitura de livros ou de manchetes de jornais, mas de realidades concretas que se colocam diante de nossos olhos, nunca é demais perguntar de onde surgiu essa história de que a polícia mineira é a melhor do Brasil. É porque mata menos? É porque bate menos? É essa a discussão? Não, a discussão é outra, de desvinculação do Exército, de mudança do caráter militar. A polícia afirma que tem formação militar, mas nem a Convenção de Genebra - que se refere a guerras - permite tortura. A alegação pura e simples de que se tortura em razão da formação militar é pouco.

Estou colocando esses problemas para chamar a atenção para certas coisas. Para que existe a ROTAM? Ela foi criada para combater a guerrilha. Se não há mais guerrilha, para que ROTAM? É uma máquina de matar, e existem mais viaturas do que ambulâncias nesta cidade. E estão por aí, soltas. De vez em quando matam um Hugo; de vez em quando percorrem uma verdadeira via-sacra na Favela de Santa Tereza, matando aos poucos, derramando sangue. É uma máquina de matar que precisa ser extinta.

Nós, que trabalhamos com a questão da tortura e do esmagamento da cidadania, percebemos que a normatização tem que acontecer e que temos de avançar. Mas temos pressa. É para hoje, é para ontem. Não queremos mais que o Governo do Estado venha desqualificar a D. Helena, por exemplo; que o Secretário venha cobrar a nossa presença em cemitério como se fôssemos funerária. Desqualifica-se a vítima para poder manter o crime. Falo isso aqui com muita tranqüilidade: o Governador do Estado e o Secretário da Segurança estão perdendo a autoridade porque não têm compromisso com a vida no Estado. Têm compromisso com o lucro e, agora, com o Encontro das Américas, mas não com a vida, com o povo. Têm apenas discurso, mas para nós esse discurso não serve, porque as pessoas estão sendo esmagadas agora. Neste momento em que estamos aqui conversando, as ROTAMs vão às vilas e às favelas fazendo horrores. Barracos estão sendo destruídos, pessoas estão sendo esmagadas e torturadas agora! Em qualquer delegacia desta cidade, agora existem pessoas sendo torturadas!

Então, não podemos esperar a solução para amanhã. Isso é para ontem. Já devia ter acontecido. E este Poder, que tem avançado muito, pode avançar muito mais, colocando em xeque o Governador. Se ele não tem condições de controlar a sua polícia, que renuncie, porque o povo é gente! Estamos colocando com essa força porque queremos manter a elegância que a D. Helena trouxe, que é a coragem de falar custe o que custar, cara a cara, na frente de que autoridade for. Quem defende vida não é no poder, é na vida. Era mais uma contribuição, porque a discussão pressupõe uma série de outras temáticas a serem abordadas. Mas as coisas devem ser ditas abertamente: o Governador é responsável por todos os crimes da polícia. O Secretário da Segurança, inclusive, já foi desmoralizado pelo João Reis, que disse que só obedece ao Governador. Então, ou ele renuncia ou assume o seu papel de Secretário. É dever de ofício. Não estamos exigindo que cumpra, pura e simplesmente, aquilo que a lei, num quadro de democracia em construção, já determina. Queremos seriedade nessas coisas. Não queremos sair daqui para atender mais um caso de tortura. Chega! Basta! Já passamos dos limites. Essa é uma contribuição que estamos trazendo e levaremos a Brasília, quando da segunda conferência, para uma discussão em conjunto com a sociedade. A autonomia do IML, a autonomia da criminalística também é fundamental. Mas ative-me a essa questão específica porque temos uma máquina de matar feita nas ruas. Isso é terrível. Como Drummond dizia, os lírios não nascem das leis. As leis são importantes, mas os lírios não nascem das leis.

**O Sr. Presidente (Deputado João Leite)** - Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

**O Deputado Durval Ângelo** - Gostaríamos de fazer uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma convocação a todas as entidades aqui representadas. Esta Casa, tendo em vista um processo democrático de pressão da sociedade, instalou uma comissão parlamentar de inquérito para apurar denúncias de irregularidades no sistema carcerário de Minas Gerais. A CPI completou um mês de funcionamento - teve pouco mais de uma semana para atender às questões burocráticas e aproximadamente três semanas de trabalho.

O que está acontecendo em todos os lugares por que passa a CPI? Estivemos em Ipaba, e os presos que denunciaram torturas, condições insalubres e tráfico de drogas dentro da penitenciária estão ameaçados de morte, estão sendo levados para pavilhões onde encontram desafetos seus, para que sejam exterminados. Tivemos notícia, pela Pastoral Carcerária, de que um policial militar denunciou um Sargento como torturador, e este entra nos pavilhões dando tiros para cima, chamando o valente para enfrentá-lo. Ouvimos também presos da Penitenciária Néelson Hungria, em Nova Contagem, que denunciaram torturas. Dois dias depois que a CPI lá passou, os presos foram barbaramente torturados. Hoje, de forma jocosa, são chamados pelos agentes penitenciários de "presos da sala 28", "presos CPI", são ironicamente chamados de "CPI" pelos agentes. Mais ainda, um representante das Igrejas Evangélicas, preso em regime semi-aberto, a convite da CPI depôs sobre a questão da caixa-preta do sistema carcerário. Na quarta-feira, esse preso, após fazer denúncias, falando sob juramento



na CPI, recebeu um telefonema do Superintendente Ediraldo Brandão ameaçando-o, chamando-o de traidor, de mentiroso e fazendo-lhe ameaças, inclusive de que seria processado. Dentro da penitenciária de Ribeirão das Neves, a José Maria Alkimim, tentaram jogar outros presos contra esse preso, tentando exterminá-lo.

Hoje estamos vendo que os presos que denunciam situações de tortura dentro do sistema penitenciário estão correndo risco de vida. Estamos, na realidade, aumentando o medo e o terror dentro do sistema penitenciário. É uma desmoralização das entidades que acompanham a CPI, uma desmoralização do próprio Legislativo, enquanto Poder. Acho que podemos falar sobre os debates relativamente aos direitos humanos, um trabalho sério da Comissão, com as propostas que aí estão, mas, se não houver vontade política, Minas continuará sem uma política de segurança e direitos humanos, porque não interessa, hoje, a esse Executivo, que é refém das polícias, fazer realmente uma política de direitos humanos.

E aí estamos falando algo mais para o consumo externo do que, realmente, para o consumo interno. E podemos estar fazendo um belo teatro se não conseguirmos efetivar as propostas.

A convocação que gostaria de fazer é a seguinte: hoje, o grande fato para a questão da política dos direitos humanos, que atinge diretamente os pobres que estão jogados nas cadeias e nas penitenciárias, é essa CPI. Fazemos uma convocação a todas as entidades aqui representadas para que participem, mobilizem-se para que essa CPI realmente vá a fundo e apure tudo que está relacionado com o sistema carcerário. Apure as torturas, as máfias de construções e reformas de presídios, a máfia das marmitas e da alimentação dos presos, o enriquecimento ilícito de policiais e todas as mazelas do sistema. Acho que temos um momento ímpar para fazer isso. Daí o nosso apelo para que as entidades se envolvam nos trabalhos da CPI. Até sugiro que, através das entidades de direitos humanos e do Grupo Tortura Nunca Mais, se faça um comitê de apoio à CPI, para que ela continue firme, sofrendo ameaças, mas não hesitando e não temendo nada. Mas que seja feito um comitê de apoio ao trabalho, porque isso é fundamental para que ela continue no rumo da apuração e da verdade.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a Sra. Marilene Souza.

**A Sra. Marilene Souza** - Gostaria de fazer um esclarecimento. A Rosana falou, em nome dos portadores de deficiência, sobre o transporte coletivo, setor em que não há preocupação com eles. Gostaria de informar a todos que, neste primeiro semestre, a Prefeitura de Belo Horizonte inaugura o seu primeiro terminal, cujo projeto, desde o primeiro momento, teve preocupação com os portadores de deficiência. Haverá modificação nos ônibus, e o espaço físico propiciará melhor acesso aos portadores de deficiência.

Peço ao Presidente da Mesa que, junto com os demais Deputados, reveja o projeto, em tramitação na Assembléia, que modifica a estrutura do Fundo da Infância e da Adolescência. Os Conselhos Tutelares, nacional e estadual, são resultado de uma luta de muitos anos dos movimentos populares. Quando vemos que está na Assembléia um projeto que propõe a modificação da estrutura do Fundo, pensamos como o Governo Federal, num plano nacional de direitos humanos, prevê atenção a crianças e adolescentes e aqui, em Minas Gerais, pensa-se na reestruturação desse Fundo. Isso está nos relatórios das comissões que recebemos para subsidiar este debate.

Por último, gostaria de propor ao Sr. Fucks, que está representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, que tentasse uma parceria com o Conselho Estadual da Juventude, que, até hoje, não conseguiu entender por que ele existe. De repente, nessa parceria, poderá contribuir, no Estado de Minas, para a execução de muitos projetos e ações em relação à criança e ao adolescente.

**O Sr. Presidente** - A Presidência informa à Sra. Marilene Souza que não temos conhecimento desse projeto tramitando na Assembléia Legislativa. Mas solicitamos à assessoria que faça esse levantamento e posteriormente informaremos sobre esse projeto. Ela o tem nas mãos.

Temos uma pergunta do Sr. Messias Benedito, da Casa do Movimento Popular, dirigida ao Sr. Luiz Chaves: "A venda da Vale do Rio Doce não estaria abrindo espaço para a invasão das terras indígenas?"

**O Sr. Luiz Chaves** - É claro que existem muitos lugares em que a Vale tem influência direta sobre áreas indígenas. A maior mineradora que fazia parte da Vale - Urucum, no Mato Grosso do Sul - parece que foi desmembrada da Vale e não será vendida. É exatamente ela, a mineradora, que está investindo pesado na abertura do famoso canal do rio Paraguai, que não só coloca em risco mais de 20 áreas indígenas, como também, segundo denúncias da revista "Veja", cerca de 40% do Pantanal ficaria seco. Ou seja, colocaria em risco um dos maiores ecossistemas de nosso Planeta.

Com a palavra, a Sra. Simone Albuquerque, Presidente do Conselho Municipal de Pessoas Deficientes de Belo Horizonte.

**A Sra. Simone Albuquerque** - Primeiro, gostaria de dizer que, a partir do momento em que se discute a questão dos direitos humanos, estamos discutindo patamares mínimos de dignidade coletiva a que a sociedade se propõe ou não. Segundo, aponta também que

essa sociedade tem uma dificuldade muito grande em aceitar as diferenças nas suas diversas concepções. Acho ainda que a luta pelos direitos humanos é uma luta pelas políticas sociais públicas e que essa Conferência Nacional e esses ciclos de debates estaduais devem apontar pela defesa do Sistema Único de Saúde - SUS -, que está sendo desmantelado pelo Governo Federal e pelo Estadual. Deve haver a defesa da lei orgânica de assistência social, a política de educação, etc.

Nesse sentido, há coisas mínimas que podem ser feitas para avançarmos. Por exemplo, a verba de subvenção utilizada pelos Deputados Estaduais de Minas Gerais deveria ser colocada no Fundo Estadual de Assistência Social, sob o olhar do Conselho Estadual de Assistência Social. Seria um grande exemplo, senão de todos os Deputados, mas, pelo menos, dos Deputados que estão comprometidos com a luta social no Estado de Minas Gerais. Fico pensando que podíamos fazer coisas mínimas, como na questão do censo, de quem seriam os portadores de deficiência. Ora, duas categorias no Brasil não são consideradas pelo censo como cidadãos brasileiros. Estou falando dos portadores de deficiência e da população de rua. Apenas queremos que o censo nos conte e nos considere, porque até hoje trabalhamos com uma orientação da Organização Mundial de Saúde - OMS -, que diz que somos em 10%. Nós, do movimento, dizemos que somos muito mais, porque moramos no Brasil. Há orientações e coisas mínimas que são possíveis de serem feitas. Já foi dito que há leis que nos protegem, mas precisamos executá-las, tirando-as do papel e colocando-as em prática. Fico pensando ainda que, se juntarmos todos os movimentos, poderíamos conseguir coisas mais efetivas? Gostaria também de dizer que o Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência aponta para uma política de acessibilidade que está sendo implantada pela BHTrans, não uma política de resultados, não uma política que promete acesso para hoje, para agora. Isso não é verdade, mesmo porque séculos de omissão não serão resolvidos da noite para o dia. Essa é uma política que conta com as pernas e as possibilidades do município, porque os Governos Federal e Estadual se omitem e não cumprem a sua parte. Não podemos pensar que somente o município conseguirá resolver todos os problemas de omissão secular deste País.

Gostaria de dizer que nós, com responsabilidade, de acordo com as nossas possibilidades, estamos implantando uma política de acessibilidade não só para os portadores de deficiência, porque, de acordo com os dados, 49% dos usuários de transporte coletivo não têm acesso ao transporte.

Para finalizar, gostaria de dizer que, quem sabe, essa experiência da união de todos os movimentos, de todas as minorias e majorias aponte para um novo caminho, a fim de que possamos fazer um mínimo, mas que possamos sair da avaliação de que, da Constituição de 1988 até hoje, fizemos pouca coisa para tirar a lei do papel. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Marcos Cardoso, do Movimento Negro.

**O Sr. Marcos Cardoso** - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar essa iniciativa da Comissão, pois é um momento muito importante não só para ampliar a nossa luta, mas, sobretudo, para expandir o movimento pelos direitos humanos em nosso Estado.

Gostaria de levantar mais uma questão, que teve origem na fala do Deputado João Batista de Oliveira, hoje, pela manhã. Quero esclarecer que a pergunta é dirigida ao Deputado Nilmário Miranda. Se eu roubar uma maçã, seja em função da minha fome, seja para dar para uma criança ou para uma namorada, e, se porventura, eu for condenado, a legislação brasileira não me condenaria à morte. Correto? No entanto, se eu for preso, posso morrer na cadeia, em virtude das insalubres condições carcerárias, por uma infecção de HIV ou pela própria violência interna do presídio. Nesse caso, de quem é a responsabilidade? Quem seria o responsável pela minha morte? A pergunta que faço é a seguinte: posso responsabilizar o Estado pela minha morte, pois, segundo a legislação, não posso ser condenado à morte por ter roubado uma maçã?

Gostaria de fazer uma comparação com os Estados Unidos, onde existe a pena de morte. Lá, a pena de morte é institucionalizada, no Brasil não. Nos Estados Unidos, o prisioneiro condenado à pena de morte tem direito à defesa, existem mecanismos de defesa do réu. O filme "Os Últimos Passos de um Homem" mostra claramente as etapas de todo o processo, mesmo tendo conhecimento de que nos Estados Unidos os negros são mais injustiçados quando são condenados à pena capital. E no Brasil?

Assim, hipoteticamente, se eu morrer, de quem será a culpa? Quem a minha família iria responsabilizar? O Estado? Na minha opinião, o Estado é o grande responsável por uma série de mortes. Acredito que podemos mover vários processos civis contra o Estado, responsabilizando-o por várias mortes, mesmo que isso não traga resultados.

Como não irei participar da conferência em Brasília no dia 13 de maio, gostaria que o Movimento Negro levasse essa reflexão para ser debatida com o Ministério da Justiça.

A discussão dos meios de comunicação é outra questão fundamental. Hoje, podemos estar consolidando uma rede estadual pelos direitos humanos. Seria uma rede estadual com três grandes linhas de ação. A primeira delas seria elaborar uma proposta, um plano ou um programa estadual de direitos humanos que culmine na realização do

seminário que esta Casa está propondo, em setembro. Um segundo eixo seria atacar os meios de comunicação. Temos de ter a discussão dos meios de comunicação como prioridade para contrapor à política que os meios de comunicação têm feito com a nossa luta.

Faço uma outra pergunta, também do ponto de vista da legislação. É possível que a Comissão Nacional de Direitos Humanos obrigue os meios de comunicação a veicular campanhas propostas no próprio Programa Nacional de Direitos Humanos no sentido de incentivar uma cultura mais solidária, uma cultura pelos direitos humanos? Não que o Governo tenha que liberar verbas vultosas do ponto de vista da publicidade, para engordar o caixa das grandes agências. Pelo contrário, é possível o Governo, através do espaço de que dispõe nos meios de comunicação, mesmo sabendo que foi grande a luta dos movimentos contra a discriminação dos portadores de HIV, mudar o conteúdo da própria campanha. É possível obrigar os meios de comunicação a veicular campanhas que, de fato, incentivem uma cultura mais solidária, mais efetiva no campo da proteção dos direitos humanos? Faço essa pergunta aos Deputados. Muito obrigado.

**O Deputado Federal Nilmário Miranda** - Marcos, vou responder no final, na ocasião da minha fala.

**O Sr. Presidente** - Esta Presidência quer reconhecer que existe realmente um projeto do Governador do Estado tramitando na Casa em relação à modificação do Fundo para a Infância e Adolescência. Dispõe o projeto sobre concessão de bolsa de trabalho e educativa. Coloco-me à disposição, assim como a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, para os questionamentos sobre o projeto e melhoria dentro das propostas da entidade.

Com a palavra, o Sr. José Fernandes Pacheco, do Movimento Evangélico Progressista.

**O Sr. José Fernandes Pacheco** - Serei breve e não vou fazer discurso. Vou apenas fazer um pedido à Caiafa. É que, quando você levantou os assuntos mais importantes tratados aqui, não foi dado o destaque que eu esperava à questão das comunicações. Ontem, participávamos de um evento no Rio de Janeiro, em Ipanema, e ouvi o clamor de alguns homossexuais e de alguns portadores de deficiência sobre a forma como são tratados, principalmente nos programas humorísticos. Para complementar essa informação, no Rio há um programa policial que se chama 190, que dá razão a D. Roque, o bispo da região onde eu moro, que reclama muito da maneira como os repórteres entrevistam os presos pobres. A pessoa é tratada como se já fosse condenada, como se merecesse ser submetida à execração pública, daquela maneira. Por todas essas coisas, acho que a Caiafa mereceria incluir nas coisas importantes que foram tratadas neste dia a questão do controle sobre a comunicação social. Obrigado, Caiafa.

**A Sra. Maria Caiafa** - Pacheco, eu vou responder bem rapidinho, porque o tempo é controlado. Acho que você está coberto de razão. Tentei captar aquelas questões abordadas por todos, de modo geral, mas essa questão não deveria ter-me escapado. Agradeço muito a sua intervenção, porque vamos completar o relatório.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Prof. Arnaldo Godoy, da Associação dos Amigos do Instituto São Rafael.

**O Sr. Arnaldo Godoy** - Boa-tarde. Causou-me estranheza, Rosana, quando você fez seu relatório dizendo que o Presidente da BHTrans disse que é luxo adaptar os ônibus aos deficientes. Causou-me tanta estranheza que me retirei do Plenário para saber do Carlão o que ele havia declarado. Consultei sua assessoria, e o que me foi passado é que ele afirmou, por meio da imprensa, que é demagogia de quem põe no horizonte dos deficientes a implantação imediata e total, no sistema de transporte de Belo Horizonte, dos elevadores nos ônibus. O Carlão falou, e também a Marilena, do Barreiro, acaba de dizer que os novos terminais que serão construídos em Belo Horizonte terão um programa de sensibilidade, aliás esse é um destaque do BH-BUS, que está sendo implantado por etapas.

Isso me causou estranheza, e o Conselho Municipal de Deficientes, construído no ano passado, como disse a Simone, está sendo consultado, ouvido, e, nesse Conselho, como você que faz parte dele sabe, a BHTrans se faz representar. Quero esclarecer essa questão da BHTrans para que não fique nenhum mal-entendido.

Temos mesmo que manter acesa a chama de indignação, a cobrança, a exigência sempre, a nossa organização em face das questões de direitos humanos, sociais, culturais, lazer, etc. Mas, por outro lado, parece-me necessário reconhecer os avanços que já alcançamos, as conquistas feitas com esforços e lutas de todos os segmentos. Se não fizermos isso, estaremos desqualificando todos os movimentos e a nossa própria luta. Por isso, temos também que reconhecer os passos significativos já dados. Vamos continuar e caminhar mais e mais, reconhecendo que os caminhos percorridos nos levarão a outras conquistas. Obrigado.

**A Sra. Rosana Bastos** - Queria colocar que, como o Prof. Arnaldo disse, é saudável a indignação quando os nossos direitos não são representados. A falta de soluções para o transporte, não sei se porque eu, por ser portadora de deficiência física, por fazer parte de uma entidade que congrega hoje mais de 6 mil associados e que usa o transporte coletivo diariamente, provando que tem-se que matar um leão por dia para

se subir num ônibus, me indigna bastante. Há vários anos a lei de adaptação dos ônibus foi aprovada e sancionada. Ainda que seja difícil o cumprimento, nós, deficientes que não temos dinheiro para pagar táxi, acreditamos que a situação é emergencial. Não é que estejamos querendo o cumprimento imediato da lei: sanciona-se a lei hoje e se cumpre amanhã. Essa lei já foi sancionada há vários anos. Talvez seja porque sentimos na carne essa dificuldade.

Eu, como membro, estou sabendo que o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência tem dado contribuição. Não queremos nada irreal ou utópico, não. Sabemos que há condições de se cumprir essa lei. Talvez o Vereador, com a sua deficiência visual, sinta outra dificuldade que não a de subir nos ônibus com tranquilidade, ser empurrado, ser atendido pelo grupo de resgate por causa de um tombo, perder a hora de serviço, ter desconto no salário por perda de hora de trabalho.

Essa é a realidade que vivenciamos todos os dias na Associação Mineira de Paraplégicos. Contarei com a contribuição do Conselho para defender os portadores de deficiência de Belo Horizonte.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Mário Nicodemos, representante do MST, para a sua pergunta.

**O Sr. Mário Nicodemos** - Sou Mário Nicodemos, representante do MST. Nilmário Miranda, gostaria de saber por que a aplicação da lei é lenta e não pune, na justiça, a corrupção.

**O Sr. Presidente** - O Deputado Nilmário Miranda, ao final, irá responder. Com a palavra, Márcia de Carvalho, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e da Coordenadoria dos Direitos Humanos.

**A Sra. Márcia de Carvalho** - Boa-tarde a todos. Gostaria de fazer aqui um depoimento vivo enquanto mulher que luta pelos direitos e pela cidadania da mulher brasileira.

Estamos diante de quadro de alto índice de violência contra a mulher, principalmente na cidade de Belo Horizonte. E pude perceber, diante de todas essas situações de violência contra o índio, contra a mulher, contra o negro, contra os portadores de deficiência e outras, que o viés de gênero está presente em todas.

Existe uma tortura que é velada entre quatro paredes. No dia de abertura destes debates aqui na Assembléia Legislativa, falei dessa violência cometida contra a mulher e que não é denunciada. Nesses casos, a mulher é torturada nos moldes da tortura policial que ocorre em delegacias.

Recebemos recentemente uma denúncia de uma cidadã de Uberaba. Ela veio com suas malas e nos disse que não podia mais viver com seu companheiro, porque era torturada dentro da própria casa, como nesses casos em que os torturadores são denunciados na televisão todos os dias. Mas sobre isso ela não podia abrir a boca em sua cidade e veio pedir socorro em Belo Horizonte. Essa mulher foi acolhida por nós, mas também fizemos uma intervenção em sua cidade. Já está em tramitação o seu processo de separação judicial, e ela continua morando aqui. Em conjunto com os órgãos competentes de Belo Horizonte que trabalham nessas causas, estamos tentando conseguir-lhe um emprego. Agora, ela está vivendo de novo, porque chegou aqui morta.

Então, a tortura contra a mulher é realmente um problema a ser pensado por todos nós. É preciso que isso fique bem claro em nossas mentes, a partir deste ciclo de debates, haja vista as violações aos direitos da mulher, que só foram consideradas como violações aos direitos humanos há dois anos.

Vejam como esse processo é lento e como é necessário que estejamos nos esforçando, a partir daqui, a fim de conseguirmos, realmente, uma política efetiva.

Gostaria de falar ainda que precisamos lutar por políticas de combate a todas as formas de violência contra a mulher, principalmente para que não estejamos, como estamos hoje, reivindicando recursos necessários à manutenção e à implantação das casas-abrigo existentes nos Estados e nos municípios. O que queremos, realmente, é não precisar das casas-abrigo. Não queremos lutar por elas. O que queremos é não ter que colocar a mulher em outra redoma, para que ela não sofra esse tipo de tortura. Precisamos desconstruir essa barbárie que aí está contra nós, mulheres, só por sermos do sexo feminino.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Ananias de Souza Pereira, de Rondônia.

**O Sr. Ananias de Souza Pereira** - Vim de Rondônia e, em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a iniciativa e a coragem que têm os companheiros de permanecerem formando debates como este, que são muito importantes para quem clama por justiça na sociedade. Aproveitando a oportunidade, venho aqui denunciar fatos ocorridos em Rondônia. Lá, como aqui, em Belo Horizonte, foi formada uma CPI para apurar irregularidades na delegacia. No norte do País, Estados como Rondônia, Pará e Acre não precisam formar CPIs para apurar esse tipo de denúncia, como se pode comprovar por meio dos meios de comunicação e como coloquei em meu relatório: dos 94 policiais que participaram da chacina de Corumbiara, foram denunciados pelo Ministério Público apenas 20. Desses 20 denunciados, conforme publicou no dia 23 de abril último o "Estadão", que é um jornal que circula naquele Estado, dois soldados que estavam entre os citados na denúncia do Ministério Público foram condecorados e promovidos.

Por quê? Acho que foram condecorados porque foram os que mais mataram naquela chacina de Corumbiara.

A mesma coisa aconteceu também no Pará, naquela chacina coordenada pelo Cel. Pantoja, mesmo ele tendo recebido propinas no valor de R\$100.000,00, conforme ficou provado por testemunhas. Apesar de tudo, o Governador daquele Estado, Almir Gabriel, empurrou seus parlamentares para que aprovassem leis que garantissem fórum especial para aquele Coronel e para que ele não fosse punido.

Mas o que acontece com os companheiros hoje naquele Estado é o contrário. Temos quatro companheiros indiciados pela justiça. Há 30 dias atrás, um desses companheiros foi abordado dentro da cidade, tendo levado vários tiros. Ele não morreu por pura sorte. O segundo atentado se deu quando a caravana dos sem-terras se encontrava em Brasília. A casa desse companheiro, que eles julgam líder, foi rodeada pela Polícia Militar, por agentes da Polícia Federal fortemente armados, e, em plena luz do dia, arrombada. Por sorte, não o encontraram, porque a promessa é pegar e eliminar. Faço essa denúncia, porque temos recebido apoio de pessoas daqui, de Belo Horizonte, da Comissão de Direitos Humanos, tanto desta Assembléia quanto da Câmara de Vereadores. Também em Brasília temos encontrado apoio. O próprio Deputado Nilmário Miranda esteve em Rondônia juntamente com outros companheiros e pôde ver de perto essa questão. Essas denúncias conseguem ser ouvidas por estes lados apenas quando alguém que eu sai de lá, mesmo sendo ameaçado, pela polícia e por jagunços, de tortura, para trazer um relatório. Gostaria que, em nome daquelas 624 famílias, em nome de todos os deficientes, de todas as mulheres e dos negros massacrados nessa sociedade, que esse relatório fosse incluído também, a fim de que, pelo menos, com esse tipo de denúncia, fosse vista a questão de Rondônia e do Pará, e as autoridades competentes e responsáveis pudessem votar mais esse assunto. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Sr. Cícero Milton Martins, da Associação dos Delegados de Polícia de Minas Gerais.

**O Sr. Cícero Milton Martins** - Boa-tarde, Sr. Presidente. Não vou formular nenhuma pergunta, mas gostaria de fazer algumas observações, as quais considero de interesse de todos os presentes. No início do Governo Eduardo Azeredo, a Associação dos Delegados de Polícia de Carreira de Minas Gerais levou ao Sr. Governador uma proposta, para formulação de uma nova política de segurança pública para este Estado. Nesse documento abordamos, também, a questão da corrupção e da violência policial, mas até hoje o Sr. Governador não dirigiu nem um aviso de recebimento desse documento à nossa associação.

Presentes a esse debate, a Associação dos Delegados de Polícia de Minas Gerais, da qual sou vice-Presidente; o Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Minas Gerais; o Presidente da Associação de Criminalística de Minas Gerais e o Presidente da Associação Nacional de Criminalística. Conheço todas essas diretorias, e todas elas são vozes isoladas dentro do aparelho policial, procurando voz para mostrar uma nova opção de segurança neste Estado, mas as nossas propostas não têm obtido eco por parte do Governo deste Estado, e nem mesmo por parte desta Casa, para onde também encaminhamos aquele documento contendo propostas para uma nova política de segurança.

Espancam a polícia, e nós, da associação, reconhecemos as suas falhas. As associações de direitos humanos devem começar a refletir que a violência policial nada mais é do que a parte visível e palpável da violência do Estado contra o cidadão. Esse policial é mal-preparado, mal-dirigido, não tem assistência de espécie alguma. Ele também é vítima do Estado. O que temos de fazer é abrir um amplo debate. As associações de direitos humanos, desculpem-me a franqueza, têm de se despir de alguns preconceitos e chamar para a discussão também as associações dos policiais civis, porque temos muito a oferecer. Também somos vítimas de arbitrariedade. Nossos direitos humanos também são violados diuturnamente. Os salários pagos aos policiais, neste Estado, são aviltantes. Como querem que esse policial pregue a cidadania na rua, se ele não é detentor dos direitos da cidadania? Ninguém dá o que não tem. Os discursos que se fazem neste Estado, de polícia cidadã, são discursos que não saem do universo das palavras, sem nenhuma sintonia com a prática. Por que essa comissão não faz uma visita às corregedorias do Estado, para ver em que condições elas funcionam? Faço um apelo à Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da Câmara Municipal, e às privadas, para que passem a convocar também a Associação dos Delegados, a Associação dos Peritos Criminais e o Sindicato dos Policiais Civis, porque temos muitas sugestões a dar. Não aceitamos ser lançados na vala comum dos discursos de todos aqueles que lutam pela reformulação do aparelho policial deste Estado. Não aceitamos porque também fazemos coro a esses anseios de modificação. Orgulhamo-nos de ser policiais, porque somos cumpridores dos nossos deveres. Honramos o parco salário que nos pagam. Só queria fazer esse esclarecimento. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Pergunta do Sr. Nésio do Amaral, da Associação Brasileira de Criminalística, para a Sra. Maria Caiafa: "No Programa Nacional de Direitos Humanos, a autonomia dos serviços de criminalística e medicina legal foi contemplada, acontecerá o mesmo neste Ciclo de Debates?"

**A Sra. Maria Caiafa** - Todo o nosso esforço vai ser para garantir isso. O objetivo concreto deste Ciclo de Debates é exatamente formular o Programa Estadual de Direitos Humanos. Vamos manter todas aquelas propostas básicas do Programa Nacional e, à medida que nos debruçarmos sobre uma realidade específica, vamos avançar nas questões específicas do Estado. Essas questões colocadas são mais gerais e o avanço que tivermos no Programa Nacional de Direitos Humanos já é meio caminho andado para nós.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a Sra. Edelaine Pinto de Lima, da Federação das Entidades de Surdos do Estado de Minas Gerais.

**A Sra. Edelaine Pinto (mediante intérprete)** - Boa-tarde a todos, foi muito importante o que foi discutido aqui hoje. Aprendemos bastante com as várias opiniões, com os relatórios e com todos os movimentos que estão participando. Mas a maior preocupação da entidade é que a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida como língua, está na Constituição com o n° 10.379 e tem que ser usada em todos os estabelecimentos escolares que trabalham com surdos, mas nenhuma escola está usando. Essa é a comunicação do surdo.

Queremos também que a profissão de intérprete de surdo, que também já foi aprovada pela Constituição, seja regulamentada. O profissional não tem como sobreviver desse trabalho, apesar de ser uma ponte entre os surdos e a comunidade ouvinte. O intérprete é essencial para os surdos. Existe, por exemplo, o problema da mulher surda que precisa fazer alguma queixa na Delegacia da Mulher. Ela fica impossibilitada de se comunicar, porque não tem intérprete na Delegacia de Mulheres. Solicitamos a atenção da Casa quanto a esse assunto.

**A Sra. Neusa Santos** - Queremos dizer que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e também a Coordenadoria de Direitos Humanos irão formular ao Governo do Estado e à Delegacia que consiga, com urgência, intérpretes, no caso de denúncias das mulheres surdas.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, a Sra. Marta Elizabeth de Souza, do Fórum Mineiro de Saúde Mental.

**A Sra. Marta Elizabeth de Souza** - Boa-tarde, somos do Fórum Mineiro de Saúde Mental e estamos também no Conselho Municipal de Saúde, juntamente com o companheiro Ronaldo, representando as pessoas portadoras de deficiência, e gostaria de reforçar tudo que foi dito aqui, que acho da maior importância, e dizer que o Movimento da Luta Antimanicomial está batalhando por uma sociedade sem manicômios, para que as pessoas saiam das instituições fechadas, do tipo da FEBEM. É uma luta que temos travado. Todo mundo conhece o nosso trabalho. Temos uma lei estadual aprovada e estamos lutando pela lei federal. Gostaria de insistir nisso. Na Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que lutemos para que o Governo assuma, enquanto política pública, todas essas nossas reivindicações.

Quero aproveitar o momento para convidar todos os presentes para a nossa manifestação, nosso ato público cultural, na Praça 7, dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Quero ainda convidar todos os presentes a participarem de um seminário nacional sobre direitos e saúde mental. Do nosso ponto de vista, o Poder Judiciário entende as leis como dadas pela natureza, como da ordem, da lógica e da razão. Não se questiona o Poder Judiciário. Questionam-se as leis, se elas são adequadas ou não, até onde se pode avançar. Mas a nossa discussão é mais filosófica e reflexiva acerca de a que veio o direito em nossa sociedade e como ele vai se reformular para atender essas nossas reivindicações. Esse seminário vai acontecer nos dias 5, 6 e 7 de junho, na Associação Médica de Minas Gerais. Muito obrigada.

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Deputado Nilmário Miranda.

**O Deputado Federal Nilmário Miranda** - Queria, primeiramente, abordar algumas questões levantadas e, depois, fazer algumas propostas.

Sobre a questão abordada pela Marta, queria propor que ela convidasse a Associação Juizes pela Democracia, que é uma associação de Juizes brasileiros que estão refletindo sobre tudo isso. Depois, o Tarcísio pode até dar o contato dessa associação, para convidá-los a se incorporarem a esse debate sobre direitos e saúde mental. É muito pertinente.

Sobre o que o Ananias abordou, recebi aqui esse relatório e vou levá-lo. Esse caso, Ananias, só tem duas possibilidades. A primeira é aprovar a emenda constitucional que federaliza aqui os crimes contra os direitos humanos. Esse é um processo lento, que conseguiu passar admissibilidade depois de 7 meses na Comissão de Justiça; agora será formada uma comissão especial para analisar essa proposta de emenda à Constituição, para definir o que são crimes contra os direitos humanos. Aí vamos tentar incluir os crimes coletivos, chacinas e massacres. Pela lei atual esses crimes são praticamente - vou dar uma de Magri aqui - impuníveis, porque envolvem mais de 100 policiais, e cada um deles é denunciado separadamente, cada procedimento pericial, digamos assim, é feito individualmente, cada um tem direito a tantas testemunhas. E a previsão de julgamento é de 20 anos para crimes desse tipo. O do Carandiru está longe de ser levado a julgamento, e os crimes de lesão corporal já prescreveram, sem que ninguém tenha sido julgado.

A segunda é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, é o Brasil reconhecer a jurisdição da Corte. Estava dizendo para a Raquel Scarlatelli que, há três semanas, a Corte Interamericana condenou o Estado da Venezuela pelo assassinato de 14 colombianos que passaram pela fronteira dentro do rio. Eles foram mortos pela Guarda Nacional da Venezuela, que foi absolvida em todas as instâncias. A Corte Interamericana condenou o Estado a pagar indenização de US\$750.000,00 para as 14 famílias dos colombianos. Essa é a outra possibilidade de se evitar a impunidade. Sobre a questão que o Marcos Cardoso levantou, acho que já há alguns precedentes. No ano passado, houve um movimento nacional de denúncia da morte de um suposto traficante em dependências da Polícia Federal do Ceará. O Ministro da Justiça mandou um projeto de lei concedendo indenização à família dessa vítima, independentemente do resultado do inquérito do processo. Só de ter morrido dentro de dependência policial, o Estado já teria responsabilidade. Acho que isso vale para essas outras mortes que você colocou, dentro de dependências policiais, nas quais fica clara a responsabilidade do Estado. A Caiafa é uma velha defensora dessa tese de criar um grupo para desenvolver essa questão da responsabilidade objetiva e civil do Estado. Acho que é uma boa proposta.

A questão da comunicação, o Deputado Ivan Valente fez um projeto de lei baseado nesse 190, que o Pacheco levantou aqui também, baseado nessa questão que diz respeito à imagem das pessoas. Aí essa questão do suspeito. Condenamos a China por ter executado, no ano passado, 3.500 pessoas, sem direito de defesa. É um horror o que a China faz no campo de direitos humanos. Mas, aqui no Brasil, faz-se a mesma coisa, só que aqui se chama execução extrajudicial. A execução é decidida por agentes públicos. O representante do Núcleo de Estudos da Violência - NEV -, que estava aqui de manhã, o Paulo Mesquita, fez um estudo, pegando mil assassinatos entre 1991 e 1992, só em São Paulo, feitos pela Polícia Militar. Chegou à conclusão, num trabalho científico, que 92% daqueles mil mortos tinham entre 16 e 24 anos e não tinham antecedentes criminais. Se criminosos fossem, eram primários, eram pessoas mais passíveis de ressocialização e reeducação. Foram mortos por serem suspeitos. Não podemos esperar lei nenhuma para resolver essa situação. O que é suspeito hoje para determinados setores dos agentes públicos encarregados da segurança? São todos os que moram em favelas, todos os que moram em certas vilas, são todos os que moram em regiões inteiras das cidades. São classes sociais consideradas suspeitas. Enquanto suspeito, pela lei, são apenas aquelas pessoas que têm atitudes estranhas. Aqui, basta a pessoa morar em certa região que já é suspeita e, sendo assim, está sujeita a ser morta. É uma tese facista e nazista, que se chama limpeza social, quer dizer, limpar a humanidade de pessoas que a própria sociedade excluiu. Essa é uma coisa gravíssima. No Brasil existe uma pena de morte de fato, que é muito pior do que a da China. Na China, a pessoa passa por um julgamento simulado, por uma farsa de julgamento. Aqui não há julgamento nenhum, aqui a sentença é decidida por pessoas que também fazem parte desses excluídos.

A questão que o Mário Nicodemos levantou: por que a lei é lenta? Às vezes, acho que é importante a gestação da lei ser lenta. Se a lei for feita às pressas, depois não será aplicada. Eu não entendia isso. Hoje, o Paulo Mesquita levantou aquela questão de que não podemos confundir a aplicação da justiça com a vingança. Eu também achava que quanto maior fosse a pena, melhor seria para combater a impunidade. Depois, fui aprender que não é bem assim. Temos de ter a pena adequada para cada crime, senão o Juiz não condena. Esse negócio de crimes hediondos, que pusemos na lei, foi um erro. Temos que discutir e rever essa questão de crimes hediondos. Isso atrapalhou a aplicação da justiça. Qualquer coisa agora é crime hediondo. Não deu certo, vamos ter que rever. O problema maior, para mim, não é o fato de a gestação da lei ser lenta, o problema mais grave é essa tradição brasileira de ter leis e ter um hiato entre o direito formal e a realidade. Acho que é esse o problema: as leis não são aplicadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente talvez seja uma das melhores leis que conheço, porém não é aplicado. Não se criam as instituições adequadas e já se condena a lei sem que se tenham criado as condições para que ela seja aplicada, o que é grave.

Concordo totalmente com o Cícero Milton. O policial também é vítima. Não pode haver esse jogo de mocinho e bandido. Temos falado sempre que a polícia é a garantia da existência da democracia. A partir da atuação da polícia é que se decide se as pessoas serão iguais perante a lei ou não. O inquérito é fundamental para haver ou não a impunidade para o criminoso e para que a justiça não seja seletiva, como tem sido. Hoje, no Brasil, a justiça exclui o ladrão rico, o corrupto, o culpado por crime de responsabilidade. Ela é condescendente com o ladrão rico, que causa um mal tão grande quanto qualquer outro. O corrupto desvia o dinheiro da escola, da saúde, do portador de deficiência, da bolsa de trabalho. Ele provoca a morte em larga escala, de forma continuada. E a corrupção, no Brasil, é considerada um crime menor, mas, na verdade, é um crime gravíssimo. Porém, não tem o mesmo tratamento.

Tenho certeza de que o Deputado João Leite, as coordenadorias e as comissões legislativas do âmbito da Câmara Municipal vão aceitar o desafio de visitar as

corregedorias. O fortalecimento delas é fundamental.

Eu queria agora fazer algumas propostas. Primeiro, convidar todas as entidades militantes aqui a participarem da II Conferência Nacional de Direitos Humanos. Já disse de manhã que não é uma conferência oficial. As entidades devem ir por conta própria. Quem está convocando é a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, junto com o INESC, o Fórum Nacional de Violência no Campo, o Movimento Nacional de Direitos Humanos e as comissões legislativas de direitos humanos. A exemplo da conferência realizada no ano passado, não há ninguém que a promova. É uma articulação da sociedade para não deixar passar um ano do Plano sem uma avaliação externa, um controle social.

A conjuntura é extremamente favorável. Por incrível que pareça, cada vez que acontece uma tragédia, um vexame no Brasil, a questão dos direitos humanos avança. A cada massacre que ocorre, há a possibilidade de avanço. A sociedade aprende, a imprensa abre discussões, etc. Acho que a conjuntura é muito favorável. Um dos nossos grandes desafios na conferência será a nossa capacidade de formular algumas metas gerais. Não há como hierarquizar; nenhum problema é mais importante que o outro. Não é pela quantidade de pessoas que um problema atinge que vamos hierarquizar. Não se trata disso. Temos de ter a capacidade de fazer uma agenda para 1997, de saber quais questões vão afetar o conjunto do movimento de direitos humanos no País, de saber o que vai atender a todas as pessoas vítimas da opressão, da dominação, da violência, da impunidade. É preciso traçar essa agenda, saber dessa diversidade, dessa pluralidade, dessa riqueza de movimentos pela criação de direitos nos mais variados campos, e tirar algumas metas básicas.

O segundo grande desafio é a nossa capacidade de iniciar uma articulação nacional, que não temos hoje. Não se trata de criar uma entidade, um novo Movimento Nacional de Direitos Humanos porque está provado que esse movimento é um dos melhores do País. Trata-se de articular essa pluralidade, essa diversidade rica. Existem vários movimentos nacionais representativos de lutas distintas. Não podemos mais prescindir de um grupo de pessoas representativas que vão, depois da II Conferência, acompanhar as grandes propostas, saber o que acontecerá com elas; que vão cobrar, que serão interlocutoras dessas grandes propostas com o poder. Esses são os dois grandes desafios em uma agenda comum para 1997, comum a todos os militantes do Brasil inteiro, além de iniciar uma articulação nacional entre os vários setores do nosso movimento.

Gostaria de parabenizar a Assembléia e, especialmente, toda a Comissão presidida pelo Deputado João Leite. Já se encontrava encerrada para este ano qualquer possibilidade de seminário ou fórum para fazer este tipo de debate, mas, dada a sua emergência, dadas as questões presentes e a conjuntura favorável, o Deputado João Leite, juntamente com sua Comissão, o Presidente da Assembléia e toda a Casa, conseguiu dar lugar a este tipo de debate, que, na prática, acabou tendo o papel de um seminário ou de um fórum. Em setembro, teremos a segunda etapa. Mas a articulação que ajudou a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais a montar este ciclo de debates é algo que não existia desde 1989, quando da Constituinte Estadual. Nunca mais conseguimos aquele nível de articulação. Precisamos manter esta articulação, estudando todas as propostas apresentadas, preparando o esboço de um plano estadual de direitos humanos, devolvendo informações a cada entidade, cada segmento, cada militante para que, em setembro, possamos levar ao Seminário Estadual de Direitos Humanos uma proposta bastante discutida. Esta articulação também pode perfeitamente representar uma proposta de ajuda mútua, de solidariedade, criando mecanismos de circulação de informações, utilizando os meios disponíveis.

Gostaria de me dirigir a todos os companheiros e companheiras que aqui vieram, dizendo que há dois movimentos no Brasil que conseguiram, nos dois últimos anos, avanços notáveis: o Movimento dos Sem-Terras, que conseguiu colocar na ordem do dia a questão da reforma agrária, que ganhou o País para isso, e o Movimento de Direitos Humanos. Foram os dois movimentos que demonstraram maior capacidade de levar o poder, em todos os níveis, a repensar o problema. A partir do avanço já conseguido, espero que, até setembro, possamos fazer uma mudança de qualidade. Os anos não eleitorais são os anos cheios, plenos, quando as Assembléias funcionam, o Congresso Nacional e as Câmaras funcionam e os projetos podem tramitar. A conferência de setembro pode produzir projetos de lei, projetos de resolução. Tudo que aqui está sendo discutido pode abrir, em setembro, um processo legislativo com a participação da sociedade.

Gostaria de parabenizar todos os companheiros e companheiras pelo seu esforço de reflexão conjunta, demonstrando, mais uma vez, que no Movimento de Direitos Humanos existe algo que se constitui num ensinamento para toda a sociedade: a solidariedade, valor que se encontra esquecido nesse mundo neoliberal, mas que aqui é tomado como valor fundamental, como valor primordial, que norteia a vida e o trabalho de todos nós. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente** - Queria, neste encerramento do ciclo de debates, parabenizar todas as entidades, todas as pessoas comprometidas com essa luta pelos direitos humanos.



Gostaria de parabenizá-los pela vitória de podermos ter colocado como importante, como prioridade na Assembléia Legislativa de Minas a discussão sobre os direitos humanos.

É inédita toda esta questão. Quero parabenizá-los por estarem lutando há tantos anos pela vida. Agradeço as entidades pelas contribuições que trouxeram para discussão. Foi fundamental a presença das entidades e de cada um assessorando e ajudando para que pudéssemos ter a nossa reunião. Faço um apelo para que continuemos juntos. Temos várias atividades ligadas a setores, como, por exemplo, à criança e aos adolescentes. Estamos com as conferências estaduais regionalizadas - e é importante a participação de todos. Tivemos o convite para os encontros de saúde mental e, em breve, teremos a conferência nacional de direitos humanos. Assim, considero que estejamos juntos para a preparação do seminário estadual de direitos humanos, para que a nossa proposta seja discutida em todos os níveis. Precisamos apresentar à sociedade mineira a proposta de um programa estadual de direitos humanos. Sem dúvida, sem a participação das entidades e de cada um comprometido com essa luta, será impossível. Gostaria de me colocar como alguém sempre pronto a contribuir e interessado - não só eu, como todos os membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais - em algo em que todos nós somos parceiros, a defesa da vida em nosso Estado. Mais importante para todos nós, sem dúvida, é essa vida bem maior que Deus nos deu. Que ela seja garantida no nosso Estado.

Esta Presidência declara encerrado o Ciclo de Debates Direitos Humanos e agradece aos ilustres expositores, às demais autoridades, aos participantes e ao público em geral pela presença. Gostaria ainda de agradecer à assessoria da Assembléia Legislativa, tão dedicada à realização deste ciclo de debates.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de logo mais, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 51ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 7 DE MAIO DE 1997, DESTINADA A HOMENAGEAR O GRUPO PITÁGORAS PELO TRANSCURSO DE SEU 30º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO**

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Cleuber Carneiro

**SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata** - Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Cleuber Carneiro - Palavras do Sr. Evando José Neiva - Entrega de placa - Palavras do Sr. Walfrido dos Mares Guia - Palavras do Sr. Presidente - **ENCERRAMENTO.**

#### **COMPARECIMENTO**

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Henrique - José Maria Barros - José Militão - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmoló Aloise - Roberto Amaral - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Trópia.

#### **ABERTURA**

**O Sr. Presidente (Deputado Cleuber Carneiro)** - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **Ata**

- **A Deputada Maria Olívia**, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

**O Sr. Presidente** - A Presidência designa os Deputados Olinto Godinho e Alberto Pinto Coelho para, em comissão, conduzirem ao Plenário o Presidente do grupo homenageado, as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

**O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz)** - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado e Secretário do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação, representando o Governador Eduardo Azeredo; Evando José Neiva, Presidente do Grupo Pitágoras; Francisco Américo Mattos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas; Vitor Vieira dos Santos,

Presidente da Federação Mineira de Associações Microrregionais - FEMAM -; Ruy Lage, Presidente da COPASA-MG; e o Deputado Péricles Ferreira, Líder do Governo nesta Casa.

#### Destinação da Reunião

**O Sr. Presidente** - Destina-se esta reunião especial a homenagear o Grupo Pitágoras pelo transcurso de seu 30º aniversário de fundação.

#### Execução do Hino Nacional

**O Sr. Presidente** - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

#### Palavras do Deputado Cleuber Carneiro

**O Sr. Presidente** - Com a palavra, o Deputado Cleuber Carneiro, autor do requerimento que suscitou esta homenagem ao Grupo Pitágoras.

**O Deputado Cleuber Carneiro** - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz; Exmo. Sr. Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia, Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, representando o Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Prof. Evando José Neiva, Presidente do Grupo Pitágoras; Exmo. Sr. Dr. Francisco Américo Mattos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Exmo. Sr. Dr. Vítor Vieira dos Santos, Presidente da Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios - FEMAM -; Exmo. Sr. Dr. Ruy Lage, Presidente da COPASA - MG; Exmo. Sr. Deputado Péricles Ferreira, Líder do Governo nesta Casa; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, minhas senhoras, meus senhores, quanto mais o País avança no processo desenvolvimentista e de consolidação da cidadania rumo à viabilização do bem-estar e da dignidade social para todos os brasileiros, mais nos conscientizamos da importância do binômio educação/saúde nesse trabalho de construção.

Somos ainda, no geral, um país enfermo e iletrado; reconhecê-lo é questão de honestidade. Entretanto, às portas do terceiro milênio, registram-se progressos significativos nas duas áreas, que nos permitirão ingressar no ano 2000 com perspectivas promissoras.

Assim é que, no plano da saúde, a estabilização econômica tem possibilitado ao povo alimentar-se melhor, sendo redundante lembrar que não se obtêm condições de vida saudável sem alimentação adequada. É verdade que a fome continua a rondar milhões de lares brasileiros, mas presença antes familiar, da desnutrição endêmica em muitas regiões do Brasil tende a atenuar-se. A assistência médica e hospitalar é precária para a maioria, mas a nutrição equilibrada - que se generaliza em nossas comunidades - funcionará como medicina preventiva, amortecendo o impacto da demanda de serviços assistenciais.

Ora, se, no terreno da saúde, a situação deixa a desejar, há, no entanto, indicação do surgimento de fatores positivos, enquanto situação análoga, muito a propósito, ocorre no campo da educação.

Temos, presentemente, largo percentual de brasileiros mergulhados no analfabetismo ou no semi-analfabetismo, já que a estrutura dos ensinos básico e médio não alcança todas as nossas crianças e jovens. A universidade experimenta crise acentuada, incapaz que se mostra de absorver a totalidade dos que pretendem cursá-la. Nesse panorama nem sempre auspicioso, porém, avultam empreendimentos e iniciativas que constituem exemplo, já não tão isolado, de excepcional qualidade de ensino e de segura garantia no preparo das futuras gerações.

Tais considerações nos vêm a propósito do 30º aniversário de fundação do Grupo Pitágoras, que estamos comemorando nesta reunião especial promovida pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O educandário que homenageamos é protótipo incontestável de esmerado padrão didático, o que aumenta nossa responsabilidade ao ocupar esta tribuna: trata-se, afinal, de saudar instituição que é orgulho dos mineiros e que nos projeta para além das fronteiras do Estado e do País.

Foi no ano de 1966 que 5 jovens e talentosos professores se reuniram para preparar um grupo de 35 estudantes para o vestibular de Engenharia da então Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Eram eles Walfrido dos Mares Guia - que veio depois a emprestar sua inteligência à causa pública -, Marcos dos Mares Guia, Júlio Cabizuca, Evando Neiva e João Lucas Mazoni. Unidos, desenvolveram eles trabalho do maior nível, tanto é que, dos 35 inscritos, 33 lograram aprovação no vestibular. Estava, assim, lançada a semente do que é hoje o vitorioso complexo educativo Pitágoras.

O êxito inicial fez com que o curso pré-vestibular crescesse e se impusesse no conceito de nossos estudantes: no semestre seguinte ao de sua criação, o número de alunos triplicou. Dois anos após, instalaram os fundadores o preparatório para Medicina, e, em 1969, quando a UFMG anunciou a implantação do vestibular unificado, o curso se ampliou, inclusive com a contratação de novos professores. O resultado desse trabalho não se fez esperar, correspondendo os alunos do Pitágoras à maioria dos aprovados, em meio a milhares de postulantes. O 1º lugar na classificação geral do unificado, por sinal, coube a um desses alunos.

Em 1972, o núcleo do pré-vestibular cresceu, com a inauguração da primeira unidade

do Colégio, com currículo de 1º e 2º graus. Vieram, a seguir, várias filiais em nossa Capital, e, em 1979, o Grupo passou a exportar seu "know-how" para outros países. Em regime de prestação de serviços para grandes empresas brasileiras em operação no exterior, o Pitágoras instalou-se na Mauritânia, Iraque, Congo, Equador, Angola e Peru.

Em 1989, passou a prestar idêntica colaboração a empresas com obras em outros Estados da Federação, desenvolvendo trabalhos no Pará, Amazonas e Rondônia.

Hoje, o Pitágoras atua também em parceria com outros estabelecimentos congêneres, e neste ano são mais de 100 as instituições integradas a seu sistema, atendendo a cerca de 200 mil estudantes. Há uma grande e significativa distância, como se vê, em relação àquele corpo discente inicial de 35 vestibulandos!

Para explicar essa história de sucesso, bastaria dar uma vista de olhos na filosofia operacional de nosso homenageado. Partindo do princípio de que os alunos são sua razão de ser, a direção do Pitágoras elaborou um código de ética para seus administradores, professores e funcionários, cujo teor vale a pena registrar. É o seguinte:

- 1 - integridade em todas as dimensões da vida pessoal e na profissional;
- 2 - afetividade e cordialidade nas relações interpessoais;
- 3 - iniciativa e presteza no atendimento às necessidades das pessoas a quem estiverem servindo;
- 4 - comprometimento com o trabalho em cooperação;
- 5 - disciplina para solucionar problemas com base em fatos e dados;
- 6 - determinação para melhorar continuamente a qualidade na percepção do cliente;
- 7 - sensibilidade e disponibilidade para a dimensão social da instituição.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem-se mostrado particularmente ativa no que se refere à educação, coerentemente com sua missão de defender os mais elevados interesses do povo mineiro. Nessa linha, intenso trabalho se desenvolve tanto no Plenário como na Comissão de Educação, e, tomando por base as estatísticas, em 1996, nada menos que 7 proposições do Legislativo mineiro foram transformadas em lei pelo Executivo. Dizem todas respeito a temas ligados ao ensino e ao sistema educacional, como também outros 9 projetos de lei que tramitam nesta Casa presentemente. Considerando-se o vasto universo de matérias sobre o qual o Palácio da Inconfidência legisla, tais números são relevantes, embora possam parecer modestos, à primeira vista. Mais importante, todos eles expressam a prioridade que damos ao problema da educação. É essa prioridade, exatamente, que nos fez incluir na pauta de trabalhos a reunião em homenagem ao Pitágoras.

Nossa admiração pelos corpos docente e administrativo da instituição fala por si. Não sendo possível citar nominalmente cada um de seus membros, permitimo-nos fazer menção ao Dr. Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, que hoje empresta seu concurso ao Estado como Vice-Governador, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral e Secretário da Educação. Nossa saudação especial, também, aos Profs. Evando Neiva e Júlio Cabizuca, que hoje, com forte eficiência, dirigem a organização e nos honram com sua presença neste ato.

Parabéns, Pitágoras! Que estes primeiros 30 anos tenham prosseguimento, para proveito das gerações que a nós se seguirão.

Ouso afirmar que essas considerações e esse conceito que temos dessa instituição não são isolados, não são de um membro: são do próprio Poder Legislativo de Minas Gerais, pois o Pitágoras se constitui numa referência de Minas. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Evando José Neiva

Exmos. Srs. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado e Secretário do Planejamento e Coordenação Geral, representando o Governador do Estado - Walfrido, nosso companheiro desde o momento de fundação do Pitágoras; Francisco Américo Mattos de Paiva, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Vítor Vieira dos Santos, Presidente da Federação Mineira de Associações Microrregionais de Municípios; Ruy Lage, Presidente da COPASA; Deputado Péricles Ferreira, Líder do Governo na Assembléia; caríssima D. Carmen, aqui representando seu filho, nosso companheiro Júlio Cabizuca, que, por motivo de viagem, não desfruta conosco de um momento tão importante. Gostaríamos, D. Carmen, de homenageá-la com estas flores.

Exmo. Sr. Deputado Cleuber Carneiro, em sua pessoa, nossa saudação e gratidão a todos os Deputados e Deputadas que nos honram com esta homenagem. Este é um momento, senhoras e senhores, que ficará para sempre em nossos corações. Daqui, talvez, a 30 anos, querendo Deus, quando estivermos lançando mais um livro que registrará a nossa trajetória, o memorial do Pitágoras, certamente teremos uma página dedicada a esta comemoração que tanto nos honra e engrandece.

Por isso, temos dois profundos agradecimentos para externar a esta Casa representativa do povo de Minas. O primeiro agradecimento é pela homenagem de valor inestimável que recebemos, que é um atestado de cidadania institucional e é para nós como um diploma que colocaremos no lugar de honra máxima, o qual compartilharemos com

todos os companheiros que se espalham por todo o Brasil e também por outros países. Um diploma que representa, para todos nós, companheiros do Pitágoras, a renovação da nossa missão educacional e o aprofundamento da nossa responsabilidade social. O segundo agradecimento é pelo patrimônio maior que conquistamos nesses 30 anos de trabalho em educação: o patrimônio humano de contornos ilimitados, constituído pelos colaboradores, professores e funcionários que construíram o Pitágoras nesses 30 anos, constituído pelos mais de 100 mil ex-alunos. Quanto temos hoje, nesta Casa, das primeiras turmas do cursinho Pitágoras, em 1972; esses ex-alunos, dos quais muitos são pais de alunos do Pitágoras nos dias de hoje. Patrimônio humano constituído pelos atuais 30 mil alunos que estão em nossas escolas próprias e pelas suas famílias. Patrimônio humano constituído pelos nossos parceiros da rede Pitágoras para a qualidade de educação. Nesse patrimônio de centenas de milhares de vidas humanas reside nossa imagem e reputação como instituição educacional. E tudo isso foi construído tendo por base o ambiente de seriedade e comprometimento das nossas Minas Gerais, o ambiente das escolas públicas e particulares que estudamos. Minas deu-nos o caldo de cultura que propiciou a construção do Pitágoras. A quem agradecer por esse valor inestimável, por esse patrimônio de vidas humanas? É legítimo externar essa gratidão àqueles que são os legítimos representantes da gente de Minas. É por isso que externamos esse agradecimento, também, aos Deputados e às Deputadas desta Casa.

Mais de 31 anos de fundação. Creio que já podemos falar em maturidade de uma instituição. E, para atingir essa fase, temos cada vez mais a profunda consciência da nossa responsabilidade social e a convicção de que essa responsabilidade cívica tem que ser visível em ações concretas.

Formular e executar planos de ações cívicas passam a ser prioridade no Pitágoras, até mesmo pelos motivos que o Deputado Cleuber Carneiro, há poucos minutos, pontuou para todos nós. Temos alguns projetos em curso em Minas, especialmente na nossa "Capital do Século", como a recuperação e a preservação dos jardins de Burle Marx na Igreja São Francisco, na Pampulha, em parceria com a Prefeitura. O projeto se amplia neste semestre e envolve toda a comunidade escolar do Colégio Pitágoras Pampulha, em parceria com outras escolas, principalmente as públicas da região, na recuperação do patrimônio da lagoa da Pampulha. Tudo isso no ensejo da Semana do Meio Ambiente, no início de junho próximo. Esse projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Planejamento do Estado de Minas Gerais.

Outro projeto é a preservação dos jardins da Igreja da Boa Viagem, pela importância social, ecológica e histórica daquele espaço público. Esse é um projeto do Colégio Pitágoras Timbiras, que comemora neste ano bodas de prata. Temos a satisfação de ter alguns ex-alunos das primeiras turmas do nosso Colégio Pitágoras Timbiras presentes aqui hoje. Assim, os 25 anos, as bodas de prata do Colégio Pitágoras Timbiras, junto com o centenário da nossa "Capital do Século", justificam o nome Projeto Prata Cem.

Parceria entre o Colégio Pitágoras Cidade Jardim, a Escola Recreio e a Escola Estadual Dona Augusta, no Morro do Papagaio, junto à barragem de Santa Lúcia: além de um amplo programa pedagógico envolvendo as três escolas num aprendizado recíproco, inicia-se um trabalho comunitário voltado para a valorização e a preservação da Praça da Barragem de Santa Lúcia, de um valor inestimável do ponto de vista da integração social. Creio que todos a conhecem. Ela é como se fosse uma ponte entre duas realidades sócio-econômicas: de um lado, as pessoas que desfrutam de uma qualidade de vida que este País propicia; e, poucos metros à frente, pessoas que têm profundas limitações materiais, econômicas e sociais, resvalando até o nível da indignidade da vida humana. E aquele espaço da barragem de Santa Lúcia, uma obra do Prefeito Patrus Ananias, é como se fosse a ponte entre dois brasis, integrando essas duas realidades. Nesse projeto educativo com a Escola Estadual Dona Augusta e a Escola Recreio, o Colégio Pitágoras desenvolve esse espírito de integração social, indispensável para o desenvolvimento do nosso País nos dias de hoje. Esse é um exemplo muito singular, mas muito significativo, da realidade que vivemos em nosso País, nos dias de hoje. E há necessidade de construir pontes para unir os brasis.

Mais um projeto é a parceria da que chamamos a escola do século XXI - do Pitágoras - , que é o novo pré-vestibular, que fica entre as Ruas Rio de Janeiro e Espírito Santo, exatamente na Rua Guajajaras. Em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, restauramos e valorizamos a Vila Werneck, que tem uma importância histórica para a nossa Capital, ficando exatamente ao lado dessa escola do Pitágoras.

São iniciativas de grande valor social, com intenção verdadeira de dar a nossa contrapartida à comunidade, pelo patrimônio humano que ela nos propicia. Estamos certos de que, se assim não atuarmos, não fecharemos o balanço social entre o que a comunidade nos oferece, o que oferece a uma organização e o que a organização oferece à comunidade; haverá desequilíbrio, configurando descompromisso social. E, nos dias de hoje, neste mundo de transformações, com as necessidades sociais que, bem sabemos, o nosso Brasil apresenta, a organização que não tiver comprometimento social não vai prosperar. Seu futuro é sombrio, porque não vai encontrar apoiadores. É indispensável esse comprometimento social. Então, no Grupo Pitágoras, entendemos que, no fechamento

desse balanço, a contrapartida desse valor inestimável do patrimônio humano que desfrutamos na comunidade, a nossa contrapartida é procurar servir cada vez melhor a cada vez mais pessoas, formando os cidadãos do século XXI e, ao mesmo tempo, desenvolvendo esses projetos de colaboração social. Dessa forma, podemos almejar o equilíbrio desse balanço. E é neste momento especial, Sr. Presidente, nesta Casa, que tem a representatividade da gente de Minas, que externamos o nosso profundo agradecimento. Muito obrigado.

#### Entrega de Placa

**O Sr. Presidente** - A Presidência tem o prazer de passar às mãos do Prof. Evando José Neiva uma placa comemorativa desta solenidade, numa homenagem deste Poder Legislativo ao Grupo Pitágoras. (- Lê:)

"Ao Grupo Pitágoras, no transcurso do seu 30º aniversário, o reconhecimento do Legislativo mineiro, pela excelência do seu padrão de ensino, bem como pelo espírito inovador que alia eficácia empresarial à promoção dos mais altos valores humanos".

- O Presidente faz a entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Walfrido dos Mares Guia

Exmos. Srs. Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz; Líder do Governo, Deputado Péricles Ferreira; Evando José Neiva, Presidente do Pitágoras, meu prezado amigo e companheiro de fundação; Ruy Lage, DD. Presidente da COPASA; Francisco Américo Mattos de Paiva, Presidente da Associação Comercial; Vítor Vieira dos Santos, Presidente da FEMAM; Srs. Deputados; prezados companheiros e amigos do Pitágoras; familiares de Evando Neiva, de Júlio Cabizuca, especialmente D. Carmem, meus familiares, minha mãe, minha mulher, meus filhos, meus irmãos, meus cunhados, meus sobrinhos, companheiros do Pitágoras; meus amigos: gostaria de, neste momento, homenagear o engenheiro Ivan Moura Campos, Secretário Nacional de Informática, que brilha em Brasília, no Ministério de Ciência e Tecnologia. Estava num dilema, porque tenho a representação oficial para falar em nome do Governador do Estado, mas vou pedir desculpa para falar em meu próprio nome. Como um dos fundadores do Pitágoras, não gostaria de falar formalmente, apenas elogiando, mas gostaria de dar alguns depoimentos importantes, sobretudo por estar aqui nesta Casa, em função da educação. Para mim, é uma alegria incomensurável estar aqui hoje como Secretário da Educação, como Vice-Governador, representando o Governador, quando esta Casa homenageia o Pitágoras pelos seus 30 anos. O Deputado Cleuber Carneiro, com precisão absoluta, enumera a história do Pitágoras, de maneira irretocável, fechando os conceitos éticos, que são os paradigmas do nosso comportamento naquela organização. Ele é um Deputado de história absolutamente respeitável nesta Casa, tendo a vida pautada pela coisa pública, e, por mais de uma vez, em momentos difíceis, tem estado ao nosso lado. Ele vem saudar o Pitágoras em nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Gostaria de expressar meu agradecimento pessoal ao Deputado, cumprimentar todos os Deputados e agradecer ao Deputado Romeu Queiroz, meu particular amigo e Presidente desta Casa. Mas queria dizer algumas coisas a respeito da educação em Minas. O Deputado Cleuber Carneiro falou que as coisas no Brasil melhoram, independente de já termos problemas, e o Evando nos diz que temos um caldo de cultura. Será que o Pitágoras teria tido o mesmo êxito com as cinco pessoas que o fundaram, com os milhares de colaboradores que vieram, ano a ano, agregando-se a ele desde 1967, se estivéssemos em outro ambiente diferente da seriedade, da cultura e da mineiridade que Belo Horizonte e o Estado de Minas oferecem? Será que o Pitágoras teria crescido e alcançado as metas educacionais? É uma pergunta sobre a qual devemos refletir. O ambiente forja o acontecimento das coisas. E o ambiente de Minas é extremamente saudável. Aqui, é a terra da liberdade, do respeito, é a terra em que as coisas acontecem na velocidade natural que a própria vida impõe. Por isso mesmo, o Estado de Minas Gerais é respeitado em todo o Brasil. Tenho feito algumas apologias de Minas no campo econômico, pelo crescimento espetacular que o Estado vive, pelos investimentos internacionais, pelo crescimento dos seus empresários, pela qualidade de gestão das empresas, pelos mercados conquistados. Minas hoje é reconhecida no Brasil e fora dele como exemplo nas áreas de educação e de educação pública. O Pitágoras, como organização particular, atende a algumas dezenas de milhares de alunos. Quase podemos dizer centenas de alunos. Mas a educação pública em Minas Gerais atinge 5 milhões de alunos, e somos, hoje, paradigma nacional de qualidade em educação. Qualquer jornal, qualquer televisão, qualquer rádio, qualquer universidade, qualquer instituição séria no Brasil, hoje, reconhece que o que acontece em Minas Gerais é paradigmático, é exemplar.

E tudo isso começou aqui, nesta Casa, no mês de março de 1991. O então Presidente era o atual, Deputado Romeu Queiroz, e muitos dos Deputados que estou vendo, hoje, também estavam aqui naquela oportunidade e deram ao Governador Hélio Garcia uma prova irrefutável de confiança e apoio, quando aprovaram, em menos de 100 dias do seu mandato, a mudança que preside, hoje, o trabalho educacional de Minas, que é exemplar para o Brasil. Foi aqui, com o apoio dos Deputados, numa votação histórica (que a cada dia fica mais histórica), que, quase por unanimidade, 53 em 56 Deputados

aprovaram a reforma do ensino de Minas Gerais, largando o passado e entrando num futuro que concebe que a escola pública pertence à comunidade e não ao Governo. Essa simples mudança é a chave de toda a questão. No momento em que a sociedade, que é proprietária da escola, percebe que aquilo lhe pertence, ela passa a ser parte da solução do problema, passa a ser parte da busca da solução do problema, passa a entender o problema, ao invés de reclamar do problema e cobrar que outros o resolvam.

A educação é o maior desafio de qualquer Governo, hoje; é o maior direito, depois da própria vida, de qualquer ser humano. Cícero, há 2.400 anos, perguntava qual é o maior presente que se poderia dar à república, senão a educação. Hoje, poderíamos, parafraseando Cícero, dizer: qual é a obrigação fundamental de um Governo, senão propiciar a educação de sua juventude? A educação é um bem inerente à cidadania; é um bem inerente ao ser humano, sem o qual ele não exerce a cidadania, não exerce a função de criar seus filhos, não exerce a função de se introduzir no mercado de trabalho, não exerce a função crítica de separar o certo do errado, não exerce sequer a função de ter um comportamento ideal, consagrado como ético. Tudo isso vem por meio da educação.

E, como se não bastasse, ela é exatamente a bandeja que equilibra os desvios sociais. É por meio da escola pública que oferecemos ao mais pobre dos filhos dos trabalhadores e ao mais rico de um dos habitantes do nosso Estado oportunidades para que possam caminhar, a partir de uma certa idade, depois de pelo menos oito anos de escolaridade, em busca de sua própria vida e de seu próprio caminho. Esses oito anos mínimos de escolaridade, que seriam o 1º grau, acrescidos de três anos do 2º grau, totalizam, portanto, 11 anos de escolaridade necessária para que possamos ficar equivalentes ao Chile, ao Uruguai e à Argentina - citando apenas três países da América do Sul - onde os trabalhadores têm, em média, entre 10 e 11 anos de escolaridade, ao passo que o trabalhador brasileiro tem, em média, 5 anos de escolaridade. Então, é na escola pública que vamos quebrar as desigualdades do Brasil; é ali que, insistentemente, desde 1991, repetimos esses procedimentos com integral apoio da Assembléia Legislativa. Se esse apoio tivesse faltado, o projeto teria morrido. Esse apoio foi fundamental naquele momento. Não foi uma nem duas vezes que tive a oportunidade de receber um convite dos Deputados para vir aqui, neste Plenário, falar para centenas de professores, administradores, Deputados, Deputadas e políticos, a respeito das premissas da educação. Recebemos a confiança da Assembléia, e essa confiança foi paulatinamente traduzida em resultados. Estamos no sexto ano consecutivo de implementação dessa política. E, hoje, essa política honra o Estado de Minas Gerais; os Deputados a preservam e a valorizam.

As escolas são autônomas e recebem seus recursos sem precisar de apadrinhamento, treinam seus professores, participam das decisões juntamente com os pais, através dos colegiados. Fazemos avaliações externas anuais de todas as escolas estaduais e oferecemos para todas as escolas municipais e privadas uma avaliação anual de seu desempenho, para que possam melhorar, baseadas no próprio desempenho anterior. Integramos as redes municipal e estadual.

Saimos, em 1991, de um orçamento de US\$650.000.000,00, que representavam 33% do orçamento do Estado, para um orçamento, em 1997, aprovado por esta Casa em novembro do ano passado, em que 45% das verbas públicas são aplicadas na educação. Ou seja, R\$2.500.000.000,00 foram investidos no ano passado na educação básica.

Esta Casa aprovou um orçamento em que, de cada R\$10,00 recolhidos pelo Tesouro do Estado, R\$4,50 - 45% - são alocados em educação. Essa prioridade é compartilhada entre os Poderes Executivo e Legislativo e aplaudida pela sociedade. Quando perguntamos à sociedade quais são os problemas de Minas, a resposta é a educação. Nos anos 90, a educação compartilhava com a saúde o primeiro lugar, com 30% dos votos. Hoje, ela está com 6,7%, ou seja, está em sétimo lugar. A sociedade reconhece que estamos caminhando, os alunos têm escola, merenda, bons professores, capacitação, autonomia, participação da família, cidadania.

Estou aproveitando esta oportunidade para dar um exemplo de como a harmonia entre os Poderes é fundamental para resolvermos os problemas. Somos fortes e seremos invencíveis se entendermos que essa união é fundamental. Nossas querelas eventuais de natureza política são resolvidas lá, na municipalidade. O interesse maior da coletividade aqui nesta Casa tem sido respeitado, implementado e preservado. Sou o testemunho especialmente privilegiado para dar esse depoimento. Tenho convivido com os Deputados durante os últimos 12 anos. Nunca vi faltarem seriedade, sobriedade e competência nas decisões fundamentais, quando os Governos precisaram da Assembléia em momentos especiais.

Particpei dessa empresa ainda antes de me casar, quando era estudante de engenharia. Éramos quatro engenheiros e um médico: eu, o Evando, o Cabizuca, meu amigo e vizinho - éramos amigos desde os 15 anos de idade -, o meu irmão mais velho, Marcos, que hoje está sendo representado pelo seu filho Frederico, e o João Lucas Mazzoni. Tínhamos vocação natural para a educação. Não éramos professores formados: um médico, que era um professor notável da universidade; dois engenheiros já

professores e dois estudantes, o Evando e eu. Formamos, então, o Pitágoras. Deu certo porque tínhamos esse ambiente que eu quis qualificar aqui, sobretudo com a experiência que tive nos últimos seis anos na própria Secretaria da Educação, de demonstrar como Minas respeita a cidadania e a educação. Nesse ambiente, nós crescemos com o apoio de milhares de pessoas, milhares de alunos.

Gostaria de ressaltar que um de nossos alunos - foi nosso aluno em 1972, na Rua Timbiras - é hoje Deputado nesta Casa, o médico Dr. Marcelo Gonçalves. De maneira que estamos contribuindo para a construção da cidadania em Minas Gerais. Lá no Pitágoras, pouco a pouco, com os milhares de alunos que já tivemos, com os filhos desses alunos, com os netos de alguns outros, estamos construindo, geração após geração, naquela pequena parcela da sociedade, uma cidadania que nos engrandece. Estamos fazendo isso de uma maneira gigantesca na rede pública, com prioridade absoluta do Governo e o apoio integral da Assembléia Legislativa.

É um momento de rara felicidade para mim, como fundador do Pitágoras, Secretário da Educação e representante do Governador nesta noite, participar desta solenidade.

Queria agradecer, de coração, ao Romeu, se assim me permite chamá-lo pela nossa intimidade e amizade, e ao Deputado Cleuber Carneiro, bem como aos demais Deputados, esse honroso reconhecimento e mérito que dão ao Pitágoras.

Em nome do Governo de Minas Gerais, incumbo-me, também, de parabenizar a família Pitágoras pelo brilhante trabalho que vem fazendo para a educação de Minas. Muito obrigado.

#### Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Dr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado, representando S. Exa., o Governador Dr. Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Prof. Evando José Neiva; demais autoridades que compõem esta Mesa; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; família Pitágoras; convidados, esta Casa promoveu, há poucos dias, um ciclo de debates sobre a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Como sempre acontece nos eventos dessa natureza que aqui ocorrem, representantes das diversas instituições, públicas e particulares envolvidas com o tema, foram convidados a participar das atividades.

O objetivo do encontro foi desencadear, em colaboração com as lideranças do setor, processo de discussão ampla sobre a regulamentação de dispositivos da lei, especialmente naquilo que for de competência de Estados e municípios.

Entendemos que esse trabalho é de suma importância, pois produzirá subsídios valiosos para adequar a aplicação da norma às realidades regionais e para enriquecer o Plano Nacional de Educação, que vai estabelecer as diretrizes e as metas a serem adotadas no País, nos próximos dez anos.

Ao promover e estimular tais ações, a Assembléia Legislativa está convicta de que o aprimoramento da educação é imprescindível para as mudanças que se pretende colocar em marcha no País. Sem esse suporte, que possibilita a formação de cidadãos conscientes e participativos, não se pode falar em desenvolvimento pleno.

A solenidade que estamos realizando, com o objetivo de homenagear o Grupo Pitágoras, por seus 30 anos de fundação, parece-nos particularmente oportuna nesse contexto de discussões referentes à Lei de Diretrizes e Bases. Isso porque, por trás de todos os artigos, de todas as determinações e recomendações da lei, o que se pretende, em essência, é estabelecer condições para proporcionar aos brasileiros educação de qualidade.

É justamente esse princípio, o da qualidade, que direciona as atividades do Pitágoras. É o conceito-chave de sua filosofia institucional, o fermento de sua busca contínua dos melhores recursos e métodos pedagógicos.

Investindo permanentemente na atualização e no aprimoramento de seu quadro de profissionais, assim como nas condições físicas de suas unidades e na incorporação de novas tecnologias, a instituição consolidou-se como modelo e referência nas áreas em que atua.

Ressalte-se também, na comunidade do Pitágoras, o clima de diálogo e de integração, que, partindo da diretoria, caracteriza as relações entre professores, funcionários, pais e alunos.

É por esses princípios e essa cultura, fortemente sedimentados, que o Grupo vem colecionando sucessos em toda a sua trajetória. É pelos mesmos motivos que, de cursinho pré-vestibular montado por jovens professores, com uma turma inicial de 35 alunos, transformou-se hoje num dos maiores complexos educacionais do País, englobando nada menos de 100 instituições integradas, com cerca de 200 mil estudantes.

Sua marca de competência e seu compromisso com o ensino de qualidade abriram caminho para que se expandisse para outros Estados brasileiros e até mesmo outros países. Destaque-se, nesse processo, sua marcante influência sobre outro setor de atividades, ao viabilizar, por meio de suas unidades escolares, obras de vulto e de longo prazo, executadas por algumas das maiores construtoras nacionais.

Seu nome está, dessa forma, vinculado a empreendimentos pioneiros na construção de

rodovias, ferrovias, hidrelétricas, na implantação de projetos de irrigação e na atividade mineradora, espalhados pelos Estados do Amazonas, do Pará e de Rondônia, ou nas terras longínquas do Peru, Equador, Iraque, Congo, Angola e Mauritânia.

O exemplo dado pelo Grupo Pitágoras, no âmbito das instituições privadas de ensino, é fundamental em vista da realidade brasileira e diante das conhecidas dificuldades do poder público em implantar a contento seus programas de educação.

Sabemos dos esforços que têm sido feitos pelo Governo de Minas, assim como pelo Governo Federal, e acreditamos que, com a colaboração de escolas particulares imbuídas do mesmo espírito que move a entidade educacional homenageada, tais esforços resultarão em conquistas significativas para a população.

Congratulamo-nos com pais, alunos e profissionais que compõem a grande família do Pitágoras, e principalmente com seus diretores, fazendo menção especial ao nosso Vice-Governador, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral e Secretário da Educação, Walfrido dos Mares Guia, que permanece no Conselho de Administração; do Prof. Evando Neiva, Presidente do Comitê da Holding; e ao Prof. Júlio Cabizuca, Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional.

Que esse grande sistema de ensino continue a formar uma juventude sadia e apta a enfrentar os desafios que a esperam.

#### **ENCERRAMENTO**

**O Sr. Presidente** - A Presidência manifesta seus agradecimentos, especialmente ao Prof. Evando, ao Vice-Governador, Dr. Walfrido dos Mares Guia, às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 8, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

---

---

---

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO PREPARATÓRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 13.280**

Às quinze horas do dia onze de março de mil novecentos e noventa e sete, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados José Militão, Sebastião Helvécio e Sebastião Navarro Vieira (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão supracitada, além dos Deputados Durval Ângelo e Ibrahim Jacob. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado José Militão, declara aberta a reunião e esclarece que ela se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão e a designar o relator. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Durval Ângelo para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Deputados Sebastião Helvécio e Antônio Júlio, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" convida para tomar assento à mesa o Deputado Sebastião Helvécio e o empossa no cargo de Presidente. O Deputado Sebastião Helvécio, por sua vez, informa que, devido à ausência do Deputado Antônio Júlio, este será empossado na Vice-Presidência oportunamente. Prosseguindo, a Presidência designa como relator da matéria o Deputado José Militão. O Deputado Durval Ângelo apresenta requerimento solicitando visita ao imóvel a ser doado pelo Estado à Mitra Arquidiocesana de Mariana, com vistas a subsidiar a elaboração do parecer. Os Deputados Ibrahim Jacob e Durval Ângelo fazem uso da palavra para encaminhar a votação do requerimento e entregam ao relator vários documentos referentes ao citado imóvel. Diante dos argumentos e dos documentos apresentados, a Presidência, com a aquiescência do Deputado Durval Ângelo, deixa de apreciar o requerimento. A seguir, o Presidente suspende os trabalhos. Reaberta a reunião, o Presidente solicita ao Deputado Sebastião Navarro Vieira que proceda à leitura desta ata, que, lida e aprovada, é subscreta pelos membros presentes. Não havendo mais matéria a ser tratada, o Presidente agradece a presença dos Deputados e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 15 de março de 1997.

Sebastião Helvécio, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - José Militão.



**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA, NO PRAZO DE 120 DIAS, APURAR DIVERSAS DENÚNCIAS QUE ENVOLVEM O SISTEMA PENITENCIÁRIO ESTADUAL**

Às quinze horas e dez minutos do dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e sete, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira e Arnaldo Penna, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Ivair Nogueira que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. O Deputado Ivair Nogueira também faz a leitura do Ofício nº 318/97, enviado à Comissão pelo Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador-Geral de Justiça, encaminhando o quadro demonstrativo elaborado pelo Ministério Público de Minas Gerais sobre a situação atual dos estabelecimentos prisionais no interior do Estado. Também foram encaminhados pelo Ministério Público, por meio do Ofício nº 203/97, os depoimentos prestados àquele órgão pelos detentos Charles Dutra Pereira, Carlito de Assunção Costa e Ladislau Pavaneli Padilha. A Presidência passa à fase de apresentação de proposições da Comissão e apresenta, em nome do Deputado Marcelo Gonçalves, requerimento solicitando que seja realizada visita à Cadeia Pública de Divinópolis para apurar denúncias de superlotação e condições subumanas vividas pelos presos que nela coabitam. O Presidente encaminha o requerimento ao relator, para devida análise, e esclarece que ele será posteriormente votado. O Deputado Ivair Nogueira apresenta requerimento solicitando que o advogado Dimas Henrique Soares seja convidado a prestar esclarecimentos à Comissão a respeito de sua atuação profissional. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Durval Ângelo apresenta requerimentos solicitando que sejam convidados a depor na Comissão os Srs. Antônio Ribeiro da Silva e Sidney Cangussu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Associação em Defesa de Vítimas de Policiais e Autoridades - ADEVIP -, e Itamar Pereira Melgaço. Colocados em votação, são os requerimentos aprovados. O Deputado Miguel Martini chega à reunião e assume suas funções. O Deputado Arnaldo Penna, seu suplente, retira-se. O Deputado João Batista de Oliveira, com a palavra, comenta críticas feitas em Plenário por outros Deputados a respeito dos trabalhos da Comissão. O Presidente solicita que sejam providenciadas as cópias das notas taquigráficas das reuniões do Plenário dos dias 29 e 30 de abril para que os membros da Comissão possam se defender. A Presidência informa que a finalidade da reunião é ouvir a Sra. Vânia Maria Souza Melo Pinto da Cunha, Superintendente de Finanças da Secretaria de Estado da Fazenda, que discorrerá sobre o tema Fundo Penitenciário do Estado de Minas Gerais. Após sua exposição, fazem questionamentos os Deputados Ivair Nogueira, João Batista de Oliveira, Miguel Martini, Durval Ângelo e João Leite, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência passa a palavra à convidada para que esta faça suas considerações finais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a participação da convidada e os valiosos subsídios prestados por ela à Comissão, convida a todos para o Ciclo de Debates sobre os Direitos Humanos a ser realizado no Plenário no dia 5 de maio, a partir das 8 horas da manhã, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada no dia 7 de maio, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1997.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Ivair Nogueira - Antônio Genaro - João Batista de Oliveira - Arnaldo Penna - Geraldo da Costa Pereira.

---

**ORDENS DO DIA**

---

**ORDEM DO DIA DA 256ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 14/5/97**

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.105/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Formiga imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.106/97, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar imóvel ao Município de Serra do Salitre. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.107/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Cachoeira de Pajeú. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.108/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Ipuiúna o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.111/97, do Governador do Estado, que modifica e acrescenta dispositivos à Lei nº 11.397, de 6/1/94, que cria o Fundo para a Infância e a Adolescência e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.284, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 1997. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.261, que dispõe sobre a cobrança de multa por infração das normas de trânsito. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.276, que cria o Programa Estadual de Conservação de Água. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.281, que assegura o oferecimento gratuito, pelo Estado, do exame para diagnóstico de deficiência de alfa-1-antitripsina e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.289, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 741/96, do Deputado Durval Ângelo, que cria a Ouvidoria da Polícia do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.013/96, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.091/97, da Deputada Maria José Hauelsen.

**ORDEM DO DIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Renato Montandon, Secretário das Missões Tecnológicas da Secretaria de Ciência e Tecnologia; Roberto Borges Martins, Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP -; Marco Paulo Dani, Presidente do Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC -; Guy Torres, Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG -, que tratarão de questões relacionadas com as missões tecnológicas,

especialmente no que se refere à fruticultura no Norte de Minas.

**ORDEM DO DIA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 15/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir as possibilidades técnicas do apoio aos municípios mineiros por parte do Instituto de Geociências Aplicadas de Minas Gerais - IGA-MG.

Convidado: Sr. Paulo Rogério Junqueira Alvim, Diretor-Geral do IGA-MG.

**ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 15/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições em fase de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA SOCIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 15/5/97**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.099/97, da Deputada Maria Olívia.

---

---

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados José Militão, Ambrósio Pinto, Antônio Andrade e João Leite, membros da referida Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 10h15min do dia 15/5/97, no auditório, com a finalidade de se ouvirem representantes do Banco do Brasil, do BEMGE e da Caixa Econômica Federal, que prestarão esclarecimentos sobre os serviços por estes oferecidos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997.

Geraldo Nascimento, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 13.321

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados João Leite, José Henrique, Durval Ângelo e Luiz Fernando Faria, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 15/5/97, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997.

Jorge Hannas, Presidente "ad hoc".

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e Ação Social

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Jorge Hannas, Wilson Pires e Adelmo Carneiro Leão, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada às 15 horas do dia 14/5/97, na Sala das Comissões, com a finalidade de se ouvirem os seguintes convidados: Srs. Tomaz da Mata Santos, Reitor da UFMG; Juarez Oliveira Castro, Diretor do Hospital das Clínicas da UFMG; Athos de Carvalho, Secretário Municipal de Saúde, e José Rafael Guerra Pinto Coelho, Secretário de Estado da Saúde, que discutirão a situação do referido hospital.

Sala das Comissões, 13 de maio de 1997.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

---

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

---

### PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.063/96

Comissão de Saúde e Ação Social  
Relatório

De iniciativa do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em tela objetiva declarar de utilidade pública a entidade Ponto de Contato Nova Canaã para a Promoção do Bem-Estar Social, com sede no Município de Betim.

Aprovada a proposição no 1º turno, sem emendas, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre a matéria no 2º turno, nos termos regimentais.

#### Fundamentação

Iterando o posicionamento anterior desta Comissão sobre o assunto, entendemos ser justo e oportuno agradecer a entidade citada com o título de utilidade pública, visto serem seus trabalhos assistenciais e suas atividades filantrópicas instrumentos importantes para o desenvolvimento da coletividade do Município de Betim.

#### Conclusão

Diante do aludido, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.063/96 no 2º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 7 de maio de 1997.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

---

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

---

### 251ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

#### Discursos Proferidos em 30/4/97

**O Deputado Alberto Pinto Coelho\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, representantes da imprensa, ocupo esta tribuna para enaltecer e aplaudir a iniciativa da Mesa Diretora desta Casa com relação às propostas de emenda à Constituição que tem apresentado, com vistas ao aprimoramento do Regimento Interno. Quero ressaltar aqui o trabalho que foi feito no mesmo sentido, com relação a se buscar o aprimoramento das audiências públicas, estabelecendo que as propostas formuladas por ocasião das audiências sejam feitas considerando-se os limites fixados, de tal forma que não se gerem mais falsas expectativas e que o resultado conseguido nas próximas audiências sejam assegurados no orçamento do Estado.

Volto a ressaltar a importância que têm essas emendas ao Regimento Interno desta Casa. Com toda a certeza, uma vez aprovadas, irão propiciar o aprimoramento dos trabalhos a serem desenvolvidos no Poder Legislativo e, mais do que isso, estarão assegurando a independência deste Poder no cumprimento dos deveres que lhe cabem. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**A Deputada Elbe Brandão\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, estamos com um projeto de comemoração dos 222 anos dos Dragões da Inconfidência. É a cavalaria de Minas que faz a sua história, é o lado cultural da Polícia Militar, que serve a seu povo com bravura e competência. Aqui é preciso abrir um parêntese para dizer que também não concordo com aqueles maus profissionais da Polícia Militar, da Polícia Civil, do funcionalismo público nem com os companheiros da política que não agem de forma correta. É preciso saber distinguir o que representa uma corporação de um ou dois elementos dessa corporação que não fazem jus ao cargo que ocupam. É preciso também se fazer uma campanha de valorização dos Poderes existentes, como o Legislativo, que é o Poder da busca da consciência da cidadania e da efetivação do processo democrático e da democracia.

Desta tribuna falamos os representantes do povo. Lá fora captamos os pensamentos da comunidade. Temos também as comissões, que são um trabalho efetivo de representação de classe e de todos os cidadãos. Diante disso, estamos trabalhando juntos num processo já aprovado pelo Ministério da Cultura, que visa retratar e mostrar ao povo mineiro essa parte tão bonita da Polícia Militar, que vem contribuindo no processo cultural da nossa gente e do nosso povo.

Vamos caminhar junto com as empresas. Temos uma parceria efetiva da CEMIG nesse

processo. Agradecemos ao Presidente Carlos Elói a contribuição da CEMIG nesse projeto dos Dragões da Inconfidência. Já procuramos o Presidente da TELEMIG, Dr. Saulo Coelho, e esperamos dele uma parceria. Estivemos hoje na IBM e iremos à FIAT, porque assim estaremos incorporando a sociedade e o empresariado de Minas Gerais para as coisas de Minas, a bem do nosso povo e da nossa cultura. Muito obrigada.

\* - Sem revisão da oradora.

**O Deputado Raul Lima Neto** - Sr. Presidente, Deputado Francisco Ramalho, Srs. Deputados, meus senhores e minhas senhoras, com a finalidade de cumprir o ministério sacerdotal e político que tem todo aquele que é Deputado em nosso Estado, faço uso, mais uma vez, desta tribuna. Às vezes, pergunto-me que impressão posso passar aos ouvintes. Pergunto-me, na dúvida, se estou cansando, se estou chateando, se estou dando a impressão de prolixo, de oportunista, mas respondo a mim mesmo com a consciência, com a lógica da verdade absoluta de que estão em meu coração Jesus Cristo e a Sua palavra. Nada mais faço do que procurar servir bem, no ministério em que Deus, pelo povo, me colocou como Deputado Estadual. E é por isso, Srs. Deputados, que não me envergonho de estar subindo sempre a esta tribuna, até porque considero tão importante como os projetos, e agradeço a Deus e aos companheiros que colaboraram conosco, na legislatura passada, em que tivemos dois projetos aprovados, sancionados e regulamentados, considerados dos mais importantes para o nosso meio ambiente e para o nosso povo. São 18 projetos, aproximadamente, para proposição de lei, requerimentos, mas, Srs. Deputados, eu considero tão importante ou mais até esta tribuna, porque o Poder Legislativo é o que mais representa o povo, é o que reúne todos os segmentos, todas as vertentes, todos os pensamentos e costumes das regiões do nosso Estado. E, tantas vezes, colegas, que, sem dúvida, chamariam à reflexão, pela lógica que alcançaríamos pelo debate que por eles foi levantado, soluções para o nosso povo e para o nosso Estado. Mas, muitas vezes, achamos que o nosso estilo não é para a palavra, pelo que parabeno os que não usam freqüentemente a tribuna, mas corroboram com este ministério legislativo, tão importante e decisivo quanto o sacerdócio, participando, com veemência, das comissões, dos projetos e das iniciativas do Poder Legislativo, que, meus senhores e minhas senhoras, está totalmente manchado, não por culpa dos Deputados, mas da inconsciência dos que não compreendem que ele é o pilar principal da democracia. E, de uma forma injusta, porque enquadra no inconsciente do povo brasileiro um Deputado no grupo dos que são irresponsáveis, ladrões, dos que denigrem, envergonham a Nação brasileira. Já sei, pela Escritura e pela palavra de Deus, que nos lega o exemplo da História, que a justiça exalta as nações, mas a corrupção é a vergonha dos povos. Mas sofre o que vocacionado é para o ministério político, o que consciente está de que exerce uma função tão nobre como o sacerdócio, o que tem a consciência de dar glória a Deus e, com humildade, pedir-Lhe sabedoria para exercer uma das mais importantes funções do corpo da sociedade, que é a função de um Deputado, de um homem, de uma mulher, de uma pessoa colocada pelo povo, elevada à posição de Deputado ou de Deputada. E, com projetos, influencia positivamente o Executivo, com a palavra, porque é esse o poder parlamentar, a palavra. E não somente influenciar, mas também denunciar as injustiças, a fim de que o povo seja considerado igual pelos seus membros, seus representantes. Digo membros porque cada cidadão é membro da Nação e do povo, e cada político, representante desse povo. E não sabem os que denigrem este Poder que estão minando a força principal da Nação brasileira, que é a convicção e a fé, porque estão trazendo desânimo, descrédito e ceticismo absoluto quanto a uma solução para o Brasil, para o nosso Estado.

Hoje está tão desclassificada essa categoria, que, mesmo sem saber, alguns veiculam distorcida imagem do Deputado. Vejam a própria novela da Rede Globo de Televisão, com respeito aos jornalistas, alertando-os para essa função tão importante também, dada por Deus, a de jornalista. Mais que uma função, uma vocação, porque têm eles o poder de formar opinião, de construir ou destruir, porque nada é mais poderoso que a palavra, e o jornalista lida com ela.

Vemos, tantas vezes, meus senhores, talvez por falta de uma reflexão profunda sobre o espírito de uma nação, que se destrói de uma maneira quase que avassaladora, na consciência do povo de nosso País e de nosso Estado, a importância que seria para cada um e para a Nação da compreensão do que é um homem investido por Deus e pelo povo desse ministério do exercício parlamentar de um Deputado. Vejam bem, Srs. Deputados, que, até nessa novela que temos aí, a Juíza, representando o Poder Judiciário, é uma mulher proba, de vida ilibada, transparente, simples, à procura de ajudar a Justiça. E os Deputados apresentados em qualquer programa, humorístico ou não, são personagens torpes, doentios, ladrões, e o pior de todos os ladrões, pois rouba a consciência e a fé: investido de autoridade, aproveita-se dela só para benefício pessoal. Mas isso não é verdade, porque existem Deputados conscientes, tementes a Deus, que procuram naquele que pode fazer do homem um legítimo, ou, ainda, que represente a legítima figura do Criador, a quem encaram com seriedade, mas, às vezes, envergonhados pela impressão ou, às vezes, até com pena de outros companheiros

pela impressão que a população tem deste Poder. Ele é tão importante e está sendo tantas vezes irresponsável, porque não consciente, eu creio, difamado, fazendo fama ao contrário, e que, por isso, é quase impedido de influenciar como deveria.

Nesses dois minutos finais, aproveito, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para, na condição de Deputado e representante do povo, denunciar mais uma investida. Mudando de assunto, mas cumprindo o mesmo ministério, portanto tratando do assunto de extorsão do povo brasileiro, encabeçada pelas companhias de telecomunicações, especialmente, no nosso Estado, a TELEMIG, foi anunciado um aumento de 62% num País em que se diz que a moeda é estável. Queremos uma moeda estável e não abrimos mão do monopólio, e faz-se uma propaganda enganosa, porque, quando o Poder Legislativo máximo da União, o Congresso, procura uma abertura para quebrar o monopólio - provado está que monopólio nenhum presta - e só se fossem anjos e impossibilitados de ser tentados ou de pecar, os homens que comandam o monopólio, tendo nas mãos o poder de deter a vontade, sem competição, esmagam o povo com os celulares, por exemplo. O telefone celular, no Brasil, perdoem-me, Srs. Deputados, é uma falta de vergonha na cara ou do povo brasileiro ou da estatal que lá está, permitida pelo povo. A evolução está muito rápida, mas, quando se viaja, pega num lugar, e, no outro, não; num bairro pega, e, daí a 10m, já não pega. O lucro da TELEMIG foi, prestadas contas desta tribuna, de US\$1.400.000.000,00 bruto; líquido, chegou a duzentos e poucos milhões só, e por quê? Porque, numa estatal, o líquido não é do bruto, mas da sobra. O que uma estatal gasta em benefício próprio, para comprar prédios, aviõezinhos, carros não é deduzido, porque é comprado para o próprio Estado, porque ela é, também, empresa do Estado. Chega, Srs. Deputados. Nós não permitiremos calados que uma empresa nossa venha a colaborar, inclusive, para a intranqüilidade da economia brasileira e para o abuso, seja sob qual desculpa for, para com esse povo que não tem defesa. Não tem ele quem mais o sirva com telefonia, aumentando, dessa forma exacerbada e desrespeitosa, em 62% a assinatura do telefone.

Termino agradecendo ao Sr. Presidente e aos senhores pela paciência e dizendo que, apesar da luta, sinto-me honrado e grato a Deus e ao povo por ser um Deputado. Muito obrigado.

**O Deputado Alencar da Silveira Júnior** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, telespectadores da TV Legislativa, canal 40, para cuja criação na Assembléia Legislativa tive o prazer de fazer o primeiro requerimento e o primeiro pedido, para mostrar os nossos trabalhos para o povo mineiro, chegando a mais de 60 mil casas em Belo Horizonte.

Telefonia celular em Itabirito. Depois de instalar e distribuir gratuitamente a energia elétrica para a cidade de Itabirito do Campo, em 1925, o Cel. Agostinho Rodrigues trouxe o primeiro centro telefônico, que foi instalado em sua residência.

As ligações eram feitas através de uma manivela, e a atendente conectava cabos para que as ligações fossem completadas. Esse sistema funcionava com baterias feitas de carvão, ácido sulfúrico e água destilada, e cada telefone era alimentado por duas pilhas.

Inicialmente foram instalados 25 aparelhos na cidade de Itabirito, e cada usuário deveria acionar uma manivela para fazer contato com a central, que então conectava os cabos para completar a ligação.

Em 1933, um novo e moderno aparelho foi adquirido pelo Cel. Agostinho, para modernizar as comunicações. Era um centro automático que tinha capacidade para atender a 100 números.

Nessa época, com grande sucesso, Itabirito passava a integrar as poucas cidades onde o sistema telefônico era automático, e agora Itabirito inicia uma nova etapa de conquistas neste ano de 1997. E desta era de conquistas eu tenho orgulho de participar.

Embora estando a apenas 50 quilômetros de Belo Horizonte, a distância da modernidade da Capital mineira ainda era acentuada. Era. Agora Itabirito está entre os municípios que deixam de ser órfãos do poder público.

Ciente de que precisa vencer as adversidades naturais dos pequenos municípios, a comunidade de Itabirito buscou a aliança política que tem auxiliado a cidade a lutar por melhorias de sua infra-estrutura e a resgatar seu lugar de destaque na história de nosso Estado.

Na semana retrasada, Itabirito venceu mais uma barreira que a mantinha em desigualdade em relação a outros municípios mineiros e que agora abre ainda mais as portas para que sua comunidade possa mostrar seu dinamismo. Itabirito passa a contar também com a telefonia celular.

Eu, que venho acompanhando e participando de perto do desenvolvimento desse município, hoje com 40 mil habitantes, só posso comemorar o fato de a TELEMIG ter coroado nossos esforços que, nesse sentido, começaram em 1995, portanto, há dois anos. Naquele ano, se instalou em Itabirito a empresa Delphy, que deu novo ânimo à economia do município. A chegada da empresa foi mais uma razão para entender que outras conquistas se faziam necessárias - a telefonia celular por exemplo - e assim,

comecei a liderar conversações no sentido de sensibilizar a TELEMIG para a necessidade de se investir na implantação do serviço, como novo fator de impulso ao desenvolvimento de Itabirito.

Nesta primeira etapa, os itabirritenses terão à disposição 1.300 linhas, mas a demanda reprimida em Itabirito é maior, muito maior, e por isso já garantimos a disponibilização de outros 1.040 terminais até outubro deste ano.

Agradecemos ao Presidente da TELEMIG, Dr. Saulo Coelho, pelo trabalho brilhante que vem desenvolvendo à frente daquele órgão, atendendo as solicitações não só minhas, mas de todos os Deputados desta Casa. Dr. Saulo Coelho demonstra, acima de tudo, que é um Presidente que está no cargo devido a sua competência e ao seu compromisso com a população e com o serviço público.

Devemos destacar ainda a importante atuação da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Itabirito - ACIA - na figura de seu Presidente e também Vice-Prefeito da cidade, Giovani Melillo, que sempre se apresentou disposto a me acompanhar nas negociações que começaram em 1995 junto à direção da TELEMIG.

Empenhei-me nessas negociações, porque acredito no potencial da cidade de Itabirito, como assim também acredita o Governador Eduardo Azeredo, que presidiu a solenidade de inauguração do serviço no último final de semana. A partir dessa conquista, estabeleço mais um laço de compromisso com Itabirito, cidade de vocação para o sucesso como assim já externa alguns de seus filhos ilustres, como o contemporâneo Telê Santana. Ele, que já conviveu com a modernidade de países da Europa, por exemplo, pôde experimentar esse mesmo gosto, com muito prazer, e agora em sua terra natal.

Que os municípios mineiros mantenham suas tradições e sua memória, mas para isso não é necessário que percam o bonde da história nem condenem seus habitantes ao ostracismo. Itabirito está aí para provar que a modernidade não é ameaça. Pelo contrário, é progresso.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Dr. Saulo Coelho e, também, pedir a atenção do DER-MG para a cidade de Inhaúma, onde o asfalto da estrada que liga essa cidade até a BR-040, inaugurada pelo Governador Eduardo Azeredo, com as chuvas do início do ano, perdeu quase 1km do seu trecho. Se não o recuperarmos, vamos perder o resto do asfalto. Pediria uma atenção urgente do DER-MG para visitar essa cidade e enviar as máquinas para a recuperação desse trecho, que perdeu toda a camada asfáltica.

Na última segunda-feira, caiu uma chuva muito forte em Itabirito, e tivemos mais uma vez um problema de enchente no local. O Governo até então não havia ajudado em nada o Prefeito local, Dr. Manuel da Mota. Precisamos resolver esse problema com urgência, por causa da lama que existe hoje no sistema pluvial. É necessária a ajuda do Estado para limpar toda a rede que vem da cidade. Hoje, a chuva cai, e o problema não é mais o rio que sobe, mas sim o bueiro, que não deixa a água ir embora. A água sobe e volta para dentro das casas. Só conseguiremos sanar esse problema se houver a ajuda do Governo Estadual.

Finalizando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estou acompanhando pela TV, em jornais e em entrevistas de Deputados, afirmações de que estaríamos começando as audiências públicas. É uma vergonha para mim, como Deputado - e acho que para todos os Deputados da Casa -, começar uma coisa que fizemos há dois anos e para a qual até hoje nada foi feito. Como poderemos voltar ao interior, discutir obras, colocar obras no orçamento nas audiências públicas se essas obras não são executadas. Sem dúvida nenhuma, os Deputados serão vaiados no interior do Estado.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, entrei com um projeto na Casa, solicitando que só pudéssemos iniciar uma audiência pública quando 100% das outras obras tivessem sido executadas. O povo não é mais bobo; o povo e a política estão mudando. Temos de fazer política com honestidade, com sinceridade, e temos de cumprir os compromissos. Não sei como vamos hoje fazer discussões em audiências públicas, para saber das prioridades dos mineiros, se o Governo ainda não fez nada. Quando eu estava na Câmara Municipal de Belo Horizonte, iniciou-se em nossa cidade, primeiro com o Prefeito Pimenta da Veiga, e, posteriormente, com o Prefeito Patrús Ananias, o orçamento participativo, e nós o acompanhávamos. De 40% a 50% do que havia sido aprovado no orçamento participativo era executado; e, então, depois disso, iniciava-se uma nova discussão. No entanto, na Assembléia Legislativa nada foi feito. Por exemplo, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nenhuma obra aprovada para Itabira foi realizada. Não podemos brincar de fazer audiências públicas, hoje chamadas de audiências fantasmas. Discute-se nas audiências públicas, e nada é feito.

Outro dia, falei num aparte a um Deputado e hoje estou nesta tribuna para dizer que não podemos aceitar ir para o interior do Estado fazer audiências públicas na situação atual.

**O Deputado João Batista de Oliveira (Em aparte)\*** - Caro Deputado Alencar da Silveira Júnior, gostaria de concordar com a sua fala em relação à audiência pública, que foi muito confundida no nosso Estado com o orçamento participativo. O orçamento participativo é uma coisa, e, com raríssimas exceções, onde não houve condições

técnicas, as obras não foram realizadas, mas 99% delas foram realizadas. E elas se transformam em lei.

Não compareci a nenhuma das audiências públicas, por não acreditar nelas. Na semana passada, participei de uma reunião com 12 cidades na região de Corinto, em que a imagem da Assembléia Legislativa está comprometida perante aquelas lideranças. No meu entendimento, a questão da audiência pública serviu para trazer à Casa Ministros e promover muita gente, mas as audiências aqui em Minas foram decididas de cima para baixo. Se essas audiências públicas tivessem sido decididas a partir de sugestões autênticas dos Deputados, não teria acontecido esse desastre. Gostaria de conclamar V. Exa. e os outros Deputados para boicotarem as audiências públicas deste ano. Do contrário, estaríamos novamente vendendo ilusão para o povo de Minas Gerais se essas audiências fossem realizadas.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Alencar da Silveira Júnior** - Gostaria de agradecer o aparte do Deputado João Batista de Oliveira e fazer coro com suas palavras, a fim de não comparecermos às audiências públicas. Tenho certeza absoluta de que o povo mineiro não merece isso. Não podemos levantar expectativas no eleitorado, no cidadão, naquele que paga seus impostos. Não podemos levantar expectativas de melhorias, se tais melhorias não serão realizadas. Não podemos fazer uma coisa dessas.

Portanto, faço minhas as palavras do Deputado João Batista de Oliveira e peço a todos os Deputados que não participem. Pedimos ao Sr. Presidente que não realize essas audiências públicas, porque isso será uma vergonha para esta Assembléia. Audiência é muito bonito, mas o povo quer obras, quer melhorias, porque já paga impostos caros e, com certeza, não terá mais paciência para esperar. Precisamos, sim, do Pronto-Socorro de Venda Nova, de melhorias em todo o Estado de Minas Gerais, mas, acima de tudo, precisamos respeitar o povo, que não está sendo respeitado com a realização dessas audiências. Muito obrigado.

**O Deputado Paulo Schettino** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, galerias, venho a esta tribuna na tarde de hoje para fazer um apelo ao Governo Federal, ao Governo Estadual e a todas as autoridades envolvidas no problema do Hospital das Clínicas, porque nos últimos dias estamos vendo uma situação muito triste, vivida pela população de Belo Horizonte e de Minas Gerais. Há um pessimismo imenso com relação a esse hospital-escola, que atende pessoas humildes, pessoas simples, e os fatos estão se desenrolando de maneira veloz no sentido de que ele deixe de atendê-las.

Ora, sabemos que a obrigação dos Governos é, antes de tudo, de acordo com a Constituição, zelar pela saúde, pela educação, pela segurança. Lamentavelmente, o nosso Governo vem descuidando dessas áreas. Algumas pessoas podem raciocinar da seguinte maneira: como o Hospital das Clínicas pertence à Faculdade de Medicina, à UFMG, o Governo Estadual não tem nada a ver com o problema. No entanto, eu entendo que tem. Quando há uma calamidade dessas, todos devemos lutar em conjunto e, seja lá quem for o timoneiro, todos devemos apoiá-lo, para que uma tragédia dessa natureza não ocorra.

O Hospital das Clínicas, como é público e notório, é um hospital-escola do mais alto nível, que atende centenas e centenas de pessoas simples, pessoas que realmente necessitam. Todos sabemos que, quando um indivíduo tem qualquer enfermidade, precisa - salvo se possuir recursos financeiros - recorrer ao Governo. É até desnecessário dizer que a imensa maioria da nossa população não tem esses recursos.

Através da imprensa, tenho acompanhado essa situação caótica do Hospital das Clínicas. Portanto, nesta tribuna, gostaria de fazer um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Secretário da Saúde, a todas as pessoas envolvidas, a fim de que encontremos uma solução para o total funcionamento do Hospital das Clínicas. Ontem, tive a oportunidade de ouvir o Reitor da UFMG, que pintava um quadro muito triste, muito caótico do Hospital das Clínicas. Mas, se nos unirmos, se tivermos criatividade, vamos encontrar uma maneira de fazer com que esse hospital volte a funcionar.

Recentemente, tivemos, em Belo Horizonte, uma tragédia no campo cultural, que foi o incêndio do Palácio das Artes. De uma maneira rápida, a sociedade se levantou, juntamente com as autoridades constituídas e com a imprensa, de maneira geral, e hoje já se estão viabilizando recursos de toda ordem para que ele seja reconstruído. É lógico que aplaudimos e inclusive estamos na campanha, que julgamos de fundamental importância, uma vez que o Palácio das Artes é um dos mais importantes centros culturais do Brasil. Vamos seguir o exemplo do que foi feito no Palácio das Artes e fazer um mutirão em benefício do Hospital das Clínicas, porque a população carente merece, e nós, políticos, temos uma parcela de culpa em tudo o que vem acontecendo. Muito obrigado.

**O Deputado Irani Barbosa\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi bem oportuno o discurso do nobre companheiro Deputado Paulo Schettino. Ontem mesmo falávamos sobre o Hospital das Clínicas. É um crime ele ser desativado por inoperância, principalmente



do nosso Secretário da Saúde. Sobre esse assunto, encaminho um requerimento à Assembléia Legislativa solicitando o comparecimento do Dr. José Rafael Guerra, Secretário da Saúde, a esta Casa, para prestar esclarecimentos, juntamente com o Athos de Carvalho, Secretário de Saúde do Município de Belo Horizonte, este para falar especificamente sobre a saúde de Belo Horizonte e da região metropolitana, sobre o abandono em que se encontra a saúde pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Estamos enviando também um requerimento à Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que mais tem tido condições de defender direitos. Como ela defende tão bem os estupradores, criminosos e bandidos do nosso Estado, quem sabe o cidadão de bem também pode ter alguma parcela de contribuição da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa? Estou pedindo também à Comissão de Saúde e Ação Social desta Casa para que interceda a fim de evitar o fechamento do Hospital das Clínicas, porque ele tem feito muito mais que o que é patrocinado pelo Secretário, Dr. José Rafael Guerra, que brigou com tantos hospitais públicos para montar o Hospital São José para a Faculdade de Ciências Médicas. O Hospital das Clínicas tem hoje uma forte concorrência, através do próprio Secretário, que o prejudica para beneficiar o Hospital São José, que é da faculdade concorrente, que ele patrocina e da qual participa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também fazer um comentário sobre as declarações do Presidente da seção estadual da OAB, Dr. Raimundo Cândido Júnior, que aconselhou o Governador do Estado a entregar a chave dos cofres públicos para outro administrar. O Presidente da OAB de Minas Gerais extrapolou bastante os limites da sensatez do advogado, formado para defender teses, para defender os direitos do cidadão, quando falou em renúncia do Governador em favor de quem tenha competência para administrar. Sabem por que o Estado está com essa dificuldade? Em razão da malversação dos recursos públicos. Há poucos meses, em nossas casas, assistimos à votação daquele fundo de contribuição do Judiciário, dos cartórios, para reformar penitenciárias, para manter a advocacia gratuita do Estado e para manter outras coisas, incluindo-se aí a Associação dos Advogados, através de seu hospital, que recebe nada mais nada menos que R\$250.000,00 por mês, indevidamente. Isso quer dizer advogado patrocinando causas ilegais dentro do Estado, porque o dinheiro do Estado é para patrocinar o cidadão carente.

O dinheiro que deveria ir para o Hospital das Clínicas está indo para o Hospital dos Advogados. São R\$250.000,00 por mês indo para lá, e aquele advogado é o homem que patrocina esse tipo de bandalheira, porque eles vieram a esta Casa fazer "lobby", obrigando os Deputados a votar a favor dessa bandalheira, e vêm dizer que o Governador não tem competência para administrar. Acho que ele não tem é competência para ser advogado e falar em nome de alguém com decência, inclusive falando em renúncia. Ele não tem nenhuma procuração do Governador, mas a própria OAB patrocinou essa bandalheira dentro desta Casa.

Temos agora uma emenda do Deputado João Batista de Oliveira, que vai nos possibilitar reaver esses R\$250.000,00 por mês, para que eles voltem ao fim para o qual foram criados, que é realmente o de atender interesses específicos, construir cadeias ou criar melhores condições de vida para o cidadão comum, que fica nas esquinas mendigando um atendimento e não consegue, porque os nossos advogados, que recebem e não fazem absolutamente nada de graça para ninguém, têm R\$250.000,00 mensalmente, do fundo judiciário, para custear despesas hospitalares, sendo que eles recebem e têm obrigação de patrocinar suas entidades.

Parabéns, Deputado João Batista de Oliveira. Quem é incompetente, quem deveria entregar não só a chave, mas o diploma é o Presidente da OAB de Minas Gerais. Incompetência se mostra dessa forma, e V. Exa. chegou muito bem aonde deveria chegar, pode ter certeza disso.

**O Deputado João Batista de Oliveira (Em aparte)\*** - Gostaria de trazer mais algumas informações. Em maio do ano passado, quando essa lei foi promulgada, ela previa um ano para sua revisão. Como está fazendo um ano, apresentei um projeto revogando essa lei. Além da caixa beneficente que mantém o Hospital dos Advogados, que recebe aproximadamente R\$250.000,00 por mês, a Associação Mineira do Ministério Público recebe R\$80.000,00; a Associação dos Magistrados Mineiros recebe R\$80.000,00, o Instituto dos Advogados de Minas Gerais recebe próximo de R\$30.000,00, e a Associação dos Advogados recebe próximo de R\$15.000,00, dando um total de aproximadamente R\$500.000,00 todos os meses, destinados a essas entidades classistas.

O cidadão que passa a noite na fila e às vezes morre por falta de atendimento está patrocinando um hospital de uma categoria bem remunerada e que, ainda por cima, tem reserva de mercado.

Gostaria de, antecipadamente, contar com o seu apoio, porque o objetivo desse projeto é defender o povo de Minas Gerais, os excluídos das políticas públicas. Estamos destinando essas verbas para as políticas públicas do Governo do Estado.

**O Deputado Irani Barbosa** - Meu apoio é irrestrito, nobre Deputado. E tenho certeza de que todos os Deputados que tiverem bom-senso votarão favoravelmente a isso. Quero

crer que os advogados tenham a decência de não voltar aqui mendigando, num "lobby", como da última vez. Quero ter a convicção de que se o Presidente da OAB não renunciar até lá, por incompetência, que não venha aqui mendigar nosso apoio.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer aqui uma colocação a respeito da radialista Glória Lopes. Há mais de 20 anos que sou seu ouvinte, e é importante a pessoa que tem um norte, uma coerência e busca naquilo que fala a sensatez daquilo que lhe tenham ensinado ou apreendido no curso da vida.

Tenho ouvido muito atentamente os comentários da radialista Glória Lopes com relação aos caminhos que a CPI desta Assembléia tem traçado, na vistoria dos presídios e cadeias, patrocinados pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais desta Casa.

Muitas expectativas têm sido criadas nos presidiários, com promessas que os Deputados levam e que, depois, não têm condições de cumprir, não têm condições de assumir, como ocorreu com a visita à cadeia do Palmital, quando disseram que iriam fechá-la, que fechariam a delegacia e que transfeririam os presos por falta de condições. Condição não se tem em nenhuma cadeia. O cidadão hoje está sem condições de viver com decência do lado de fora dela. Então, como dar decência e dignidade para o cidadão que está lá dentro? O cidadão de bem não tem o respeito da sociedade. O condenado, o criminoso quer ter a promessa desta Casa, através da sua comissão parlamentar de inquérito ou da sua Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. E estão levando esperanças vãs, promessas falsas de lhes dar dignidade, dignidade que não temos aqui fora. Hoje mesmo li no jornal que um soldado, em Alagoas, suicidou-se por vergonha de não poder levar para a sua família o que comer, por não ter decência e um tratamento digno. E o pessoal quer tratamento digno para presidiário? Meu Deus, vamos pela fila, vamos pela ordem! O cidadão digno está na frente.

**O Deputado Paulo Schettino (Em aparte)** - Deputado Irani Barbosa, quero aproveitar esta oportunidade. Já disse, por diversas vezes, na Casa, já falei, inclusive, na Comissão e volto a afirmar: acredito que o propósito da Comissão é trazer subsídios, melhorias para o sistema carcerário do Estado. Mas V. Exa. tem razão quando diz que se cria expectativa nos presos. Realmente, isso acontece. Acredito que a Comissão seja bem-intencionada, mas o preso, dentro do xadrez 24 horas por dia, numa amargura terrível, quando vê chegar Deputados, entidades que trabalham com direitos humanos, que sempre acompanham as comissões - já tive oportunidade de ir junto - e um batalhão imenso da mídia, acha que o seu problema vai ser resolvido. E - sabemos - o Estado, lamentavelmente, como V. Exa. afirmou, não tem condições de resolver a situação dos mais carentes. Eu mesmo acabei de fazer um apelo à população, à sociedade com relação ao fechamento do Hospital das Clínicas.

É óbvio que o Estado não tem condições, em médio prazo, de resolver o problema carcerário. E o fundamental, tenho alertado a Comissão permanentemente: não se consegue resolver o problema carcerário sem se resolver o problema do homem honesto do sistema, que é o carcereiro, o detetive da Polícia Civil, o vigilante de presídio, na Secretaria da Justiça, abnegados trabalhadores do sistema. Esses ganham miseravelmente. Para se ter uma idéia, um preso da Secretaria da Segurança Pública custa ao Estado mais de R\$500,00 mensais, enquanto um carcereiro ganha em torno de R\$210,00; um detetive inicia sua carreira com trezentos e poucos reais. É um disparate. Então, não basta a construção de penitenciárias, de cadeias públicas. Se não houver investimento no homem, isso não vai resolver nada. Assim, quero parabenizar V. Exa. Já disse várias vezes na Casa e continuo afirmando: vamos, inicialmente, investir no homem, porque, sem esse investimento, não vamos conseguir melhorar nada. Muito obrigado.

**O Deputado Irani Barbosa** - Muito obrigado. Se não conseguirmos dar dignidade ao cidadão de bem que ainda está fora da cadeia e ao que trabalha nessa linha, que é a proteção do cidadão, a segurança dos homens de bem, realmente não vamos chegar a lugar algum.

Assim, gostaria de dar os parabéns à radialista Glória Lopes, pela forma séria e surpreendente com que vem conduzindo seus comentários e fazendo alertas graves, inclusive sobre a forma de condução da CPI desta Casa com relação à expectativa que vem sendo criada, tanto que deixa um rastro de rebelião por onde passa. Um rastro de desespero é deixado por essas pessoas que acreditaram em alguma coisa que não vai chegar. Gostaria de lembrar que a prisão é muito bonitinha para quem está muito longe dela, vendo pela televisão. Aquele padre de Divinópolis, um sacerdote, homem de Deus, não teve sequer a dignidade de, ao ser feito refém, não pedir pela própria vida. A única coisa que fez, no jargão popular, foi se "borrar" todo, pedindo pela própria vida, porque ali já não valia Deus, não valia o sacerdócio, não valia coisa alguma. A única coisa que valia era a própria vida. Então, acho que esses homens não devem chegar perto do que eles não conseguem segurar. O bonezinho deve ser colocado aonde o nosso bracinho alcança. Aonde ele não alcança nem padre deve entrar, porque é um negócio muito sério para que a população veja. Sou católico, mas acho que, se a Igreja resolvesse todos os problemas, desde a época da Inquisição, já não os teríamos. Portanto, em todo lugar que essas pessoas entram, é isso que acontece. Nas

cadeias onde essa CPI tem passado, têm acontecido rebeliões, uma atrás da outra. É mais uma indignidade a que é submetido o cidadão que já está encarcerado, pagando por um crime que realmente cometeu. Mas o pior é que quem está do lado de fora paga por um crime que não cometeu e não tem as condições de vida normais que um cidadão deve ter.

Portanto, mais uma vez, deixo meus sinceros agradecimentos à forma como essa radialista vem se conduzindo, com imparcialidade, seriedade e alertando a população, com toda a razão. A Comissão desta Casa tem extrapolado todas as nossas expectativas. Sou votado numa cidade em que 90% da população foi formada depois do presídio. Primeiro existiu a penitenciária, depois a cidade. Conhecemos essa história desde o início. A história de presídios e cadeias nunca é bonita e, na maioria das vezes, nem pode ser contada a toda a sociedade. Portanto, fica o alerta para que a história do padre de Divinópolis sirva de exemplo. Ninguém tem coragem. Quando o sujeito vê a coisa preta, ninguém tem coragem: esquece a batina, esquece tudo e só pensa na própria vida. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Geraldo Nascimento\*** - Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados, demais pessoas presentes nas galerias, imprensa, saudações a todos; na qualidade de representante do PT na Assembléia Legislativa, gostaria de dizer, inicialmente, que a data de 1º de maio, para a grande maioria da população brasileira, é motivo muito mais de protesto do que de comemoração. O PT possui como bandeira maior a defesa do trabalho e do trabalhador, e, numa hora em que nos empenhamos no processo de consolidação da democracia, essa bandeira deve ser empunhada com firme determinação. O momento é para repensar o que estamos fazendo e o que vamos fazer. Ingressar no ano 2000 com as mesmas desigualdades e injustiças sociais a que este País, resignadamente, se habituou não pode mais ser aceito. É necessário conduzir o processo de desenvolvimento nacional levando em conta, antes de mais nada, o bem-estar de todos os brasileiros.

O Brasil experimentou quase 30 anos de regime de opressão, em que os direitos individuais, em geral, e os trabalhistas, em particular, foram grandemente prejudicados. Com a redemocratização, foi feito algum progresso, mas, ainda assim, assistimos, hoje, ao exercício de um Governo nitidamente autoritário. O que estamos vendo é o ensaio de uma ditadura civil, em substituição ao regime militar, do qual custamos a ficar livres. O Executivo usa e abusa de medidas provisórias para impor sua vontade, enquanto a política econômica que adota simplesmente ignora os menos favorecidos. Os privilegiados são as elites e o capital estrangeiro. A realidade, para a grande maioria de nosso povo, continua a ser o analfabetismo, a enfermidade, a falta de habitação, de lazer, enfim, de condições mínimas que fazem a vida digna de ser vivida. No caso do trabalhador, ele convive com uma economia de mercado que fomenta o desemprego e a insegurança. Se a inflação foi contida, foi graças a um alto preço para muitos, sobretudo o operariado. O neoliberalismo abriu as fronteiras do País ao produto manufaturado no estrangeiro, fortemente subsidiado, e o resultado é o fechamento de indústrias e empresas nacionais. O programa de privatização, com a venda de estatais a preços simbólicos, até agora não trouxe benefício para o povo, que o digam os meus amigos do Vale do Aço. Grande parte dos que trabalham, na condição de empregados sente-se sob grave ameaça. É o industriário, cuja fábrica vai à falência por não resistir à concorrência estrangeira; é o funcionário público, com salário congelado e prestes a perder a estabilidade; é o comerciário, cuja loja fecha as portas porque não tem fregueses.

**O Deputado Gilmar Machado (Em aparte)** - Deputado Geraldo Nascimento, queremos parabenizá-lo porque amanhã é o Dia do Trabalhador, um dia de reflexão e luta. V. Exa. traz para esta Casa um debate fundamental: a situação do trabalhador hoje. E como V. Exa. mencionou a situação dos trabalhadores públicos, gostaria de fazer um adendo ao seu pronunciamento. Vimos a escala de pagamento dos funcionários públicos de Minas Gerais para o mês de maio: vai do dia 2 até o dia 19, alterando mais uma vez e aumentando em 5 dias a escala anterior. Com isso, os trabalhadores que têm compromissos de pagamento de prestação, de conta de luz, de água, mais uma vez, se vêem diante de um problema, porque o Governo do Estado muda a data de pagamento, e o funcionário é obrigado a atrasar o pagamento de suas contas. Fica com a multa e com a fama de mau pagador, enquanto o Estado brinca com ele. Não podemos mais conviver com isso, e 1º de maio, Dia do Trabalhador, é o dia em que podemos refletir sobre isso. Portanto, queria parabenizar V. Exa. por trazer esse assunto e por permitir que dele participemos, trazendo mais um dado; infelizmente, um dado sobre a situação difícil que vivem os trabalhadores, especialmente os funcionários públicos do Estado de Minas Gerais. Esperamos que não só o 1º de maio, mas também todos os dias seguintes sejam de reflexão, a fim de que possamos inverter essa situação. Parabéns, Deputado, continue nessa luta, que sei que não é só em defesa do Vale do Aço, mas de todos os trabalhadores do nosso País. Obrigado.

**O Deputado Geraldo Nascimento** - Agradeço as palavras do nobre Deputado Gilmar

Machado.

Essa situação se alastra e atinge também o pequeno e o médio empresário. Não é só o proletariado que está sofrendo; a classe média também passa por dias difíceis. Mais que comemorar, portanto, o dia 1º de maio, devemos revisar o modelo e agir em defesa daquele que deveria ser homenageado. É inútil lembrar, simplesmente, quem trabalha, pois ele sofre na pele toda a sorte de dificuldade. É perda de tempo celebrar o feriado, quando não conseguimos dar ocupação a milhões de desempregados. É pura demagogia bater palmas para os que labutam, quando essa labuta é, freqüentemente, sinônimo de pobreza e violência. Precisamos é de ação. O que temos de fazer é ajudar a resolver o problema dos sem-terra e dos sem-casa, é valorizar o funcionalismo, é dar emprego a quem não tem, é distribuir a riqueza nacional eqüitativamente entre os cidadãos.

Não se pode atribuir ao Executivo a culpa exclusiva do que está errado. A responsabilidade dele é maior, evidentemente, mas se estende a todos os que vivem neste País. Aí incluímos as autoridades constituídas; entre elas, o Poder Legislativo. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sempre tão atenta ao projeto de construção da cidadania, não pode negligenciar o trabalhador mineiro nessa conjuntura. Minas é uma síntese do Brasil: temos bolsões de mais extrema pobreza, como o vale do Jequitinhonha, e regiões ricas e desenvolvidas, como o Triângulo e o Sul; temos o inchaço das grandes cidades, como Belo Horizonte, onde os sem-teto vivem nas ruas cercadas de mansões; temos estruturas educacional e hospitalar do primeiro mundo, mas direcionadas para a minoria, enquanto os sistemas públicos de educação e saúde estão falidos. Aqui está o que temos de melhor e de pior neste País. Nosso dever de trabalhar para que não haja mais excluídos da cidadania e todos possam ser cidadãos de primeira classe é inadiável. Assim, a Assembléia Legislativa não pode omitir-se nesse esforço de transformação.

Este 1º de maio coincide com a divulgação de uma pesquisa que coloca o desemprego como o medo maior de nossa população. Estamos, pois, celebrando o trabalho numa terra em que fazemos dele um privilégio, e, não, um direito. É uma situação injusta, que, se continuar, poderá levar-nos a uma crise irreversível. Meu apelo é que, juntos, lutemos pela dignificação do trabalho e do trabalhador brasileiro. Vamos batalhar para que conquistas históricas dos trabalhadores no mundo inteiro sejam respeitadas no Brasil. Num País onde o salário mínimo não passa de vergonhosos R\$120,00, talvez não valha a pena celebrar o Dia do Trabalho. Mas, se conseguirmos inverter esse quadro, aí, sim, a data será sempre motivo de confraternização e alegria para o nosso povo maravilhoso, que celebra o dia 1º de maio com muita esperança no coração, dizendo a todos: quero dignidade para ser homem. Muito obrigado. Saudações.

\* - Sem revisão do orador.

#### **252ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA** **Discursos Proferidos em 6/5/97**

**O Deputado Gil Pereira** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, infelizmente, somos obrigados a ocupar esta tribuna para lamentar a falta de uma política definida para a região da Área Mineira da Sudene. Hoje, queremos alertar os nobres colegas para uma situação que já se torna grave, que é a falta de uma pedagogia política para a gestão das águas em Minas Gerais, com especial destaque para a região semi-árida do Norte mineiro.

Hoje, durante toda a manhã, estivemos reunidos com o Secretário Nacional de Recursos Hídricos, Dr. Paulo Romano, uma das mais brilhantes autoridades do Ministério do Meio Ambiente, que esteve na Comissão de Ciência e Tecnologia desta Assembléia, e que nos passou informações que nos deixam constrangidos e, acima de tudo, preocupados.

Para se ter uma idéia clara da situação, no orçamento do Governo Federal, aprovado no Congresso, para a perfuração de poços artesianos naquela região, a única emenda aprovada pela bancada federal mineira, em se tratando do semi-árido de Minas Gerais, resume-se a parcos R\$14.800.000,00 para construção de barragens exclusivamente nos vales do Jequitinhonha e do rio Pardo.

Não queremos tecer críticas aos nossos colegas Deputados Federais, mas, convenhamos, é preciso reconhecer que a gestão das águas, incluindo aí o gerenciamento e a execução de obras no setor de recursos hídricos, nem de longe foi discutida pela bancada federal mineira, com raras exceções.

Srs. Deputados, não é possível pensar um conceito de crescimento econômico, especialmente no Norte de Minas, sem uma preocupação definida de melhor aproveitamento das águas naquela região. O Norte de Minas continua gritando por socorro, e este ano poderá contar, apenas e exclusivamente, com o esforço e os poucos recursos da CODEVASF, que ainda tem sido o ponto de apoio daquelas populações e da classe produtora rural. Em nível de orçamento da União, aprovado no Congresso, o Norte de Minas Gerais, mais uma vez, foi tratado como o primo pobre do Nordeste e o irmão bastardo do Estado de Minas Gerais.

Não podemos permitir mais atos lesivos como esse aos interesses da população norte-mineira, sob pena de estarmos roubando a dignidade humana e o direito à cidadania de

uma população regional que, com certeza, espera muito mais de todos nós.

Nesse sentido, nobres Deputados, queremos anunciar que hoje de manhã, antes ainda de nos reunirmos com o Secretário Nacional de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, demos entrada nesta Casa a um projeto de lei, que dispõe sobre a "Política, o Gerenciamento e o Plano Estadual de Recursos Hídricos", com a única intenção de promovermos melhor e mais eficiente ordenamento dessa questão hídrica em nosso Estado.

Ainda dentro dessa importante questão, hoje tivemos requerimento de nossa autoria aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, no sentido de, em curto prazo, realizarmos, em Montes Claros, o "Seminário Gestão Ambiental das Bacias dos Rios Verde Grande, São Francisco, Pardo e Jequitinhonha", com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente, do Governo do Estado, de universidades, de órgãos e entidades afins, para discutirmos, com mais eficácia, o problema de gestão das águas naquela região semi-árida, para melhor atendimento às populações e classes produtoras, o que é uma sugestão do próprio Movimento de Cidadania pelas Águas, que vem sendo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Para finalizarmos, Sras. e Srs. Deputados, queremos reivindicar o apoio de todos ao nosso projeto de lei apresentado hoje, que praticamente cria e instala o Plano Estadual de Recursos Hídricos, lembrando ainda que também é missão desta Casa Legislativa, na medida do possível, fazer ver aos nossos Deputados Federais que Minas Gerais não é dividida em duas. O povo norte-mineiro também é filho do Estado de Minas Gerais, por isso mesmo merece tratamento social qualificado, para não reivindicarmos posteriormente tratamento diferenciado e especial diante das dificuldades de sobrevivência de seu povo. Muito obrigado.

**O Deputado João Leite** - Prezados Presidente desta Casa, membros da Mesa, caros colegas parlamentares e distinto público: como toda CPI que é constituída para investigar fatos e condições que transgridem as normas e leis, causando danos importantes à sociedade, aquela que atualmente tomou a grande responsabilidade de averiguar o sistema carcerário do Estado, da qual sou Presidente, vem sofrendo ataques e ganhando inimigos. Isto não nos surpreende, uma vez que temos consciência de que essas investigações sempre tocam e ameaçam algum lixo autoritário que tem interesse em manter estas irregularidades. E uma das razões que me traz a esta tribuna hoje é, exatamente, tranquilizar todos aqueles que esperam que esta CPI possa não só expor publicamente as violações aos direitos humanos e aos objetivos legais e sociais do nosso sistema carcerário, como também apresentar sugestões importantes e concretas, em curto e longo prazo.

Se podemos, como já aconteceu, colocar o assunto em discussão na sociedade para que ela se posicione e interfira na medida do possível, é também alegria para nós ver, através do Ministério da Justiça, o anúncio da liberação de recursos para a criação de, pelo menos, 13 mil novas vagas para presos em penitenciárias, e, se podemos fechar estabelecimentos como a cadeia pública de Palmital, onde aqueles que devem pagar por crimes nas formas previstas pela justiça eram submetidos a condições subumanas, acredito que temos, sim, o que comemorar. A informação que temos da cadeia de Palmital é a de que, dos 22 internos, daqueles que já tinham sentença definitiva, pelo menos 4 eram do regime semi-aberto, 2 do regime aberto, e 1 já tinha cumprido a sua pena.

Estes são, apenas, os primeiros passos. Sabemos que o sistema carcerário, da forma como se apresenta hoje, tem falhado em sua função primeira de fazer cumprir penas, podendo, ao mesmo tempo, resguardar a sociedade desses elementos enquanto representam uma ameaça e procurar reeducá-los para a vida em comum. Mas as dificuldades não são poucas para que possamos encontrar o melhor caminho. O próprio Ministério Público, de forma usual - já que, normalmente, se percorre o caminho inverso, com uma CPI promovendo a ação deste órgão -, apoiou a formação desta CPI exatamente para que ela pudesse tentar vencer as barreiras que os Promotores vinham encontrando, em termos de burocracia, devido ao pouco acesso àqueles que podiam tomar algumas providências e às poucas mudanças em um sistema carcerário que, em tantos casos, tem formado verdadeiros antros de perversão, corrupção, tortura e constituído excelentes escolas de banditismo. Esta situação pode explicar, pelo menos em parte, o fato de 85% dos presidiários brasileiros serem reincidentes.

Na primeira fase, a Comissão pretende fazer um diagnóstico cuidadoso da situação do sistema, para, no final, ouvir os responsáveis. Já poderíamos dizer, inclusive, que também a Assembléia poderá ajudar, propondo uma nova forma de gestão do fundo penitenciário, a fim de fazer com que esse fundo possa, realmente, ter agilidade na liberação dos recursos. A informação que obtivemos, na reunião da CPI, de que R\$9.000.000,00 ficaram em poder do fundo penitenciário no ano de 1996 e nenhum centavo foi destinado à reforma e construção de cadeias e penitenciárias, sem dúvida, mostra à Assembléia Legislativa a importância de contribuir para a agilidade da liberação dos recursos do referido fundo.

Outra coisa que pudemos ver, nas nossas visitas, foi a lentidão da reforma de celas

nas penitenciárias. Gostaria de citar o exemplo da penitenciária de Ipaba, que tem mais de 100 celas danificadas hoje. São danos pequenos, como pias quebradas, vazamento nos chuveiros e nas descargas. Agora, foram liberados R\$301.000,00 para a reforma de Ipaba, mas as obras estão previstas para 200 dias. Vamos esperar 200 dias para que 100 novas vagas sejam oferecidas nesse sistema.

A acusação de que a CPI defende bandidos e faz promessa nos sistemas penitenciários é menor. Tenho a consciência, assim como os membros da CPI, de que estamos realizando uma grande obra para o Estado de Minas Gerais. A nossa preocupação é com uma reincidência de 85%. Os números mostram que 75% dos internos do sistema carcerário tem de 18 a 22 anos de idade. Com a saída deles, teremos mais de 10 mil novos crimes, se não for feito algo com urgência, no nosso Estado. Por isso, essa acusação é menor diante da grande obra que está sendo realizada. Creio que precisamos, neste momento, da união dos Poderes, da participação da sociedade, a fim de buscar uma solução para essa situação tão grave.

Considero esse momento especial, quando o Governo Federal propõe a fusão das polícias. Considero que nós, em Minas Gerais, temos que estar unidos, gastando tempo com discussões, porque, num segundo momento, com a fusão das polícias, o Governo Federal deixará para os Estados a regulamentação. Teremos que estar preparados para propor um modelo de polícia compatível com o nosso Estado. Por isso, a participação sem nenhum pensamento menor de todos nós é importante e fundamental para o momento tão rico que estamos vivendo, a fim de que sejam feitas propostas e tenhamos, realmente, uma polícia em Minas Gerais pensada por todos nós. Concedo um aparte ao nobre Deputado Raul Lima Neto.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Deputado João Leite, como já era de se esperar, V. Exa., todas as vezes que sobe a esta tribuna, já não nos surpreende pela riqueza dos assuntos. Sua vocação política aborda assuntos que emanam de necessidades de segmentos de nosso povo.

Eu gostaria, apenas, de corroborar a opinião de V. Exa., aproveitando a sua palavra para dizer que a única solução para que tenhamos uma polícia realmente exemplar no Brasil inteiro, a começar do exemplo de Minas Gerais - o Estado da Inconfidência -, é aumentar o salário dos militares. A controvérsia de unir as duas polícias vai até o campo filosófico, uma vez que há apologistas que mostram que uma fiscaliza a outra, e, assim, ambas se tornam mais perfeitas. Contudo, queremos parabenizar S. Exa. o Governador do Estado, por acreditar que ele vai acatar nossa proposta de lei, concedendo a todos os policiais civis e militares os 40% de insalubridade. Acreditamos, também, que o debate levantado por este colega, na época das emendas ao orçamento, a fim de que os militares passem a ter salário digno, seja levado a sério por nossas autoridades. Do contrário, com os salários que estão aí, não há modelo que dê certo.

**O Deputado João Leite** - Agradeço o aparte do Deputado Raul Lima Neto. Essa é uma das questões que têm de ser consideradas na discussão das polícias: o salário, as condições de trabalho dos policiais. Por isso, é importante a participação desta Assembléia, da Polícia Militar e da Civil e de todos, nessa discussão. No final da CPI, queremos ter subsídios para um consistente relatório do Deputado Ivair Nogueira.

Estou apresentando, também, Sr. Presidente, requerimento motivado por uma questão de ordem apresentada pelo Deputado Durval Ângelo, que coloca sob suspeição este parlamentar e a CPI que, neste momento, atua no sistema carcerário de Minas Gerais. Em sua questão de ordem, o Deputado Durval Ângelo fala sobre o encontro que este parlamentar teve com o Governador do Estado; alega que este parlamentar extrapolou os poderes a ele conferidos pelo Regimento Interno; que foi uma ação inapropriada; que este parlamentar se tornou porta-voz do Chefe do Poder Executivo; que se conduziu sem ética, foi parcial e sem isenção na condução das investigações; que fez uma visita de cortesia ao Governador do Estado; que teve um encontro com este sem consultar a CPI, ultrapassando os limites, agredindo as normas processuais. Assim, numa atitude individualista, precipitada, colocou o Presidente da CPI sob suspeição e, a partir disso, todo o trabalho da Comissão.

Eu não poderia ficar calado diante dessa questão de ordem colocada pelo Deputado Durval Ângelo, porque ela fere diretamente a mim, parlamentar e Presidente da CPI. Estou apresentando um requerimento, porque não tenho esse entendimento. No dia 1º, representando a Assembléia Legislativa, participei da abertura das comemorações do centenário de Belo Horizonte. Estavam nesse encontro o Presidente do Tribunal de Justiça e o Governador do Estado. Segundo o entendimento do Deputado Durval Ângelo, eu teria que ficar 120 dias sem me encontrar com o Governador do Estado. Não é esse o meu entendimento, não me considero sem ética, nem que o trabalho da CPI está sob suspeição. Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando requerimento para que sejam tomadas providências, a fim de que se apure a veracidade dos fatos argüidos pelo Deputado Durval Ângelo. Quero a verdade. (- Lê:)

"Em questão de ordem formulada no Plenário desta Casa em 29/4/97, que implica ofensa à honra do requerente, segundo se alega na mencionada questão de ordem, o requerente,

numa atitude individualista e precipitada, teria entrado em conluio com o Governador do Estado, para, de forma oportunista e parcial, impedir o bom andamento dos trabalhos da CPI que preside. Requer, ainda, que, no caso da comprovação da inexistência dos fatos imputados ao requerente, seja aplicado ao autor da mencionada questão de ordem a penalidade regimental cabível.

Justificação: Em questão de ordem apresentada em Plenário, na reunião do dia 29/4/97, o Deputado Durval Ângelo levanta suspeição sobre a conduta do requerente pelo fato de este ter participado de audiência junto ao Governador do Estado. Insinua o autor da questão de ordem que o requerente teria faltado com o respeito à ética parlamentar e, numa atitude individualista e precipitada, se teria tornado suspeito para conduzir os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar irregularidades no sistema penitenciário do Estado. Tais alegações, completamente infundadas, atingem a honra do requerente, que, com base no art. 59 do Regimento Interno, vem solicitar a adoção das providências cabíveis.

Finalmente e apenas a título de exemplo, deve-se lembrar que o contato com autoridades e representantes da sociedade civil integra a própria essência da atividade parlamentar, sendo que desse contato não se podem furtar os representantes de todos os partidos existentes na Casa, incluindo-se aquele a que pertence o autor das insinuações.

Para terminar, quero dizer que, se a questão de ordem levantada pelo Deputado Durval Ângelo e o requerimento apresentado por ele forem comprovados, não terei dificuldade nenhuma em abandonar a Presidência da CPI, mas, se não forem comprovados, quero que a minha honra me seja restituída. Concedo aparte ao Deputado Arnaldo Penna.

**O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de manifestar minha solidariedade e, tenho certeza, a solidariedade de todo o PSDB ao Deputado João Leite.

É importante que se diga que a CPI que se instalou nesta Assembléia e que vem realizando seu trabalho visa a conhecer e investigar o sistema carcerário de Minas Gerais; ela não investiga o Governador do Estado. O fato de o Deputado João Leite, num determinado momento, ter-se encontrado com o Governador jamais pode significar qualquer ato de leviandade, desonestidade ou desequilíbrio de qualquer outra ordem que contra ele seja levantado nesta Casa. Conhecemos o Deputado João Leite, sabemos do seu comportamento e temos que trazer a ele a nossa solidariedade, em meu nome e no da Bancada do PSDB. Muito obrigado.

**O Deputado João Leite** - Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Marcos Helênio** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo aqui presente, profissionais da imprensa, na verdade, estamos querendo nos manifestar a respeito de dois requerimentos.

Quanto ao assunto que está sendo debatido, preferimos fazer análise mais acurada, discutir melhor para nos posicionarmos. Temos o maior respeito pelo Deputado João Leite, o consideramos pessoa ética e séria com quem convivemos na Casa.

Quanto ao mérito do processo, do requerimento, ainda não tivemos acesso. Vamos, posteriormente, nos posicionar. Mas gostaríamos que fosse encaminhado da maneira mais cordial possível, para que não haja esse tipo de desentendimento, considerando o fato de que se trata de problema que precisa ser analisado nos seus dois aspectos: o aspecto constitucional, jurídico e o aspecto moral. Nesse caso, estou dando todo o meu apoio ao Deputado João Leite, por se tratar de pessoa idônea e séria.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - Meu aparte é só para hipotecar toda a minha solidariedade ao Deputado João Leite. Como autor da CPI que investiga o sistema carcerário de Minas Gerais, em momento algum duvidei ou duvido da competência, da seriedade, da imparcialidade com que o Deputado João Leite conduziu, conduz e conduzirá essa CPI. Quero parabenizá-lo pela autoria desse requerimento, que poderá esclarecer toda dúvida levantada. Mas, como membro dessa Comissão, digo que, conhecendo os outros parlamentares que a integram, não há dúvida nem suspeita sobre o comportamento do Deputado João Leite. Acho que o requerimento do Deputado Durval Ângelo pode refletir seu zelo pelo encaminhamento do trabalho, mas acredito que tenha sido um pouco precipitado porque ele não se justifica em razão de conhecermos o Deputado João Leite e todo o seu trabalho, toda a sua atuação à frente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, durante dois anos, com os conflitos com os quais conviveu e da forma imparcial, serena, firme com que se manteve e com que está se mantendo agora, inclusive sofrendo algumas ameaças de represálias que temos visto noticiadas pela imprensa.

Como membro da Bancada do PSDB, como autor do requerimento que criou a CPI, seu primeiro signatário, e como membro da CPI, registro minha total confiança na condução dos trabalhos pelo Deputado João Leite. Muito obrigado.

**O Deputado Marcos Helênio** - Gostaríamos de falar posteriormente sobre o assunto. Quero, neste momento, manifestar moção de pesar pelo falecimento do Prof. Paulo Freire. (- Lê:)

"O Professor e educador Paulo Neves Freire faleceu no último sábado em São Paulo, vítima de ataque cardíaco, aos 75 anos, deixando toda a nação brasileira de luto.

Tendo realizado, ao longo de sua vida, uma das mais profícuas e singulares obras no campo da pedagogia, Paulo Freire se tornou, pelo brilho de suas idéias e a força de sua prática educadora, um sinônimo da luta pela liberdade dos povos oprimidos, a partir de uma ótica destinada a fazer da educação efetivo instrumento de emancipação do oprimido. Paulo Freire, como todo grande construtor da humanidade, concebia a educação como meio de mudança social, de transformação da realidade e edificação de um mundo mais fraterno.

Por seu profundo comprometimento com a causa dos menos favorecidos, Paulo Freire foi, muitas vezes, incompreendido em seu próprio País, tendo sido exilado no período da ditadura militar e impedido de publicar suas obras no Brasil. Nada disso, porém, foi suficiente para reduzir a dimensão de sua obra, de resto traduzida para 35 idiomas e publicada em dezenas de países. Com efeito, Paulo Freire é uma referência para todos aqueles que pensam a liberdade como fonte da ação cultural. Como diz Carlos R. Jamil Cury, "Paulo Freire se destacou como promotor de uma nova pedagogia que mobilizou jovens sequiosos de valores sociais. O método Paulo Freire introduziu muitas gerações na defesa de valores mais elevados, que superassem o individualismo estreito e que apostassem na importância do cidadão crítico.

Figura rara, a ser perpetuamente lembrada com reverência, Paulo Freire deixa-nos exemplo ímpar em nossa história, na medida em que inverteu tradicionais formas de se olhar a sociedade e assumiu profundo compromisso com a ação para a liberdade plena, a consciência crítica do indivíduo e a importância da integração do povo oprimido enquanto sujeito de sua própria história, a partir do reconhecimento de sua autonomia no processo pedagógico.

De uma maneira mais especial, nós, do Partido dos Trabalhadores, nos sentimos ainda mais consternados com a perda de Paulo Freire, pois, intimamente identificado com nossos ideais, o educador chegou, inclusive, a servir em um governo petista, como Secretário da Educação de São Paulo na administração Erundina. Certamente que, no momento de sua morte, uma lágrima caiu de nossa estrela.

Passa Paulo Freire, mas suas idéias e ideais ficam conosco. Queira Deus possamos nós, brasileiros, ser dignos de sua herança."

Estamos entrando com este requerimento para que seja consignada nos anais desta Casa esta moção de pesar. Requeremos, outrossim, que da manifestação emanada sejam cientificados os familiares do falecido.

Numa outra correspondência, prestamos homenagem a outra figura ilustre, que soube também divulgar Minas Gerais. Que seja consignada moção de pesar pelo falecimento de Manuel Nardi, o Manuelzão, personagem eternizado na obra de Guimarães Rosa e um dos maiores símbolos da cultura mineira. (- Lê:)

"Vaqueiro que, como dizia, aprendeu na escola da vida, Manuelzão, ao longo de quase 93 anos de vida, deixou, para o povo mineiro e para todo o Brasil, o legado de uma história rica em experiências e sentimentos.

Pessoa simples, Manuelzão, feito personagem nas páginas imortais de Guimarães, foi, com o passar dos anos, adquirindo consciência de sua própria importância cultural. Desde a década de 60 passou a dar nova dimensão a sua vida, sempre participando ativamente da realidade que o rodeava. Permanentemente requisitado a participar de eventos os mais diversos, Manuelzão jamais se furtou a dar sua contribuição a todos que o procuravam. Ainda cheio de planos, Manuelzão deixou-nos ontem. Permanecerá para sempre, porém, seu exemplo de amor à vida."

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar nossa moção de pesar pelo falecimento de duas pessoas ilustres nacionais.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, realmente, a constituição de uma CPI é um fato muito marcante, que coloca a nu a ausência de uma política de segurança pública do Governo de Minas Gerais. É um fato que mostra todas as mazelas e a grande caixa-preta que se tornou o sistema carcerário em Minas Gerais.

É bom que se diga que essa CPI só foi criada nesta Casa - que tem tido uma postura de alinhamento total com o Governo, para não dizer de submissão - porque houve pressão da sociedade. É bom destacar a intervenção do Ministério Público ao ver na CPI um dos caminhos para investigar e colocar a nu a situação do sistema carcerário. É bom ainda ressaltar a intervenção do Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Serafim Fernandes de Araújo, que, nesta Casa, nesta tribuna, fez um apelo para a criação da CPI. Gostaria de registrar que em dezenas e dezenas de paróquias de Belo Horizonte foram feitos manifestos e abaixo-assinados para que se pressionasse esta Casa para a criação da comissão parlamentar de inquérito.

Acredito eu que durante o movimento pela criação da CPI, quando a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais já tinha se posicionado, ela poderia se transformar numa comissão especial para analisar todo o sistema carcerário. Acredito eu que esse movimento pela CPI ocorreu em função da força que o art. 58 da Constituição Federal



garante às comissões parlamentares de inquérito, mesmo que elas hoje padeçam de um grande descrédito diante da opinião pública, em nível nacional. Esse artigo da Constituição Federal dá poderes de autoridade judicial à comissão parlamentar de inquérito. O Regimento Interno desta Casa, nos arts. 113 a 115, melhor explicita a competência e a função da comissão parlamentar de inquérito. O inciso III do art. 115 diz que a comissão pode determinar que o Governador do Estado execute suas determinações, assinalando prazos para isso. Se a CPI tem esse poder em relação ao próprio Poder Executivo, pode ainda encaminhar suas decisões para que sejam feitas denúncias pelo Ministério Público e tem a equivalência de inquérito judicial, o que fizemos em uma questão de ordem na CPI foi em função do noticiário da imprensa, confirmado pelo Presidente da comissão. Esse noticiário dizia que, em nome da CPI, o Presidente foi ao Governador do Estado. O que levantamos em questão de ordem foi que esse fato era prejudicial ao andamento dos nossos trabalhos. Porque dizer que a CPI não investiga o Governador demonstra, em termos claros, que quem hoje tem a guarda e a responsabilidade da execução da política carcerária e a guarda do preso é o Poder Executivo. Dissemos que não falávamos em nome da CPI, que não era uma pessoa individualmente, que ele poderia ter respeito e consideração pelos membros porque quem falava em nome da CPI era ela própria, por meio de relatórios, requerimentos, moção, ofício e questões deliberadas por ela mesma.

Este Deputado, também em questão de ordem, questionou a afirmação do Sr. Presidente, confirmada na CPI, de que iria ao Sr. Governador quantas vezes fosse necessário. A nossa questão de ordem foi rejeitada na comissão.

O Regimento Interno é claro: quando o Presidente de uma comissão e mesmo o Presidente da Assembléia Legislativa não acatam uma questão de ordem, devemos formulá-la por escrito à Comissão de Constituição e Justiça. Na nossa formulação à Comissão de Constituição e Justiça, citamos claramente: são os próprios artigos do Regimento Interno, que aqui foram lidos e citados pelo Presidente da Comissão. Se provocamos uma questão de ordem, usando a nossa prerrogativa como parlamentar, é na certeza de que é a Comissão de Constituição e Justiça que deverá respondê-la. Acredito que isso serviria não somente para a CPI do sistema carcerário, mas também para todas as comissões criadas nesta Casa, garantindo-lhes, assim, independência e total transparência em função de quem a comissão está investigando. No caso da CPI, está sendo investigado quem controla e fiscaliza o próprio sistema, que é o Poder Executivo. Portanto, a nossa questão de ordem foi feita com total convicção. Esclarecemos mais ainda: a nossa crítica não era pessoal, não era ao indivíduo A, B ou C, tivesse ele qualquer nome, pois a nossa crítica era política e institucional. Insistimos nela: se a procura pelo Governador repetir-se outras vezes os resultados da CPI serão colocados sob suspeição. Não é correto que o Presidente, seja o Deputado João Leite ou o Presidente de qualquer outra CPI desta Casa, tome iniciativas isoladamente.

Não tememos nenhum tipo de ação nesse sentido. Deixamos bem claro que não estávamos analisando a questão pessoal, mas no seu âmbito político. Na nossa questão de ordem citamos o Regimento Interno naquilo que achamos correto. Procedimento correto teve o Deputado João Leite, pois, no caso de qualquer dúvida, deverá ser feita consulta à Casa, à Mesa Diretora, à Corregedoria, pois elas, sim, têm o papel de esclarecer.

Insistimos: a CPI deve ter total independência. Não pode ser levantado nenhum tipo de suspeição, nenhum tipo de dúvida sobre o inquérito judicial, para que ele possa gerar efeitos práticos. Dessa forma, o Ministério Público poderá denunciar os aspectos que configurem crime dentro daquilo que for investigado pela CPI.

Portanto, foi esse o nosso procedimento, essa é a nossa atitude, e mantemos integralmente, Deputado João Leite, a questão que fizemos. Concedo o aparte ao nobre colega.

**O Deputado João Leite (Em aparte)** - Deputado Durval Ângelo, o senhor coloca uma atitude individual na sua questão de ordem. O senhor diz que essa atitude foi tomada por uma pessoa. V. Exa. deseja, com essa tese, que, por 120 dias, este Presidente da CPI atual da Casa, assim como todos os demais Presidentes das CPIs que vierem a ser instaladas na Assembléia, passem 120 dias sem se encontrar com o Governador do Estado. O senhor defende algo que não existe. No entanto, concordo com V. Exa.: a Casa tem competência para dirimir essa dúvida que o senhor coloca sobre a minha pessoa, sobre a Presidência da CPI do sistema carcerário. Quero reafirmar a minha posição de total liberalidade para, se o meu procedimento for julgado incorreto pela Assembléia, abrir mão da Presidência dessa CPI. No entanto, se a Casa julgar correto o meu procedimento, quero que seja restituída a minha honra, que o senhor tirou através de suas colocações.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Entendemos que nenhum dos Deputados tira a minha honra, porque ela subsiste independentemente da opinião de qualquer um de vocês. Sobre a minha honra eu tenho plena convicção. Quero deixar bem claro, Deputado João Leite, que a nossa crítica está mantida, pois V. Exa. afirmou que não teria encontro com o Governador.

**O Deputado João Leite (Em aparte)** - Deputado Durval Ângelo, o meu requerimento também está mantido.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - V. Exa. afirmou que iria para tratar de assuntos da CPI. Os jornais documentam muito bem que V. Exa. teria afirmado que iria para tratar de assuntos da CPI quantas vezes fosse convidado, quantas vezes fosse necessário ou preciso estar diante do Governador.

Não concordamos com essa postura e não julgamos que esse seja o caminho de uma comissão parlamentar de inquérito. Entendemos que nossas críticas têm cunho político e estão de acordo com o Regimento, motivo pelo qual estão mantidas.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Quero fazer este aparte, que V. Exa. me cede gentilmente, para lançar luz sobre o debate ora em curso. Conheço o Deputado João Leite, sei de sua integridade e da probidade de seu caráter.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Isso não está em julgamento na questão de ordem do Deputado.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Só um instantinho, Sr. Deputado. Evidentemente, sei que quando V. Exa. afirma que um Presidente ou qualquer outro membro de CPI não deve manter qualquer conluio, não deve consultar o Governador sobre os assuntos da Comissão, V. Exa. coloca claramente um dever, mais que um direito do Poder Legislativo e de uma CPI, que tem de ser totalmente independente. Do contrário, não poderia ser uma CPI de um Poder como é o Legislativo. Entretanto, como explicou nosso companheiro João Leite, ele não tem e não pode, de maneira nenhuma, ter tolhido o seu direito constitucional de ir e vir. O Sr. Governador é de um partido que nada tem que ver com a CPI do sistema carcerário.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Nossa questão de ordem é que ele não pode, individualmente, em nome da comissão parlamentar de inquérito, fornecer esclarecimentos ao Governador ou ouvir sugestões suas. Nossa questão é de cunho político. Eu só entendo...

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Mas ele foi em nome pessoal ou em nome da comissão?

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Em nome da comissão, se não for deliberado pela comissão. Minha grande dúvida é o porquê dessa polêmica. Hoje essa CPI está indo a fundo na questão, investigando um Governo que tem...

**O Deputado João Leite (Em aparte)** - A polêmica é sua, Deputado Durval Ângelo. A questão de ordem foi colocada pelo senhor. A polêmica é sua.

**O Deputado Durval Ângelo\*** - Eu só gostaria de dizer que hoje quero entender essa polêmica, porque o que está claro é que o Governo tem, desde maio de 1994, recursos de um fundo penitenciário que não foi usado para a questão penitenciária. Se usou para outras contas do Governo durante 1994, 1995, 1996, até abril de 1997, não foi para a questão carcerária. Onde foram usados R\$21.000.000,00? O Governo atual é omisso com os agentes que trabalham no sistema carcerário. Um agente penitenciário recebe R\$119,00, e um detetive, pouco mais de R\$300,00. Acho que essa é a questão fundamental de um Governo que não se preocupa com os servidores. E, mais ainda, de um Governo que fecha os olhos diante das violações de direitos humanos, um Governo que é omisso. Ele, sim, está sendo investigado pela CPI, porque é ele que tem a responsabilidade pela execução da política carcerária e a guarda do preso. E qualquer contato oficial, formal, com esse Governo é contrário à ética, é contrário aos princípios da CPI. Mantemos aquilo que falamos não no sentido individual, particular, mas no sentido do enfoque central dessa comissão parlamentar de inquérito. Se hoje querem desviar as luzes do problema para cima de um Governo que há pouco, em todos os meios de comunicação, acusou a CPI, como um todo, de estar fazendo confusões, de estar fazendo revolta dentro das cadeias, é claro que o foco deve ser voltado para a ineficiência e para a falta de política do Governo, para a omissão do Governo.

Queremos deixar claro nosso desejo de que essa questão seja apurada, porque fomos nós que provocamos, fomos nós que entramos com a questão de ordem primeiro, mas queremos, antes de tudo, que a questão central, a incompetência e a ineficiência de um Governo que não tem política de segurança em Minas Gerais, seja mantida, seja a discussão central nessa questão.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Geraldo Nascimento** - Quero apenas registrar, antes do meu pronunciamento, que nós, do PT, estamos refletindo sobre as lamentáveis ocorrências com os nossos colegas Deputados Durval Ângelo e João Leite.

Paulo Freire, cidadão que amou o Brasil e os brasileiros, colocou em sua "Pedagogia do Oprimido", a palavra como uma forma de o homem tornar-se homem. Assim, a linguagem passa a ser cultura popular. Através da descodificação da palavra, o analfabeto vai se descobrindo como homem, sujeito de todo o processo histórico. O método de Paulo Freire não apresenta nenhuma atitude paternalista em relação ao analfabeto. Este, ao começar a escrever, não deve copiar palavras, mas sim, expressar opiniões.

O PT buscou no ensinamento do educador e cidadão Paulo Freire a forma condizente de se organizar através do debate com suas bases. Nós, que hoje somos lideranças do

partido, não podemos deixar de lembrar aos nossos governantes a importância desse homem que tão bem soube amar o Brasil, embora poucos brasileiros tenham sabido amá-lo e colocar seus ensinamentos na prática de uma educação socialista e mais justa.

A Comissão Pastoral da Terra, a Juventude Operária Cristã e os demais movimentos católicos, contra a exploração e o analfabetismo, descobriram também em Paulo Freire, em seus métodos revolucionários, a melhor forma para o crescimento do homem.

Quero, Sr. Presidente, meus caros colegas presentes e Plenário em geral, lembrar aqui que, na condição de Prefeito de Timóteo, no Vale do Aço, busquei também nos ensinamentos do educador Paulo Freire, em livros como a "Pedagogia do Oprimido", um aperfeiçoamento para nossa militância e para o ensino municipal.

Filiado ao PT, Paulo Freire nasceu em Recife, em 1921, e em 1989 aceitou pela primeira vez assumir um cargo público. Foi durante a administração da Prefeita Luíza Erundina, em São Paulo. Paulo Freire aceitou, então, o convite para ser Secretário de Educação entre 1989 e 1992. Nesse período, conseguiu aumentar em 6,35% as vagas nas escolas públicas, além de criar 960 classes de alfabetização de adultos e implantar o ensino de educação sexual. Antes desse trabalho, nos anos 60, Paulo Freire foi contratado pela UNESCO, Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, para servir em Santiago do Chile, onde desenvolveu o Plano de Educação em Massa.

Na introdução da "Pedagogia do Oprimido", o professor chileno Ernani Maria Fiori afirma que "Paulo Freire é um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa a existência. É também educador: sustenta seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da 'praxis' humana busca na interioridade desta retotalizar-se como prática de liberdade. Uma pesquisa prévia investiga o universo das palavras faladas, no meio cultural do alfabetizando. Daí são extraídos os vocábulos de mais ricas possibilidades fonéticas e de maior carga semântica".

Pelo método revolucionário de Paulo Freire, os alunos são levados a raciocinar criticamente a partir de palavras retiradas de seu próprio universo vocabular. Como bem lembra o jornalista Gilberto Dimenstein, "o método Paulo Freire de alfabetização ganhou o mundo porque altera a relação de arrogância do professor-aluno; o aluno sempre teria algo a ensinar ao professor, daí surgindo uma relação de aprendizado, a partir da vivência, e não, das abstrações, distantes da realidade". Nesse contato, surgia a própria essência da educação como fonte de libertação.

Ao nos despedirmos desse ilustre brasileiro, que desencarnou na última sexta-feira, dois de maio, vítima de parada cardíaca, não poderemos jamais nos despedir de suas idéias. Nos seus 75 anos, a maioria deles dedicados à educação, Paulo Freire sofreu com a perseguição dos militares, que o expulsaram do País, acusando-o de subversão. Antes de ser exilado, ficou durante 75 dias na prisão, tempo em que conviveu conosco no Brasil. Depois de viver no Chile e nos Estados Unidos, onde deu aula na Universidade de Harvard, Paulo Freire só voltou ao Brasil em 1979.

Seus 25 livros foram publicados em 35 idiomas. O interesse em todo o mundo pelo método de Paulo Freire é medido pelo número de páginas na Internet, a rede mundial de computadores, que citam sua vida e obra: são cerca de 800 "sites".

Uma das primeiras experiências do método Paulo Freire de alfabetização de adultos foi em 1960, na Prefeitura de Recife. Em 40 horas-aula, os trabalhadores do Departamento de Obras da Prefeitura já conseguiam ler e escrever. Através do Movimento de Cultura Popular e do método Paulo Freire, a alfabetização, em Recife, chegou às favelas, aos morros e aos chamados alagados da cidade. O Movimento, que levava artes plásticas, teatro, dança e educação à população carente, acabou por causa do golpe militar de 1964, depois do qual o método Paulo Freire foi considerado subversivo.

Parece que os atuais governantes, até mesmo o Presidente Fernando Henrique, que afirmou ter sido amigo de Paulo Freire, não souberam colocar em prática os verdadeiros ensinamentos desse mestre. Hoje o que a gente vê é o Governo se preocupando cada vez mais em defender interesses de grandes empresários, grandes banqueiros e empresas multinacionais, ao propor, por exemplo, a venda da Vale do Rio Doce.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, o Governo Fernando Henrique abandona as escolas técnicas profissionalizantes, que acabam vivendo à custa de esmolas dos Governos Estaduais. Também as universidades públicas estão vivendo de esmolas, e seus professores, com salários achatados, oferecem à iniciativa privada seus projetos, deixando as idéias desenvolvidas nas universidades federais, para garantir a sobrevivência de suas famílias.

No dia de sua morte, Paulo Freire iria receber, em Cuba, o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Havana. No final do mês de abril, antes de ser internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, com fortes dores no peito, Paulo Freire escrevia o 3º capítulo de sua 26ª obra, intitulada "Cartas Pedagógicas" - uma espécie de cartilha para educadores.

Finalizo, Sr. Presidente, demais colegas e galerias minhas palavras em homenagem ao mestre Paulo Freire lembrando outro mestre, Thiago de Mello, que disse: "No

dicionário brasileiro, temos uma palavra que sintetiza o sofrimento do povo trabalhador: 'Fome'. Nesse mesmo dicionário, encontramos uma palavra que sintetiza a determinação desse povo: é a palavra 'amor'".

**O Deputado Marco Régis (Em aparte)** - Agradeço o aparte concedido por V. Exa. e quero parabenizá-lo pela evocação da memória do saudoso professor e educador Paulo Freire, falecido na semana passada. Desejo associar-me a V. Exa. nessa manifestação de pesar pela memória do extinto, considerando que ele granjeou reputação internacional, embora perseguido neste País, pelas suas idéias. Infelizmente, perto do novo milênio, as manifestações do pensamento continuam sendo crime em muitos lugares, o que deploramos sensivelmente.

Aproveito, ainda, o ensejo deste aparte para dizer a V. Exa. e a esta Assembléia Legislativa que este Governo autocrático que temos no Brasil nos dias de hoje, o Governo Fernando Henrique Cardoso, embora eleito pela maioria dos votos dos brasileiros, continua instalando uma ditadura civil neste País. É um governante que aliciou o Congresso Nacional, em grande parte, para obter a sua reeleição. E digo isso com tranqüilidade, porque o meu partido, o Partido Popular Socialista, votou pela reeleição, porque achamos que a reeleição é um instrumento democrático. Mas, quando a votamos, abominamos a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Queremos dar a ele a oportunidade de se candidatar a Presidente da República, mas que nós o derrotamos nas urnas é o nosso desejo. Chamei esse Governo de autocrático, embora eleito pelo voto popular, porque ele alicia o Congresso, porque ele tenta passar por cima do Judiciário, porque ele acha que as decisões do Judiciário têm de estar de acordo com o pensamento do Governo. É um Governo autoritário, autocrático, porque quer estar acima das leis, e as leis estão sendo sobrepujadas por ele. E quanto ao episódio da Vale do Rio Doce, empresa que V. Exa. e eu tantas vezes defendemos na tribuna, até agora o seu leilão continua suspenso. Apesar de algumas liminares terem sido derrubadas, outras ações foram impetradas no dia de hoje, e continuamos essa guerra de liminares, que passam pelo Poder harmônico que é o Judiciário, num mecanismo democrático por meio do qual a Oposição tenta barrar aquele leilão. E o Governo tem sentido essa derrota, tem sentido esse baque, porque ele entendia que ia privatizar a Vale a qualquer preço, a qualquer custo e sob qualquer pretexto. Mas as Oposições e os grandes juristas deste País - juristas famosos aos quais o Ministro Sérgio Motta se referiu como pseudojuristas, e eu talvez me refira a ele como pseudoministro - têm levado o Governo a derrotas contundentes no Judiciário. Muito obrigado.

**O Deputado Geraldo Nascimento** - Para terminar, Sr. Presidente, agradecemos o aparte do Deputado Marco Régis e lembramos que Thiago de Mello disse, em seu poema, que no dicionário brasileiro havia a palavra "fome" e é reproduzido nos dias de hoje o sofrimento de todos os trabalhadores. Muito obrigado.

**O Deputado Paulo Schettino** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, pessoas presentes nas galerias: (- Lê:)

"Preservemos a polícia.

Defendemos, pois, a polícia como instituição necessária para a defesa do cidadão.

Através da imprensa, a Nação tomou conhecimento dos barbarismos cometidos por policiais contra cidadãos presumivelmente inocentes e inofensivos. Não há nada que justifique tais atos, e a sociedade espera a punição dos culpados. Atos de tortura não podem prosperar no País. São hediondos na mais pura acepção do termo.

Contudo, existe, ao que parece, uma campanha de âmbito nacional para culpar a polícia como um todo, atacando-se a corporação numa inquietante injustiça. Inquietante porque, desmoralizando-se a polícia, o cidadão ficará à mercê da marginalidade que assola o País. Como sempre, a virtude está no meio. Há que se discutir e julgar com prudência, porque as corporações policiais são formadas, em sua grande maioria, por pessoas honradas e dignas.

De outra parte - e isso não é justificativa para atos de desrespeito à pessoa humana -, sabe-se que a violência da bandidagem contra cidadãos indefesos vem crescendo e minando a própria sociedade. Nem nos lares, nem nas ruas, o cidadão está a salvo da delinqüência. Traficantes, assaltantes, estelionatários, pivetes e pivetões infelizmente se encontram por todos os lados. Sem esquecer os delinqüentes de colarinho branco.

O policial geralmente é recrutado no meio mais simples da sociedade, é mal remunerado e enfrenta todos os dias delinqüentes violentos, expondo sua vida em tiroteios. Não pode esse homem ser visto como inimigo da sociedade. No cotidiano, são comuns as cenas de policiais socorrendo doentes, resgatando acidentados, amparando cegos, dando segurança a velhos, mulheres e crianças, recolhendo os infelizes meninos de rua, prestando informações ao transeunte.

Lamentavelmente, no Brasil, o crime vem tomando proporções nunca vistas. Tal não ocorre no Primeiro Mundo, porque ali o grau de civilização e cultura é superior, para não se falar em fatores de índole social. Em outros países ditos em desenvolvimento e em outras nações miseráveis, o crime também não chega às raias do absurdo, pois lá a

impiedade das penas se faz presente.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, paga quem deve. Não importa se maior ou menor, se rico ou pobre, se descamisado ou de colarinho branco. Até adolescentes já foram condenados à prisão perpétua. Na China, nos poucos redutos comunistas ainda existentes, os fuzilamentos são coletivos para não se perder tempo. O criminoso teme. O mesmo ocorre na África, no vasto Oriente Médio, onde se professa o Islã. O Estado pune criminosos no ato e com rigor extremado. No Brasil não temos um sistema carcerário que recupere ou mantenha o criminoso atrás das grades. Eles sempre voltam às ruas mais violentos do que entraram.

Defendemos, pois, a polícia como instituição necessária para a defesa do cidadão. Temos que preservá-la, inclusive punindo culpados. Em Minas Gerais temos uma Polícia Militar da qual nos orgulhamos, que fornece cursos sérios e de longa duração: é uma corporação imprescindível para a sociedade. Se existem distorções, seus Comandantes saberão como agir. Temos ainda uma Polícia Civil que tem demonstrado competência na apuração dos delitos, cheia de homens que se desdobram no cumprimento do dever, em sua imensa maioria simples e honrados.

Punir os culpados é uma necessidade, mas preservar a Polícia também é. Infelizmente, estamos numa era de culto à violência, pois não se há de esquecer que a tela que criou o herói Rambo, criou também o Rambo de Diadema, SP".

Apesar da inquestionável coincidência de conceitos, as palavras que acabo de ler não são de minha autoria, apesar de haver proferido inúmeros pronunciamentos praticamente do mesmo teor.

Li, na verdade, artigo da lavra do ilustre jurista Dr. Décio Mitre, digno Presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, publicado no jornal "Estado de Minas" de hoje, com a marca nítida, portanto, da isenção e da imparcialidade, imune ao sentimento de classe de que são, no mais das vezes, acusadas as autoridades responsáveis pela segurança pública, sejam da Polícia Civil ou da Militar, quando lícitamente defendem suas instituições.

As palavras do honrado jurista devem provocar profunda reflexão neste momento em que transformações radicais são propostas, em clima de muita emoção e, conseqüentemente, de riscos institucionais em flagrante prejuízo da preservação da ordem pública e do resguardo da segurança da população. Sabe-se que a afoiteza não é boa conselheira.

Cumprimentando pois, o Dr. Décio Mitre, permito-me alertar meus nobres pares e as autoridades em geral para a gravidade da situação conforme os rumos a serem perseguidos.

---

## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

### **ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA**

Na data de 7/5/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.438, de 1997, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Kemil Kumaira

nomeando Jovenato Ferreira da Conceição para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29.

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

#### **Resultado de Julgamento de Licitação**

Convite nº 42/97 - Objeto: aquisição de diversos materiais para manutenção de ar-condicionado. Licitante vencedora: Cetest Minas Engenharia e Serviços Ltda. (subitens 1.3 a 1.6).

### **EXTRATO DE CONVÊNIO**

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 00003 - Valor: R\$14.000,00.

Entidade: Associação Comun. Mirante - Rubim.

Deputado: Jorge Hannas.

Convênio N° 00011 - Valor: R\$25.000,00.  
Entidade: Associacao Comun. Vila Santa Rosa - Belo Horizonte.  
Deputado: Antonio Genaro.

Convênio N° 00012 - Valor: R\$15.000,00.  
Entidade: Prefeitura Municipal Ladainha - Ladainha.  
Deputado: Ermano Batista.

Convênio N° 00013 - Valor: R\$25.000,00.  
Entidade: Nucleo Assist. Social Fraternidade Amor Paz - Pouso Alegre.  
Deputado: Simao Pedro Toledo.

Convênio N° 00014 - Valor: R\$12.000,00.  
Entidade: Associacao Caridade Sao Joao Nepomuceno - Sao Joao Nepomuceno.  
Deputado: Elmo Braz.

Convênio N° 00015 - Valor: R\$7.000,00.  
Entidade: Conselho Desenv. Comun. Carmo Cachoeira - Carmo Cachoeira.  
Deputado: Ailton Vilela.

Convênio N° 00016 - Valor: R\$20.000,00.  
Entidade: Acao Social Nossa Sra. Fatima - Pouso Alegre.  
Deputado: Ambrosio Pinto.

Convênio N° 00017 - Valor: R\$26.500,00.  
Entidade: Prefeitura Municipal Areado - Areado.  
Deputado: Marco Regis.

Convênio N° 00018 - Valor: R\$5.000,00.  
Entidade: Centro Social Comun. Aracai - Aracai.  
Deputado: Arnaldo Canarinho.

Convênio N° 00020 - Valor: R\$5.000,00.  
Entidade: Obra Unida Santa Luiza Marilac SSVF - Pouso Alegre.  
Deputado: Simao Pedro Toledo.

Convênio N° 00021 - Valor: R\$22.000,00.  
Entidade: Associacao Comun. Moradores Sao Norberto - Engenheiro Navarro.  
Deputado: Gil Pereira.

Convênio N° 00028 - Valor: R\$12.000,00.  
Entidade: Associacao Beneficente Filantropica Amigos Esporte - Contagem.  
Deputado: Arnaldo Canarinho.

---